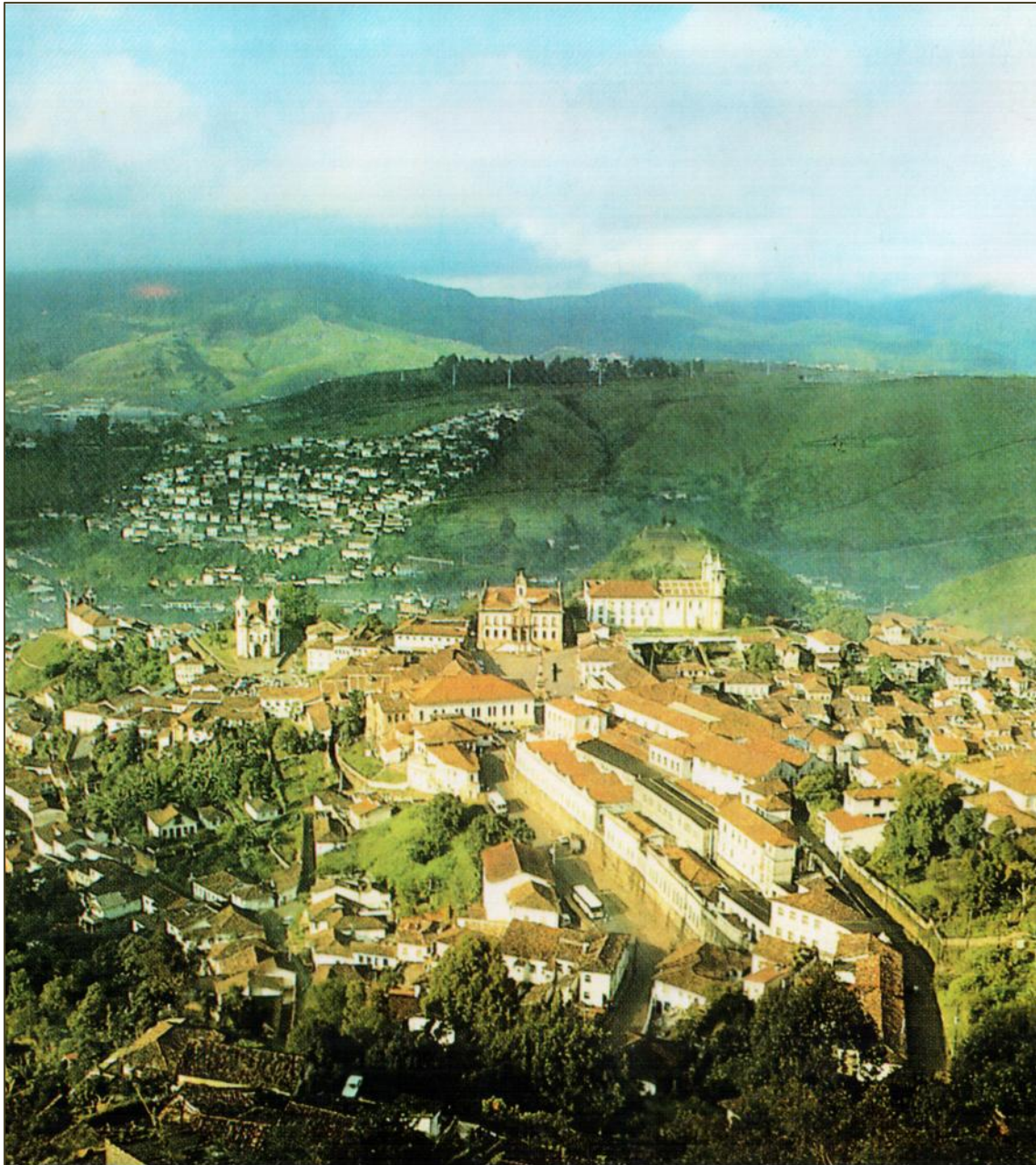


OURO PRETO E A ESTÉTICA DO LABIRINTO



Larissa de Souza Pereira
Orientadora: Dra. Jane Victal Ferreira

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E TECNOLOGIA

LARISSA DE SOUZA PEREIRA

OURO PRETO E A ESTÉTICA DO LABIRINTO

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Professora Orientadora
Dra. Jane Victal Ferreira

Puc - Campinas
2011

LARISSA DE SOUZA PEREIRA

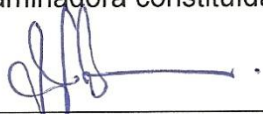
"OURO PRETO E A ESTÉTICA DO LABIRINTO"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.


Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira

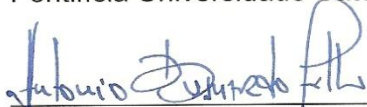
Dissertação defendida e aprovada em 18 de fevereiro de 2011 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof.^a Dr.^a Vera Santa Luz
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho
Universidade Guarulhos

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4
P436o

Pereira, Larissa de Souza.
Ouro Preto e a estética do labirinto / Larissa de Souza Pereira.
Campinas: PUC-Campinas, 2010.
99p.

Orientadora: Jane Victal Ferreira.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias,
Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografias.

1. Cidades e vilas - Arquitetura. 2. Estética arquitetônica. 3. Urbanização. 4. Ouro Preto (MG) - História. 5. Memória na arte. I. Ferreira, Jane Victal. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t711.4



Aos meus pais, Adolfo Maurício e Ângela, que sempre apoiaram minhas escolhas pessoais e profissionais, a quem devo muito do que sou e do que conquistei.

À minha irmã Dandara, por todo apoio e contribuição no caminhar diário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Jane Victal Ferreira, pelas orientações e por conduzir esse trabalho com equilíbrio, sensibilidade e competência. Agradeço também pela compreensão em todos os momentos e pela convivência agradável.

Aos professores membros da banca de qualificação, Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior e Dra. Vera Santana Luz, pela disponibilidade e contribuição para a finalização deste trabalho.

A CAPES, pelo auxílio financeiro.

Aos funcionários dos Arquivos percorridos durante o estudo, pela disponibilidade e auxílio, em especial os que trabalham no Arquivo Público Mineiro e na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Às autoridades e núcleos da cidade de Ouro Preto que me acolheram tão bem durante as pesquisas de campo. Especialmente ao prefeito Angelo Oswaldo de Araújo Santos.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo desta Escola que, além dos ensinamentos e auxílio profissional, acolheram-me com grande atenção.

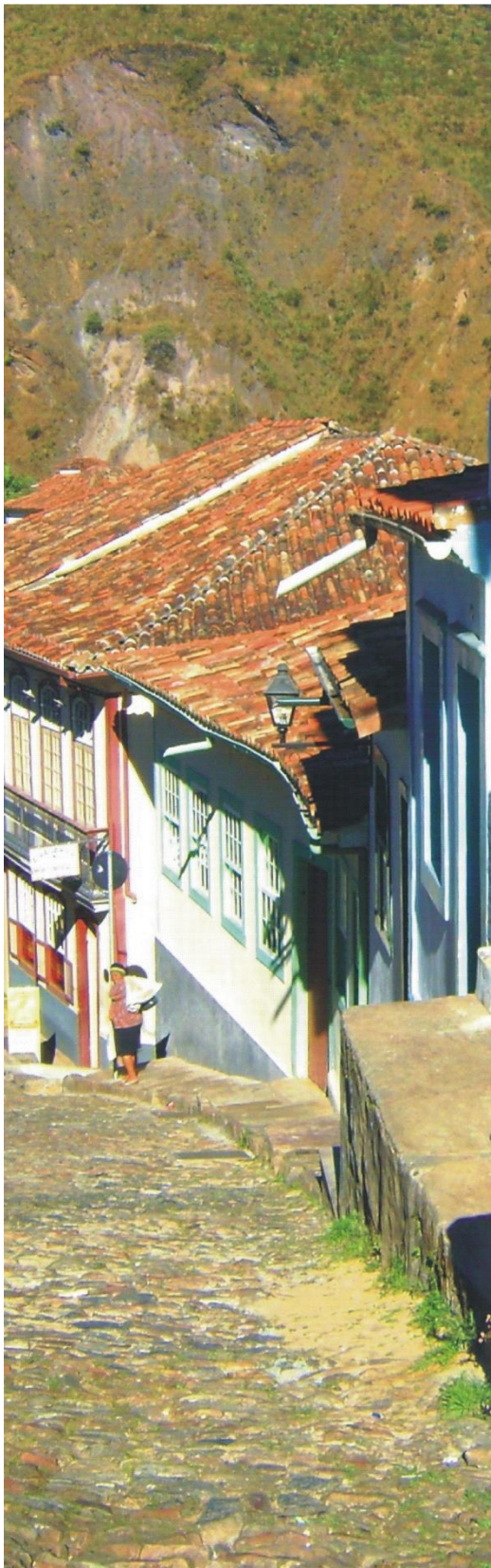
Aos alunos da Puc Camp, que se tornaram grandes amigos, auxiliando na atividade acadêmica.

Aos professores e funcionários da Puc Minas de Poços de Caldas que me ajudaram a conduzir as primeiras idéias para a realização desse estudo.

Aos amigos mais próximos que se fizeram sempre presentes e que me ajudaram a seguir neste trabalho, em especial à Carolina Nunes e Juliana Villela Junqueira..

Aos meus pais, Adolfo Maurício e Ângela e à minha irmã Dandara, pelo apoio, amor, dedicação e constante auxílio na pesquisa, e ao meu companheiro de todas as horas, João Rafael.

Ao meu berço, Minas Gerais e à cidade de Ouro Preto, que sempre teve o poder de me causar encantamento, o qual posso hoje, de forma concreta, reafirmar pela importância nos estudos urbanos e históricos, nos âmbitos nacional e mundial.



“Na minha cidade tem poetas, poetas
Que chegam sem tambores nem trombetas
Trombetas e sempre aparecem quando
Menos aguardados, guardados, guardados
Entre livros e sapatos, em baús empoeirados
Saem de recônditos lugares, nos ares, nos ares
Onde vivem com seus pares, seus pares
Seus pares e convivem com fantasmas
Multicores de cores, de cores
Que te pintam as olheiras
E te pedem que não chores
Suas ilusões são repartidas, partidas
Partidas entre mortos e feridas, feridas
Feridas mas resistem com palavras
Confundidas, fundidas, fundidas
Ao seu triste passo lento
Pelas ruas e avenidas
Não desejam glórias nem medalhas, medalhas
Medalhas, se contentam
Com migalhas, migalhas, migalhas
De canções e brincadeiras com seus
Versos dispersos, dispersos
Obcecados pela busca de tesouros submersos
Fazem quatrocentos mil projetos
Projetos, projetos, que jamais são
Alcançados, cansados, cansados nada disso
Importa enquanto eles escrevem, escrevem
Escrevem o que sabem que não sabem
E o que dizem que não devem
Andam pelas ruas os poetas, poetas, poetas
Como se fossem cometas, cometas, cometas
Num estranho céu de estrelas idiotas
E outras e outras
Cujo brilho sem barulho
Veste suas caudas tortas
Na minha cidade tem canetas, canetas, canetas
Esvaindo-se em milhares, milhares, milhares
De palavras retrocedendo-se confusas, confusas
Confusas, em delgados guardanapos
Feito moscas inconclusas
Andam pelas ruas escrevendo e vendo e vendo
Que eles vêem nos vão dizendo, dizendo
E sendo eles poetas de verdade
Enquanto espiam e piram e piram
Não se cansam de falar
Do que eles juram que não viram(...).”

Guardanapos de Papel
(Milton Nascimento, Leo Masliah e Carlos Sandroni)

RESUMO

A cidade de Ouro Preto tem sua importância cultural, social e arquitetônica bastante explorada, mas aspectos como o espaço rico em informações sensoriais e como arcabouço da memória geralmente são pouco destacados. Esse fator remete à problemática da dificuldade de se compreender o organismo urbano como “objeto estético”. Assim, pretende-se discutir a “poética”, conceito adotado para abordar as qualidades sensíveis que criam o sentido de “lugar” gerado por fatores temporais, históricos, culturais e afetivos. Para isso, foi realizada a análise da configuração da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, destacando os aspectos da formação do tecido urbano e, sobretudo, os aspectos estéticos apreensíveis a partir de seus espaços públicos, monumentos, perspectivas e enquadramentos, resultantes de uma constituição e de uma vivência comunitária e social. Assim, torna-se evidente a diversidade de aspectos no processo de estabelecimento deste organismo urbano que resultou em um conjunto monumental repleto de significado. Os questionamentos e as análises sobre a apreensão sensível nesta cidade podem ser conduzidos por meio da figura mítica do “espaço labiríntico”, que também é capaz de expressar como o processo de urbanização espontâneo, porém não destituídos de intenção, difere-se profundamente do espaço urbano planejado e está relacionado de forma íntima à atividade básica exercida no chão sobre o qual se estabelece, apresentando a relação recíproca de transformação física e social.

Palavras-chave: memória – lugar – estética – poética – Ouro Preto.

ABSTRACT

The cultural, social, and architectonic importance of the city of Ouro Preto is very much explored, but aspects as its rich sensory information spaces and also its recollection value are not so emphasized. This factor shows the difficulty in understanding the urban organism as an “esthetic object”. Therefore, it is intended to discuss the “poetics”, a chosen concept to approach the sensible qualities which make up the impression of “place” produced by the temporal, historical, cultural, and emotional factors. For that reason, an analysis was made about the configuration of the city of Ouro Preto, situated in the state of Minas Gerais, featuring aspects of the creation of the urban fabric, and above all, the apprehensible esthetic aspects of its public spaces, monuments, perspectives and framing, which are the result of a constitution and the fact of being in a social community. Thereby, the diversity of facets in the establishment of this urban organism is evident and resulted in a monumental combination replete of meaning. The debates and analysis about the sensible apprehension in this city can be conducted by the mythic figure of a “labyrinthine space”, which is also able to express how the spontaneous process of urbanization, although not necessarily deprived of intention, differs a lot from the planned urban space, and is intimately related to the basic activity carried out on the ground where it is settled. Presenting the mutual transformation of the physical and social relations.

Key words: recollection – place – esthetic – poetic – Ouro Preto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. CAPÍTULO 1 – CONCEITOS	14
2. CAPÍTULO 2 – URBANIZAÇÃO NO PERÍODO DO OURO	36
2.1 Formação das cidades no Brasil Colônia	36
2.2 Desbravamento do Território das Minas	47
2.3 A Formação da Vila Rica de Ouro Preto	64
3. CAPÍTULO 3 – A VILA RICA DE OURO PRETO	72
3.1 Sociedade	73
3.2 Intelectualidade	77
3.3 A “Vila Rica” de Claudio Manuel da Costa	78
3.4 Religiosidade	80
3.5 O Triunfo Eucarístico: religiosidade e misticismo	83
4. CAPÍTULO 4 – ASPECTOS SENSÍVEIS APREENDIDOS NA CIDADE	89
4.1 Percursos (ANEXO 01)	93
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

A cidade de Ouro Preto tem atualmente, sua importância cultural, social e arquitetônica bastante explorada, mas os aspectos que a definem como espaço rico em informações sensoriais e como conjunto que marcou uma época, geralmente são pouco destacados.

Esse fator remete também à problemática da atual dificuldade de se compreender o organismo urbano como “objeto estético”, limitando a crítica à descrição da morfologia urbana ou à procura de uma classificação tipológica.

Aqui, buscaremos definir o fenômeno urbano como “objeto estético”, e, portanto, através de sua “poética”, entendida como resultado das qualidades sensíveis que criam o sentido de “lugar” gerado por fatores temporais, históricos, culturais e afetivos, que suscitam “memórias” e causam sensações nos habitantes (aqueles que permanecem) e visitantes (os que estão de passagem).

Pretende-se ilustrar a ligação direta existente entre essas dinâmicas de vivência que resultaram da configuração formal “labiríntica” da cidade, e a sua relação de interdependência durante o desenvolvimento do organismo urbano em construção.

Ao analisar a morfologia e também o traçado de Ouro Preto com outras formações urbanas reguladas sob os fundamentos no ideário urbanístico moderno e do planejamento de cidades, a configuração aparentemente desordenada e com formação regida por fatores antropológicos – originados da necessidade e da relação entre o homem e o seu meio – parecem desprovidas de sentido e ordenamento.

A constituição dos núcleos urbanos mineiros, formados no período colonial, manifesta uma disposição hierárquica dos espaços segundo parâmetros sensíveis e topológicos. O conjunto arquitetônico nestes núcleos se destaca pelos monumentos, e pela sua implantação em um cenário “organicamente” configurado sobre a constituição topográfica. Os edifícios mais significativos por abrigarem as atividades comunitárias, sobressaem aos outros de caráter mais singelos e as extensões entre os marcos referenciais, monumentos e espaços públicos, seguem parâmetros topológicos, possibilitando a formação do caráter poético do lugar.

Em Ouro Preto, a ocupação das serras e a fixação dos povoados próximos aos córregos, rios e encostas dos montes em decorrência da busca incessante pelo ouro e pedras preciosas, somadas as contingências dos períodos de construção da cidade, deu origem às ruas tortuosas e ladeiras íngremes que se acomodavam à configuração original do sítio. O crescimento do organismo urbano por meio da somatória de novas casas, na forma de mônadas erguidas em vizinhança, deu origem a uma continuidade de fachadas determinantes dos arruamentos de forma semelhante ao que pode ser observado nas cidades medievais européias.

Assim, torna-se evidente a variedade de aspectos gerados durante o processo de estabelecimento deste organismo urbano que resultou em um conjunto monumental repleto de pequenos espaços circunscritos e dotados de significado, capazes de evidenciar a ação humana em convivência comunal, bem como a afinidade destes lugares aos acontecimentos representativos de sua época. Em Ouro Preto, os fenômenos urbanos tiveram importância fundamental na constituição de um tipo de imagem visual e também, como manifestação de certa intenção determinante dos princípios edilícios adotados.

Os questionamentos e as análises sobre a apreensão sensível da cidade podem ser conduzidos por intermédio da figura mítica do “espaço labiríntico”, que também é capaz de evidenciar aspectos relevantes sobre o processo de urbanização, que se deu de maneira específica.

Separando a apreensão sensível do visitante em fruição, das imposições técnicas de quem se propõem a organizar ou construir o espaço da cidade, o labirinto será a imagem destacada do primeiro enquanto a indispensabilidade da razão conduzirá a ação do segundo, embora esta se difere profundamente do espaço urbano planejado.

Se for impróprio designar qualquer atividade edilícia como resultante da ação espontânea, o processo de formação “espontânea” está sempre relacionado de forma íntima à atividade básica exercida no chão sobre o qual se estabelece e sempre apresenta uma relação recíproca de transformação física e social. Existem transformações mais ou menos planejadas, intenções mais ou menos conscientes, ações mais ou menos organizadas e administradas por indivíduos ou grupos de indivíduos, processos mais ou menos contínuos no tempo, o que causa um resultado de aparência desordenada. Nesses casos, a imaginação humana remete-

se ao labirinto: a amplitude reduz-se ao pequeno, as certezas se dissipam, a solução deve ser meditada passo a passo.

Ao contrário da prática do planejamento urbano, onde a planimetria busca a codificação generalizante do espaço, a idéia do labirinto nos sugere uma volta à cartografia antiga – que reflete uma situação – acompanhando os movimentos de transformação da paisagem. A cartografia representa “uma” visão de mundo baseada na observação empírica do meio, portanto, tem sempre caráter sensível e individual. Em lugar das cartografias do espaço abstrato, podemos ver as cartografias da experiência do lugar, cartografias de movimento.

Cidades-labirinto, como Ouro Preto, não foram inicialmente planejadas segundo um sistema de medição, como ocorre nos projetos das cidades modernas, mas são ao mesmo tempo arquitetura e paisagem, onde monumentos, edificações, becos e ruas estão inseridos nas montanhas, na vegetação, no meio natural que as contém, onde a única continuidade é realizada por intermédio da medição do olhar.

Ao percorrer seus intervalos espaciais, a cidade torna-se ao mesmo tempo paisagem e abrigo, como uma arquitetura da ação humana, coletiva, simultaneamente fechada e aberta. O transeunte é envolto pelo meio urbano assim como o labirinto o faz, excluindo-o do contato com o seu mundo exterior.

Enfatizando o caso de Ouro Preto, a topografia acidentada e, a princípio, inadequada para o estabelecimento de uma cidade, teve importância fundamental quando se trata da organização dramática do espaço.

A simples estrutura urbana inicial, constituída por simplórios núcleos de mineração, fundida à paisagem natural, e, mais tarde, seus acontecimentos monumentais – o estabelecimento dos largos, praças, ruas e igrejas – firmou a constituição visual singular da cidade.

Porém, enquanto o ideário urbanístico, essencialmente influenciado pela Coroa em aliança com a Igreja, era disseminado por todo o litoral brasileiro, as “cidades do ouro” em Minas Gerais acrescentaram aos princípios tradicionais europeus uma releitura imposta pela natureza.

Essas cidades nasceram incrustadas nas montanhas, modificando-as visivelmente. A instabilidade do traçado urbano e a distância dessas cidades em relação ao litoral – fator que minimizava a intensidade das influências vindas da metrópole – acarretaram na possibilidade de improvisação e desenvolvimento

artístico e intelectual que garantiram às cidades mineiras uma identidade própria e peculiar.

A cidade de Ouro Preto apresenta um eixo de extensão claramente marcado, originado pela antiga Estrada Tronco que interligava os arraiais mineradores que se estabeleciam no apogeu da exploração do ouro. Como uma “passagem”, as construções respeitam, quase sempre frente a frente, o caminho que liga dois pontos ou simplesmente atravessa a cidade.

Além da Estrada Tronco podem ser demarcados dentro do meio urbano outros eixos que interligam as várias capelas e igrejas espalhadas por todo o tecido urbano. Estes templos, geralmente assentados nos topos de morros, assumem uma identidade de pontos demarcadores que propõem uma “linha” subjetiva de percurso que se constrói através da interligação destes pontos que não podem ser visualizados em sua totalidade devido à sinuosidade destas linhas.

São justamente o traçado “desordenado”, as linhas “orgânicas”, as “dobras” de caminhos e “rugos” da irregularidade do sítio, que se encarregam de esconder o próximo cenário cuja abertura súbita, durante o caminhar, compõem a dramaticidade da paisagem de Ouro Preto.

Por esse motivo, a experiência de percorrer suas vielas, delata um poder de tensão, teatralidade e persuasão bem mais expressivo do que ocorre no ato de caminhar por um eixo viário aberto e claramente estabelecido. Neste caso, a racionalidade foi expressa por meio da intenção de adaptação entre razão e conformação geográfica, na busca da integração com a realidade concreta do lugar, onde os meios mais favoráveis e facilitados para a formação de percursos não seguiram uma realidade abstrata, de mera ligação entre dois pontos baseando-se na distância mais curta.

A religiosidade teve importância fundamental na conformação do território e na constituição da configuração cenográfica e estética de Ouro Preto. Esta religiosidade pode ser engendrada e manipulada simultaneamente pelas formas de poder coercitivo, militar, eclesiástico ou laico, que se utilizaram dos recursos nobres ou prosaicos de construção da cidade.

A edificação de templos, os cultos e eventos festivo-religiosos foram também responsáveis pelas especificidades da cidade quanto ao modo de expressão e de vida de uma sociedade, construindo significados que acabam por influenciar através

de suas perspectivas, a princípio religiosas, a população e o visitante, também nos aspectos místico e laico.

CAPÍTULO 1

Conceitos

Diante da problemática proposta para o desenvolvimento do trabalho julgou-se necessário o esclarecimento de alguns termos e conceitos que conduzirão as principais idéias apresentadas.

Buscaremos uma compreensão do organismo urbano apartada da mera descrição morfológica ou da procura de uma classificação tipológica. Compreenderemos aqui, o fenômeno urbano como “objeto estético”, e, portanto definindo-o como “poética”, entendida como resultado das qualidades sensíveis que criam o sentido de “lugar” gerado por fatores temporais, culturais e, sobretudo, afetivos, que suscitam “memórias” e despertam estímulos em seus espectadores e habitantes.

As memórias e os estímulos são responsáveis pelo surgimento de uma “relação sensível” entre os indivíduos e o “espaço”, neste caso, dotado de “caráter”. O “lugar” e sua atmosfera, gerada pela vivência humana, constituirão a “paisagem” e suas “imagens arquitetônicas”, que formarão a estrutura ontológica¹ do ser.

Estes conceitos serão aqui esclarecidos através da utilização das teorias desenvolvidas por estudiosos associados à “fenomenologia” da percepção, possibilitando a discussão sobre a experimentação do organismo urbano gerado por fatores culturais, históricos e temporais. Portanto, de ímpeto interno do ser humano.

Alvitramos a análise e a percepção da cidade e de seus “lugares” incitando o apelo à imaginação tal descreve Gaston Bachelard² em sua obra, por meio do conceito de “devaneio”, a fim de elevar a capacidade do indivíduo de criar e recriar novas formas de apreensão e assimilação de vida e interioridade.

¹ A Ontologia é um ramo da filosofia que lida com a natureza e a organização do ser. O termo foi introduzido por Aristóteles e, no contexto da pesquisa em “ontologia”, filósofos tentam responder as questões: “O que é um ser?” e “Quais são as características comuns de todos os seres?” Disponível em: <http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/0024134_02_cap_04.pdf>. Acesso em 22 ago. 2010.

² BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo. Martins Fontes. 1993.

A apreensão sensível da cidade pode ser aqui conduzida com a utilização da figura mítica do “espaço labiríntico”³, nos levando à retomada de um dos principais fundamentos da arquitetura, de um modo geral, ou seja, ela deve atingir seu espectador durante o processo de “travessia”, como o “percurso do labirinto” o faz: não há surpresa ou admiração na entrada, nem na saída. O encanto está por todo o trajeto.

A arquitetura existe numa realidade diferente da nossa vida cotidiana e das nossas atividades. A força emocional das ruínas, da casa abandonada ou de objetos rejeitados nasce do fato de nos fazerem imaginar e compartilhar o destino de seus donos. Levam nossa imaginação a distanciar-se do mundo das realidades cotidianas. A qualidade da arquitetura não reside na sensação de realidade que expressa, mas, ao contrário, em sua capacidade de despertar nossa imaginação. (PALLASMAA, 2006, p. 487- 488)⁴.

1.1 Fenomenologia e fenomenologia da arquitetura

O método denominado “fenomenologia” foi definido inicialmente por Edmund Husserl (1859-1938) e foi utilizado posteriormente pelo filósofo Martin Heidegger (1889-1976) na abordagem dos questionamentos sobre a vida cotidiana, utilizando-se da linguagem e da literatura como principais fontes de informação para a compreensão desses fenômenos que escapam à abstração da ciência.

Na aplicação do método no âmbito da arquitetura, destacamos o teórico Christian Norberg-Schulz, que iniciou seus estudos dedicados ao assunto na década de 60.

Schulz adota os estudos da fenomenologia da arquitetura por meio de uma interpretação das idéias do filósofo Martin Heidegger, considerando-a um “método” que exige um “retorno às coisas, em oposição às abstrações e construções mentais” (SCHULZ, p.445).

Para ele o potencial fenomenológico da arquitetura está na capacidade de dar significado ao ambiente mediante a geração de lugares e o autor utiliza a antiga

³ O método de análise do espaço urbano por meio de figuras é adotado por B. Secchi em sua obra “Primeira Lição de Urbanismo”.

⁴ PALLASMAA, Juhani. **A Geometria do Sentimento**: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura, *apud* NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda para Arquitetura (1965-1995)**. Cosac y Nayfy. 2006. p. 477-489.

noção romana do *genius loci*⁵ que representa o espírito de determinado lugar. De acordo com as idéias de Heidegger, o autor interpreta o conceito de “habitar” como estar em paz e protegido em um lugar.

Em suas teorias, Heidegger busca esclarecer o que seria para ele o verdadeiro “habitar”, conceito chave para o legítimo “ser” do homem no mundo, o que remete também à sua experiência cotidiana.

Tratamos aqui do “habitar” que surge como é próprio do “ser” construir: de acordo com os conhecimentos, costumes, crenças e dos meios e modos que não são efêmeros, mas persistentes, ao mesmo tempo em que proporcionam novas perspectivas ao pensamento que se recorda.

Ambos os pensadores, Heidegger e Schulz, fazem uso da linguagem e da poesia como base para uma fenomenologia da arquitetura:

(...) a poesia é capaz de concretizar as totalidades que escapam à ciência e, por isso, é capaz de sugerir como se deveria proceder para obter a necessária compreensão. (SCHULZ, 2006, p. 445).

(...) o poema se move numa direção oposta à do pensamento científico, pois, enquanto a ciência parte do “dado”, a poesia nos remete à coisas concretas, desvendando os sentidos inerentes ao mundo-da-vida. (SCHULZ, 2006, p. 447).

Em suas análises poéticas, Heidegger sinaliza os elementos da natureza, definidos em termos geográficos, e os de criação humana – como as construções, na constituição da imagem poética, o que, segundo Schulz, sugere um ponto de partida para uma “fenomenologia do meio ambiente”.

Segundo Juhani Pallasmaa⁶, em seu ensaio sobre a fenomenologia da arquitetura, a fenomenologia busca descrever os fenômenos recorrendo à consciência, sem teorias e categorias vindas dos ambientes científicos. Ela propõe o exame dos fenômenos da consciência a partir de um “olhar puro” para a “essência” do fenômeno, o que Heidegger denomina “as coisas em si”.

⁵ De acordo com Schulz: ‘*Genius loci* é um conceito romano. Na antiguidade acreditava-se que todo ser possuía um *genius*, um espírito guardião, que dava vida às pessoas e aos lugares, acompanhando-os do nascimento à morte, e determinando seu caráter ou essência. Para os antigos era de suma importância estar em acordo com o *genius* da localidade onde viviam, ou seja, a sobrevivência dependia de uma boa relação com o lugar. No curso da história, o *genius loci* tem se mantido como uma realidade viva, apesar de nem sempre ser designado por esse nome. Artistas e escritores buscam inspiração no caráter local e tendem a “explicar” fenômenos da vida cotidiana e da arte por referência a paisagens e ao contexto urbano.’ (SCHULZ, p. 454-455).

⁶ PALLASMAA, Juhani. *op. cit. apud* NESBITT, Kate. *op. cit.* p. 477-489.

A fenomenologia é uma abordagem puramente teórica de pesquisa, no sentido original da palavra grega *theoria*, que significa exatamente “olhar, contemplar”. (PALLASMAA, p. 485).

Portanto, uma fenomenologia da arquitetura escaparia às análises referentes aos aspectos quantitativos, mas se serve dos aspectos qualitativos, como as propriedades concretas dos corpos físicos – cores, texturas, proporções, etc. – e não de classificação das obras em estilos, por exemplo. Ela constitui na contemplação do objeto arquitetônico, – e aqui, que mais nos interessa, do fenômeno urbano – a partir da consciência do ser que o vivencia, e também a partir da dimensão do sentimento como forma de modulação da apreensão sensível, que pode ser gerada na vivência.

Para a maioria dos teóricos mencionados um dos mais importantes meios de análise fenomenológica da arquitetura está na “memória”, nas lembranças remotas que são capazes de revelar os conteúdos mais profundos de nossa mente. Este conceito será melhor explicitado mais adiante.

1.2 Objeto estético

Em uma definição preliminar, Etienne Souriau⁷ explica “estética” como uma forma do pensamento reflexivo da mente humana sobre sua própria atividade, por meio da qual criou todos os objetos e manifestações que poderíamos chamar de artísticas, – em um sentido genérico – abrangendo pintura, escultura, arquitetura, música, dança, literatura. Ou seja, a criação de “(...) formas perceptíveis expressivas do sentimento humano.” (LANGER, p. 82). Portanto, de certa forma também se aplica a “tudo quanto possa ser sentido”. (LANGER, p. 83).

A palavra estética, no sentido moderno, data de 1750, ano em que o filósofo alemão Baumgarten publicou, com o título de AESTHETICA, o primeiro volume de uma obra de arte sobre o assunto, tal como o entenderíamos hoje (a Arte, seus passos e a sensibilidade que põe em jogo). (SOURIAU, 1973, p.2).

⁷ SOURIAU, Etienne. **Chaves da Estética**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S. A. 1973.

Porém, muito antes, os filósofos já discutiam a questão e, entre eles, em diferentes épocas, destacam-se Platão, Aristóteles, Plotino, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Leonardo da Vinci.

A estética platônica inclui idéias sobre a arte e o belo. Platão⁸ sustentava a idéia da trindade: “do Belo, do Verdadeiro e do Bem”. Para ele o caminho para o Belo era guiado pelo Amor, que possibilitaria a elevação da alma às realidades ideais que conhecera antes de ocupar o corpo, antes do nascimento.

Já no âmbito da estética cristã Souriau⁹ destaca Santo Agostinho que pode-se dizer, possui uma filosofia também provinda de Platão e com um caráter o qual Souriau determina de “estetismo metafísico”. Para Santo Agostinho a aproximação de Deus era possível através da Beleza, esta, um dos atributos transcendentais divinos.

Dentro da filosofia, a fruição estética pode ser determinada em função do objeto estético ou obra de arte, ou seja, está determinada no âmbito do objeto em si, que motiva os sentimentos no observador, no momento da fruição.

Quanto ao mundo que nos rodeia e os elementos que o constituem, ou, seus “objetos”, utilizaremos as palavras do historiador de arte Giulio Carlo Argan¹⁰:

(...) a noção de objeto, no âmbito dos fatos estéticos, não fornece um critério geral. Ainda que, com base na experiência, se possa dizer que todo fato artístico determina uma relação especial entre realidade objetiva e realidade subjetiva, isso não significa que cada ato artístico corresponde à produção de um objeto material. Na atual condição da cultura admite-se até (por exemplo, nas poéticas dadaístas) que o mesmo objeto possa ser, simultaneamente, arte e não-arte, bastando para qualificá-lo ou desqualificá-lo como arte a intencionalidade ou a atitude da consciência do artista ou, até, do espectador. (ARGAN, 1998, p.20).

No presente estudo, adotaremos a natureza do sentimento estético como o que pode ter de comum com toda ordem de sentimentos durante a participação no mundo natural ou artístico, portanto, estética pode significar tudo o que pode ser percebido pelos sentidos ou tudo o que é dotado de sensações, mas que, também, desperta o sentido do ser como presença. E, para nós, principalmente, no que diz respeito à participação e percepção do espaço urbano.

⁸ PLATÃO *apud*. SOURIAU, Etienne. *op. cit.* p. 3

⁹ SOURIAU, Etienne. *op. cit.* p. 6

¹⁰ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo. Martins Fontes. 1998.

1.3 Poética

O termo “poética” surge com Aristóteles na Antiguidade. Foi este o título de sua principal obra que tratava, principalmente, da arte teatral e da tragédia.

Seus escritos tratam a arte trágica como um modo de externalizar as mais fortes emoções humanas já que, para ele, dentro de uma sociedade harmônica, essas necessidades não poderiam ser saciadas. Deste modo, a arte trágica seria capaz de satisfazer esses impulsos e purificar e enobrecer as paixões.

Em Aristóteles, a simples renúncia à censura das ações censuráveis mostradas na tragédia já aponta uma finalidade, na arte, mais que política e mais do que moral. (DRUCKER, 2010, p. 6).

Segundo Cláudia Pellegrini Drucker¹¹, em seu ensaio sobre a obra de Eudoro de Souza e a “Poética”, Aristóteles define a natureza como a forma ou espécie que tem em si mesmo o princípio do movimento (*kínesis*), forma ou espécie que não são separáveis dos entes. E, a noção de movimento, seria a chave para o entendimento do ser vivo.

A arte é tida, nesse contexto, como uma maneira de “produção” da natureza, porque ela, por si própria, não possui o movimento (*kínesis*) da natureza.

De acordo com a autora, a poesia pode ser destacada como a arte que mais interessava a Aristóteles e, o “mito”, seria o mediador entre a tragédia poética e o ente:

Sabemos que a palavra mito para Aristóteles significa primariamente “intriga” ou “enredo” no sentido da composição dos atos e que é o elemento mais importante da tragédia. Um sentido marcante em que o mito é imitação de vida é que ele apresenta analogia com o vivente; a composição artificial tem de ter o mesmo grau de organização e as razões pelas quais é dito belo são as mesmas que dizemos que algo vivo é belo (...). (DRUCKER, 2010, p. 8).

Nessa associação estabelecida entre Física e Poética em que o movimento é descrito como característica definidora do ente natural, a autora destaca a noção de mudança com base na tradução de Eudoro de Sousa, que, segundo ela, ocorre

¹¹ DRUCKER, Claudia Pellegrini. **Eudoro de Sousa e a Poética Aristotélica**. 2010. Disponível em: <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/viewFile/73/23>> Acesso em 28 ago. 2010.

quando o contexto busca a descrição de episódios da vida interior do personagem e de suas próprias perturbações.

Dentro de um contexto moderno, destacamos a problemática sobre a imaginação poética e seu conceito que foi proposta pelo filósofo Gaston Bachelard em sua obra “A Poética do Espaço”. Bachelard utiliza da linguagem poética para questionar as qualidades sensíveis que darão “caráter” de “lugar” aos “espaços”.

Essas qualidades sensíveis que reforçam a “poética” – segundo Heidegger¹², fundamental para o “habitar” – são representadas pelas características sensoriais dos materiais constituintes da paisagem arquitetônica e urbana, como a luz, as cores, os significados dos símbolos presentes, o estímulo tátil de suas combinações.

Para Bachelard¹³ é necessário que o indivíduo esteja “presente à imagem no minuto da imagem”, uma vez que a novidade da imagem poética está arraigada a um “súbito realce do psiquismo”, esse, segundo o autor, ainda mal definido dentro da ciência da psicologia.

Aliás, para ele, qualquer noção de princípio ou fundamento nesse caso, acarretaria no detrimento dessa novidade psíquica do poema e da imagem poética uma vez que as reflexões feitas sobre um pensamento científico acabam sempre tendo que se adequar a um conjunto de outras idéias já aceitas, ou já comprovadas. Ao contrário, o ato poético seria destituído de passado.

Poderíamos dizer que a análise científica pressupõe o distanciamento do objeto para que possa ser realizada, enquanto a fruição estética pretende a imersão do indivíduo na existência e a sua presença no ato da apreensão sensível.

Desse modo, Bachelard relaciona a similaridade entre a “nova imagem poética” a um “arquétipo¹⁴ adormecido no inconsciente”, – aquilo que chamaríamos “memória histórica”.

A imagem poética não está sujeita a um impulso. Não é o eco de um passado. É antes o inverso: com a explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos

¹² HEIDEGGER, Martin. *apud*. SCHULZ, Christian Norberg. **O Fenômeno do Lugar**. *apud*. NESBITT, Kate. *op. cit.* p. 443-444.

¹³ BACHELARD, Gaston. *op. cit.* p. 1

¹⁴ O conceito de “arquétipo” foi instituído pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung. Os arquétipos são estruturas virtuais, primordiais da *psiquê*, responsáveis por padrões e tendências de comportamentos comuns. São anteriores à vida consciente. Não são passíveis de materialização, mas de representação simbólica. Para Jung, são hereditários e representam o aspecto psíquico do cérebro. São universais, comuns a todos os seres humanos e ordenam imagens reconhecíveis pelos efeitos que produzem. Pode-se percebê-los pelos complexos que todos temos, pelas imagens arquetípicas que geram, assim como pelas tendências culturais coletivas. Disponível em: <http://www.larharmonia.org.br/pdf/txt_arquetipo.pdf> Acesso em 22 ago. 2010.

vão repercutir e morrer. Em sua novidade, em sua atividade, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. Procede de uma “ontologia direta”. (BACHELARD, 1993, p. 2).

Bachelard busca então, uma fenomenologia da imaginação, onde a imagem poética insurge na consciência como um fruto do coração, da alma do ser humano. Para ele a poesia está dentro do homem, e em tudo à sua volta, portanto, a imagem poética é simples e ingênua, não apresenta a necessidade de um saber erudito. Ela é especificamente humana e, segundo o filósofo, “nada prepara uma imagem poética: nem a cultura, no modo literário, nem a percepção, no modo psicológico”. (BACHELARD, 1993, p. 8).

Para bem especificar o que pode ser uma fenomenologia da imagem, para especificar que a imagem vem antes do pensamento, seria necessário dizer que a poesia é, mais que uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da alma. Deveríamos então acumular documentos sobre a *consciência sonhadora*. (BACHELARD, 1993, p. 4)

Veremos alguns aspectos sobre a “fenomenologia da imaginação” e a “consciência sonhadora” quando tratarmos do conceito de devaneio.

Retomando os preceitos da fenomenologia na abordagem sobre as questões cotidianas dos indivíduos e, portanto, nas suas construções e no seu modo de “habitar”, nos baseamos novamente nos pensamentos de Norberg Schulz¹⁵:

(...) Somente a poesia, em todas as suas formas (e também a “arte de viver”) dá sentido à vida humana, e o significado é a necessidade humana fundamental.

A arquitetura pertence à poesia (...). A arquitetura começa a existir quando “faz visível todo um ambiente” (...). Logo, o ato fundamental da arquitetura é compreender a “vocaçãõ” do lugar. Dessa maneira, protegemos a terra e nos tornamos parte de uma totalidade compreensível. O que se defende aqui não é uma espécie e “determinismo ambiental”. Apenas reconhecemos o fato de que o homem é parte integral do ambiente e que ele somente contribui para a alienação e ruptura do ambiente quando se esquece disso. (SCHULZ, 2006, p. 459).

¹⁵ SCHULZ, Christian Norberg. *op. cit. apud. NESBITT, Kate. op. cit. p. 459.*

1.4 Lugar

Nossa vida cotidiana consiste de objetos e compreende fenômenos repercutidos pelos sentidos a partir da apreensão dos objetos que motivam os sentimentos. Isso significa que o que nos é “dado” é o “conteúdo” de nossa existência.

As coisas concretas que nos rodeiam são aquelas que constituem o mundo que nos é “dado”. Esse mundo é repleto de fenômenos que se inter-relacionam e resultam no que podemos chamar de “lugar”, ou seja, o ambiente que possui “caráter” e, portanto, significado e identidade peculiares. Significados que são agregados de forma, primeiramente, íntima e pessoal e, por conseqüência, coletiva em um segundo momento.

Todos os acontecimentos da vida no mundo atêm lugares. O lugar faz parte da existência de todas as coisas e de todos os seres e, aqui, referimo-nos a ele como algo maior do que uma localização abstrata, mas como um conjunto de fenômenos concretos que possuem qualidades materiais de forma, textura, cor, luz e sombra, ou seja, o “lugar” possui qualidades sensíveis que manifesta a sua essência. Ou poderíamos dizer que o “lugar” possui qualidades que informam a poética.

De acordo com Schulz¹⁶, as ações cotidianas exigem ambientes diferentes e, em conseqüência disso, as cidades consistem em variados lugares. Os lugares construídos pelo homem se relacionam de três principais formas:

(...) em primeiro lugar o homem (...) quer visualizar seu “modo de entender” a natureza, dando “expressão” à base de apoio existencial que conquistou. Para tanto ele constrói o que viu (...). em segundo lugar, o homem tem de simbolizar seu modo de entender a natureza (...) “traduzir” para outro meio um significado experimentado. (...). Finalmente, o homem precisa reunir os significados aprendidos por experiência (...). A reunião desses significados depende, é claro, da simbolização e pressupõe uma transposição de sentido para um lugar, que por isso assume o caráter de um “centro” existencial. (SCHULZ, 2006, p. 453).

Neste sentido, primeiramente o homem “acolhe” um lugar na natureza por algo que, de certa forma, se destaca ou o toca de maneira diferente ao interagir com

¹⁶ SCHULZ, Christian Norberg. *op. cit. apud. NESBITT, Kate. op. cit. p. 453.*

ela. Por exemplo: todas as árvores são árvores, mas durante o seu caminhar pela floresta ‘uma’ árvore, seja pelo seu tamanho, cor, ou localização em uma clareira, chama a sua atenção. Nesse momento, o homem se identifica com aquela árvore especial em relação a todas as outras, e com aquele lugar onde esta referencia se encontra. Por meio de recursos simbólicos, busca compreender-construir a natureza que o envolve, utilizando-se de representações ou adequando-se ao que ela de certa forma impõe, configurando e agregando a topografia, os cursos d’água, etc.

Essa é a sua forma de simbolizar a sua experiência de encontro com a árvore, com os componentes que a envolvem, com a paisagem que se forma ao seu redor, e, de expressar a sua leitura desses fenômenos.

Por último, o homem agrega sentidos e significados ao que construiu a partir de sua vivência e convivência com esse sítio, que se transforma em um “lugar” com carga simbólica, com “espírito”.

Para ele, o propósito existencial da construção, ou melhor dizendo, da expressão arquitetônica é fazer um sítio tornar-se um lugar, revelando seus significados no ambiente “dado”, o que nos leva a relembrar o conceito antigo de *genius loci*. Este seria o principal determinante da expressão cultural, advinda de grande parte dos tipos de formações sociais.

O “lugar” constitui no sítio ou na localização que possui ou possuiu vivência, poderíamos dizer que onde há vivência, há expressão arquitetônica. Esta representa a presença humana no mundo, portanto, a arquitetura, de acordo com Schulz, produz lugares.

1.5 Memória

Em seus estudos fundamentados na fenomenologia, Heidegger¹⁷ utiliza da linguagem para desenvolver suas teorias e considera-a a primeira a dar às coisas o acesso à palavra e à aparência. A linguagem e a poesia possibilitam a interpretação das coisas da natureza e o “retorno” a essas coisas, como já dissemos anteriormente. Para Heidegger, a poesia fala por imagens e a origem das imagens

¹⁷ HEIDEGGER, Martin. *apud.* SCHULZ, Christian Norberg. **O Pensamento de Heidegger sobre Arquitetura.** *apud.* NESBITT, Kate. *op. cit.* p. 467.

poéticas está na “memória”. Poderíamos aqui também, retomar a idéia de Bachelard¹⁸, que relaciona a origem das imagens poéticas a “arquétipos adormecidos no inconsciente”.

A palavra alemã para memória, *Gedächtnis*, significa “o que foi pensado”. No caso, deve-se entender pensado no sentido de *Andenken*, isto é, como a revelação ou desvendamento da “coisidade”, ou do “Ser dos seres”. (SCHULZ, 2006, p. 467).

Esses arquétipos adormecidos poderiam ser representados pela nossa memória infantil, pelas lembranças e construções imaginativas que ficaram perdidas nos lugares mais distantes de nossa mente, mas que estão lá e interferem em nossa relação com os fenômenos que nos envolvem.

Bachelard propõe para a análise dos espaços e da “imagem poética”, imagens simples que fazem parte de nossa vida cotidiana e do processo de formação do ser humano. São as imagens do chamado “espaço feliz”, ou dos “espaços amados”.

Um dos exemplos utilizados pelo filósofo é a imagem poética da “casa”, como símbolo de um espaço que possui valor de proteção, conforto e intimidade, “Pois a casa é nosso canto no mundo. Ela é, (...), nosso primeiro universo.” (BACHLARD, 1993, p. 200). E a figura da “casa”, também pode ser tomada aqui, como a “alma” do ser, que habita em si próprio.

A “casa” como abrigo, como refúgio, nos conduz sempre às mais antigas memórias, que não se dissociam nunca da imaginação. Estas memórias enraizadas em nosso ser e intrinsecamente ligadas à nossa capacidade de imaginar são responsáveis pela edificação de nossa estrutura ontológica, pela criação de imagens e valores que ficam depositados nos lugares do nosso ser.

Talvez esteja aí a razão de certos lugares, construções e objetos nos parecerem familiares ou nos despertarem sentimentos de identificação e afinidade mesmo sem nunca terem nos sido apresentados anteriormente.

Aqui o espaço é tudo, porque o tempo não mais anima a memória. A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta, (...). não se podem reviver as durações abolidas. Só se pode pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de toda densidade. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados em longos

¹⁸ BACHELARD, Gaston. *op. cit.* p. 2

estágios. O inconsciente estagia. As lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas. (BACHELARD, 1993, p. 203).

De acordo com Langer¹⁹, durante o nosso processo de desenvolvimento do estado animal para o de ser humano, o cérebro sofreu mudanças e, conseqüentemente, o nosso sistema de impulsos emocionais também.

Somos constantemente expostos aos mais variados tipos de eventos, que despertam inúmeras e diferentes emoções que são, muitas vezes, incompatíveis umas com as outras.

Como modo de “filtragem”, a maioria desses estímulos é consumida dentro do cérebro, e na maioria das vezes, reagimos apenas à emoção central despertada.

As demais emoções, que foram “filtradas”, permanecem no âmago do ser e podem reaparecer diante de outros acontecimentos, que são considerados novos à nossa assimilação do meio.

A arte e todas as formas da expressão da existência humana são representadas por uma linguagem constituída de símbolos, que são relacionados a essa existência e que estão intrinsecamente ligados às nossas memórias e sentidos.

Segundo Juhani Pallasmaa²⁰, a riqueza de uma obra de arte, – e aqui englobaremos a arquitetura e o fenômeno urbano – está na vitalidade das imagens que ela desperta e – paradoxalmente – as imagens que permitem maior número de interpretações são despertadas pelas formas mais simples, mais arquetípicas.

Esses conceitos podem ser também encontrados em produções atuais de arquitetos contemporâneos como Peter Zumthor. O arquiteto interessa-se em encontrar o que seria a “verdadeira qualidade arquitetônica” e, para ele, esta qualidade está na capacidade que a obra possui de tocar os indivíduos sempre que vista ou penetrada.

Zumthor busca ressaltar a reciprocidade de efeitos que ele acredita existir entre as pessoas e as coisas que as rodeiam através da escolha e disposição dos materiais e dos efeitos de som, temperatura, luz e sombra que estes podem agregar à sua arquitetura.

Além disso, enaltece o ato de nos movimentarmos dentro da arquitetura, descobrir, escolher ou descartar de forma livre os seus espaços e estabelecermos com eles, graus de intimidade.

¹⁹ LANGER, Susanne. **Ensaios Filosóficos**. São Paulo. Cultrix LTDA. 1962. p. 70-71

²⁰ PALLASMAA, Juhani. *op. cit.* apud NESBITT, Kate. *op. cit.* p. 484.

Sem dúvida, o fato de que certas lembranças remotas conservam para toda a vida sua identificabilidade pessoal e vigor emocional é uma prova convincente da importância e da autenticidade dessas experiências, assim como os sonhos e devaneios diurnos revelam os conteúdos mais verdadeiros e espontâneos de nossa mente.²¹ (PALLASMAA, 2006, p. 485).

Além da memória profunda, poderíamos também indicar a memória histórica como elemento estruturador do ser, que, do mesmo modo, é constituída por símbolos e figuras de linguagem que estão em contato conosco desde muito tempo, construindo nossas maneiras de organização, convivência e comportamento. No caso da memória histórica, essas lembranças fazem referência ao coletivo, ao grupo social.

A vivência no meio urbano, por exemplo, nos submete constantemente às influências desses arquétipos, mitos e símbolos provindos de todo um decorrer do tempo no espaço. Segundo Argan²²:

(...) o que chamamos de espaço visual, o senso espacial da cidade, é feito de relações associativas e constitui aquele “tesouro interior” que é o pensamento da cidade e que nos permite chamar-nos de seus cidadãos, da mesma forma que o “tesouro interior da língua” e de uma determinada língua nos permite chamar-nos de homens e homens de determinado país. (ARGAN, 1998, p. 239).

1.6 Espaço e Caráter

Em seu ensaio “O Fenômeno do Lugar”, Norberg Schulz trabalhou os conceitos de “espaço” e “caráter” de maneira adjunta, considerando-os conceitos interdependentes.

Os lugares são compostos por questões de âmbito espacial, porém, o “espaço” que aqui pretendemos destacar não é aquele de noção abstrata, mensurada e matemática, e sim, como “dimensão existencial”.

O “espaço” pode ser distinguido como “geometria tridimensional” ou como “campo perceptual”. Entretanto, segundo o autor, nenhum dos dois usos é satisfatório, uma vez que

²¹ PALLASMAA, Juhani. *op. cit. apud NESBITT, Kate. op. cit. p. 485.*

²² ARGAN, Giulio Carlo. *op. cit. p. 239.*

(...) são abstrações a partir da totalidade intuitiva tridimensional da experiência cotidiana, que podemos chamar de “espaço concreto”. Na realidade, as ações concretas das pessoas não têm lugar num espaço isotrópico homogêneo, mas ocorrem em um espaço que se caracteriza por diferenças qualitativas, como “em cima” e “em baixo”. (SCHULZ, 2006, p. 449).

Pode-se dizer que o espaço moderno, homogêneo e infinito é quantitativo, em oposição ao espaço da geometria sensível, que é qualitativo e se relaciona com a totalidade do ser e, de acordo com Jane Vical²³, “(...) o espaço não pode ser nomeado porque ao ser nomeado, afasta-se da sua condição ideal e passa a ser identificado com as qualidades de uma área geográfica (...)”.

Segundo Heidegger²⁴, todo espaço cercado é definido por uma fronteira e, “A fronteira não é aquilo em que uma coisa termina, mas, como já sabiam os gregos, a fronteira é aquilo de onde algo começa a se fazer presente”. Com base nas teorias de Heidegger, Schulz²⁵ afirma que:

As fronteiras de um espaço construído são o chão, a parede e o teto. As fronteiras de uma paisagem são estruturalmente semelhantes e consistem no solo, no horizonte e no céu. Essa similaridade estrutural simples tem uma importância fundamental para as relações entre os lugares naturais e os lugares feitos pelo homem. (SCHULZ, 2006, p. 450-451).

Segundo Schulz, “espaço” e “caráter” tratam-se também de categorias de classificação dos lugares. O “espaço” refere-se à organização tridimensional dos elementos que constituem um “lugar” e, o “caráter”, é responsável por caracterizar a atmosfera, as qualidades ambientais que atribuem esse “lugar”. É esse último que nos oferece os elementos concretos que definem o lugar a partir do espaço e que nos servem de base para a análise dos fenômenos concretos da vida cotidiana.

Nesse sentido, espaço para o autor não é o espaço que pode ser medido por um sistema métrico quantitativo, mas relaciona-se com uma geometria sensível que dá forma à estrutura ontológica, e pode ser identificada por conceitos arquetípicos, delimitando espaços arquetípicos.

²³ VICAL, Jane. **A categoria temporal para a investigação sobre o conceito de lugar urbano**. In: ANAIS DO 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA URBANA. 2009, Campinas. p. 326-389.

²⁴ HEIDEGGER, Martin. *apud*. SCHULZ, Christian Norberg. *apud*. NESBITT, Kate. *op. cit.* p. 450.

²⁵ SCHULZ, Christian Norberg. *op. cit. apud*. NESBITT, Kate. *op. cit.* p. 450-451.

Para melhor esclarecimento e fundamentados pelos escritos de Schulz, poderíamos dizer que os “lugares” devem ser classificados por meio da utilização de substantivos, uma vez que são considerados “coisas (reais) que existem”: ‘ilha’, ‘promontório’, ‘floresta’, ‘praça’, ‘chão’: “(...) o lugar é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; e ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano.”²⁶. Já o “caráter”, deve ser designado através da utilização de adjetivos que caracterizem os seus mais diversos aspectos.

1.7 Paisagem e paisagem habitada

Muitas vezes consideramos paisagem o simples conjunto de elementos dispostos em uma composição e a sua contemplação. Podemos pensar num caminhar pela natureza ou pelo meio urbano em que nos colocamos atentos aos seus elementos: às montanhas, as flores, ao movimento das nuvens, ou às casas, à textura do calçamento, às luzes noturnas.

Segundo o filósofo Georg Simell²⁷, o fato de nos atermos a um ou outro elemento não nos concede a consciência de estarmos vendo uma paisagem, na verdade, para ele

(...) semelhante conteúdo particular do campo visual não há de acorrentar o nosso espírito. A nossa consciência, para além dos elementos, deve usufruir de uma totalidade nova, de algo uno, não ligado às suas significações particulares nem delas mecanicamente composto - só isso é a paisagem. (SIMELL, p. 5).

Podemos adotar a natureza como uma “unidade sem fronteiras” (SIMELL, p. 6), como as coisas infindas e ligadas entre si através de ciclos, expressa em continuidade de existência em espaço e tempo, portanto, não pode ser parcelada, ou concebida em frações. No caso da paisagem, uma delimitação torna-se

²⁶ MONTANER, Josep Maria. **A Modernidade Superada**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. *apud*. VICTAL, Jane. *op. cit.* p. 279.

²⁷ SIMELL, Georg. **A Filosofia da paisagem**. Covilhã. 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>. Acesso em 03 ago. 2010

necessária, seja ela momentânea ou perdurável. Essa delimitação possui caráter individual.

A natureza, que no seu ser e no seu sentido profundos nada sabe da individualidade, graças ao olhar humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de 'paisagem'. (SIMELL, p. 7).

Só neste meio mais amplo se justifica a nossa interpretação da paisagem a partir dos derradeiros fundamentos configuradores da nossa imagem do mundo. (SIMELL, p. 11).

Sobre a paisagem habitada, Schulz²⁸ menciona em seu ensaio, que para Heidegger a arquitetura é digna de “reunir” elementos e fenômenos e, justamente o que é “reunido”, é o que denominamos “paisagem habitada”, portanto, a “paisagem habitada” é uma “paisagem conhecida”, que apresenta e dá lugar à vida humana.

A capacidade humana de habitar, se dá através da sua capacidade de concretizar o próprio mundo, construindo coisas e expressando-se através delas.

O termo “habitar” sempre quando elucidado por Heidegger, concerne às relações entre o homem e o “lugar”. O homem que “habita” está localizado em um “lugar” e exposto ao seu “caráter”, simultaneamente. Antes de tornar-se um “lugar”, a localização precisa ser conhecida e, reconhecida pelo indivíduo. Desse modo, com base no pensamento de Schulz²⁹, a “orientação” e a “identificação” tornam-se funções psicológicas estreitamente envolvidas nessa condição humana.

Para conquistar uma base de apoio existencial, o homem deve ser capaz de orientar-se, de saber onde está. Mas ele tem de *identificar-se* com o ambiente, isto é, tem de saber como está em determinado lugar. (SCHULZ, p. 455).

Para Heidegger³⁰ e outros autores fundamentados em suas teorias, a capacidade de orientação e identificação são os fatores que conferem ao ente a sensação de adesão emocional. O ser humano possui a necessidade do sentimento de pertencimento que a identificação garante e, a de nortear-se em seu entorno, o que possibilita a manifestação da face “peregrina” de sua natureza.

²⁸ SCHULZ, Christian Norberg. *op. cit. apud. NESBITT, Kate. op. cit. p. 468*

²⁹ *Ib idem.*

³⁰ HEIDEGGER, Martin. *apud. SCHULZ, Christian Norberg. apud. NESBITT, Kate. op. cit. p. 457.*

(...) os objetos de identificação são propriedades concretas do ambiente e as pessoas geralmente desenvolvem relações com elas durante a infância. A criança cresce em espaços verdes, marrons ou brancos; passeia ou brinca na areia, na terra, na pedra ou no musgo, sob um véu nublado ou sereno; agarra e levanta coisas duras e macias; ouve ruídos, como o som do vento balançando as folhas de uma certa espécie de árvore; tem experiências do calor e do frio. É assim que a criança toma conhecimento do ambiente e elabora esquemas perceptuais que determinam todas as suas futuras experiências. Os sistemas perceptuais se compõem de estruturas universais,[ontológicas do ser] inter-humanas, e também de estruturas condicionadas pela cultura e determinadas pelo lugar. É evidente que todo ser humano precisa possuir tanto sistemas mentais de orientação como de identificação. (SCHULZ, 2006, p. 457).

1.8 Devaneio

O conceito de “devaneio” foi proposto por Bachelard³¹ a fim de explicar o que seria uma fenomenologia da alma e, a partir desse método, estudar os fenômenos da imagem poética.

O mundo que nos envolve, em sua materialidade concreta e imediata e infinidade de espaços e lugares pode ter uma diversidade de significados que são estabelecidos ou apreendidos essencialmente com base no ser que a ele aplica esses significados, não existindo separação entre “significado” e “homem”, ou significado e existência.

Como método de experiência dos lugares e de “abertura” à assimilação das imagens poéticas que eles emanam, Bachelard propõe um “conhecimento” dos espaços dentro de um estado de “devaneio”, o que significa o indivíduo deixar-se fluir através dos estímulos sensíveis e da sedução que esses “lugares” depreendem, despido de qualquer dedução a priori e aberto ao seu imaginário.

Segundo Langer³²:

(...) A imaginação é provavelmente o mais antigo traço mental tipicamente humano – mais antigo do que a razão discursiva; é provavelmente a fonte comum do sonho, da razão, da religião e de toda observação geral verdadeira. É esta primitiva força humana – a imaginação – que engendra as artes e é, por seu turno, diretamente afetada por suas produções. (LANGER, 1962, p. 88).

³¹ BACHELARD, Gaston. *op. cit.* p. 6

³² LANGER, Susanne. *op. cit.* p. 88

De acordo com Bachelard³³, as coisas cotidianas, que se relacionam com nossa vida social, pessoal e psíquica, devem receber atenção e significação do indivíduo. Esse deve estar aberto ao “devaneio”, ou seja, atento, sensível e imaginativo quanto aos fenômenos que os cercam para que possa apreender os sentidos dos “lugares”.

O devaneio pode ser também considerado como aquilo que abriga os valores que marcam o homem no mais profundo de seu ser. Por sua vez os lugares onde uma vez foi manifestado o devaneio se reconstituem em outro momento ou em outro espaço, em uma nova experiência de devaneio. “(...) é justamente porque as lembranças das antigas moradias são revividas como devaneios que as moradias do passado são em nós imperceptíveis.” (BACHELARD, 1993, p. 19). As memórias profundas são percebidas apenas no estado de devaneio, ou seja, quando estamos em um estado de vigília despreocupada, desinteressada das objetividades, tal como nas viagens de lazer.

Dentro do meio urbano o estado de devaneio se caracterizaria pelo deixar-se guiar pelas ruas e pela observação da paisagem de maneira descompromissada, sem a estipulação de roteiros. O caminhante escolhe seus trajetos e se detém nas paisagens que acarretarem nele algum estímulo sensível, que surge justamente da memória profunda, dos arquétipos adormecidos na alma. Assim, propomos o devaneio como modo de travessia, imersão e apreensão dos lugares urbanos como elementos ocasionados pela relação dinâmica de tempo-espaço.

Bachelard³⁴ propõem o estado de “devaneio poético” como modo de acesso a uma fenomenologia da alma:

Por si só, o devaneio é uma instância psíquica que muitas vezes se confunde com o sonho. Mas quando se trata de um devaneio poético, de um devaneio que frui não somente de si próprio, mas que prepara gozos poéticos para outras almas, sabemos que não estamos mais no caminho fácil das sonolências. O espírito pode relaxar-se; mas no devaneio poético a alma está de vigília, sem tensão, repousada e ativa. Para fazer um poema completo, bem estruturado, será preciso que o espírito o prefigure em projetos. Mas para uma simples imagem poética não há projeto, não lhe é necessário mais que um movimento da alma. Numa imagem poética a alma afirma sua presença. (BACHELARD, 1993, p. 6).

³³ BACHELARD, Gaston. *op. cit.* p. 19

³⁴ *Ib idem*

Portanto, o estado de “devaneio” pode ser aqui representado pela apreensão dos espaços pelo homem a partir de sua estrutura ontológica constituída ao longo de sua vida “(...) tendo os sentidos como receptores da experiência do seu corpo no mundo e na fruição das coisas também no mundo.” (VICTAL, 2009, p. 279).

1.9 O Mito do labirinto

Dentro da proposta de análise dos lugares e da paisagem urbana a partir do conceito de devaneio proposto por Bachelard, sugerimos o uso do arquétipo do labirinto como figura mais representativa na demonstração da idéia.

Com base nos escritos de Joseph Rykwert³⁵, a figura mítica do “labirinto” trata de um dos mais antigos símbolos³⁶ na história da humanidade. O labirinto teria o propósito de deter ou confundir o indivíduo que com ele se depara, até que consiga solucionar seu enigma ou encontrar os seus caminhos.

Buscaremos maior ênfase no tratamento do labirinto como o caminho que deve ser encontrado ou traçado pela alma do ser que realiza uma “travessia”

O termo “travessia” pode ser tomado como um encontro consigo mesmo ou uma superação interior do ser humano e propõe um encontro com o “ser” do ente. Desse modo, o mito do labirinto apresenta-se, na maioria das vezes, relacionado aos antigos rituais de iniciação que têm a finalidade de “propiciar ao neófito conhecimentos que lhe permitirão confrontar e superar questões imediatas, se bem que estranhas, (...) mediante um recurso simbólico.”³⁷

A figura mais emblemática ao mito do labirinto é representada pela casa do Minotauro em Cnossos. Segundo Rykwert³⁸, o labirinto, nunca foi satisfatoriamente identificado com quaisquer das ruínas escavadas em Creta.

³⁵ RYKWERT, Joseph. **A Idéia de Cidade, A Antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo**. São Paulo. Perspectiva. 2006. p. 172.

³⁶ O labirinto se trata de um símbolo “apotropaico”. Apotrópio (do grego “apotropios”) é o mesmo que apotropaico, ou seja, que trata do conjunto dos ritos da medicina primitiva. Trata também dos rituais ou símbolos de evocação aos deuses cujo auxílio se invocava para afastar uma desgraça temida, bem como dos sacrifícios e vítimas imoladas a esses deuses. Disponível em <<http://www.ciberduvidas.pt/pergunta.php?id=2551>>. Acesso em 22 ago. 2010.

³⁷ RYKWERT, Joseph. *op cit.* p. 172.

³⁸ *Ib idem.*

Sua primeira descrição textual, na *Ilíada*, nada diz respeito do palácio dos muros altos e caminhos tortuosos que Virgílio conheceu. O labirinto de Homero, (...) é um piso reservado para dança que aparecia representado sobre o escudo feito por Hefesto para Aquiles, “à semelhança daquele traçado por Dédalo, na grande cidade de Cnossos, para Ariadne, a de brilhantes caracóis”. Num comentário acerca deste trecho, Eustáquio de Tessalônica diz que Teseu aprendera de Dédalo a dança de Ariadne (neste caso Dédalo é, antes de tudo, o construtor mítico do palácio) e que dançou para representar sua entrada no labirinto, a morte do Minotauro e sua fuga. Eustáquio inclusive afirma – aproximadamente no ano de 1.100 a. C. – que chegou a conhecer um velho marinheiro capaz de dançá-la, mas não parece particularmente interessado na conexão entre o labirinto e a dança. (RYKWERT, 2006, p. 173).

Para alguns autores é do labirinto, no mito do Minotauro, que se origina a arquitetura. Ele expressa o mundo existencial, simboliza o inconsciente, o erro, e o distanciamento da origem da vida.

Os labirintos eram, antes de tudo, canais de salvação e modelos de iniciação, mas em determinadas ocasiões cumpriam uma função menos elevada, pois serviam para emparedar ou para excluir alguém. Com essa finalidade apareciam nas soleiras das portas, nas portas, janelas ou nas vestimentas das pessoas, enquanto nas tumbas tinham, aparentemente, a função dupla de manter seguros os espíritos mortos em seu lugar de descanso e de repelir os intrusos, humanos ou divinos. As danças labirínticas possuíam uma função muito semelhante à dos desenhos do mesmo tema. (RIKWERT, 2006, p. 177).

O mito do labirinto está situado no mais profundo na natureza humana. Ele reflete o medo ancestral e a desorientação vivida pelo ser humano, e, como ser racional, o medo fundamental das possibilidades e riscos da vida. Ele é o espaço para a desorientação.

A solução para o enigma do labirinto não está na origem, no centro, nem dentro, nem fora do labirinto, não está em parte nenhuma. A origem é o centro do labirinto, seu fim e seu início. Mas no centro não há nada, a não ser a experiência que é adquirida durante sua “travessia”. Para Cirlot³⁹:

A travessia, a peregrinação, a passagem, são formas diversas de expressar o mesmo avanço, partindo de um estado natural para um estado de consciência por meio de uma etapa na qual a travessia simboliza justamente o esforço de superação. Essa travessia implica o avanço através do labirinto até descobrir seu centro, que é uma imagem do centro, na sua identidade.

³⁹ CIRLOT, Jean-Eduardo. **Dicionário de Símbolos**. São Paulo. Moraes, 1984. p. 577, *apud*. FUÃO, Fernando Freitas. **O Sentido do Espaço. Em que sentido, em que sentido?** 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/563>> Acesso em 06 set. 2010.

O papel do labirinto, de certa forma, é o de não nos deixar ver o mundo que existe fora dele, ou imaginá-lo. Sua função é a de não só envolver o corpo, mas a mente também, sob a alegação de uma aprendizagem para a orientação e de seu aspecto lúdico. É o lugar da simultaneidade da perda e do encontro.

Podemos perceber que a figura do labirinto está presente na imaginação e nos rituais dos povos desde a antiguidade e sempre se apresentou como um arquétipo de grande potencial imagético, relacionado às questões espaciais.

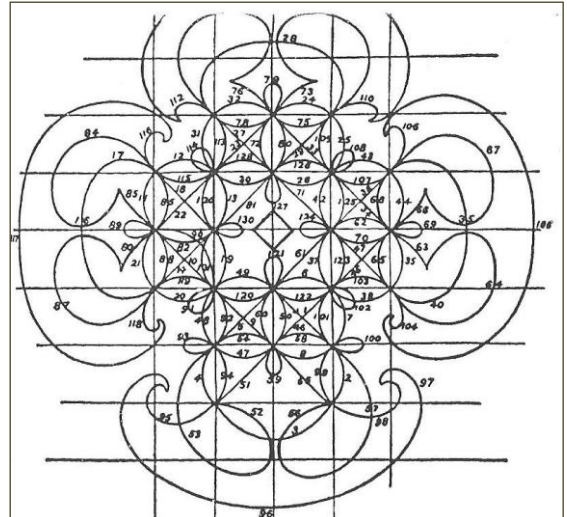
Justifica-se assim, a escolha desta figura como sendo a melhor referência e a melhor representação para conduzir o estudo dentro dos aspectos que almejamos detectar e discutir. Primeiro, através do estabelecimento de uma analogia entre o traçado orgânico de Ouro Preto e os percursos labirínticos e, segundo, pela intenção de uma leitura da cidade tendo o indivíduo imerso em seu ambiente, envolto por sua atmosfera e por seus estímulos, estando alheio ao seu mundo comum ou cotidiano.



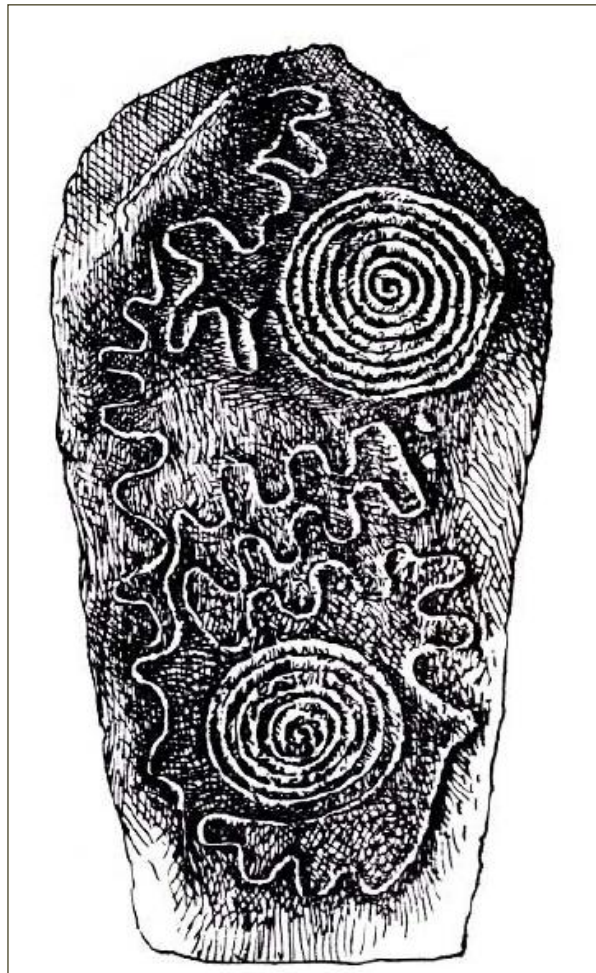
Moeda de Cnossos. Século II-I a.C. labirinto circular.
Fonte: RYKWERT, Joseph. **A Idéia de Cidade**. São Paulo. Perspectiva. 2006.



Moeda de Cnossos. Século II-I a.C. labirinto retangular.
Fonte: RYKWERT, Joseph. **A Idéia de Cidade**. São Paulo. Perspectiva. 2006.



Desenhos na areia feitos pelos nativos de Vanuatu (Ilhas Novas Hébridas – Malakula, Ambrim, Oba), como exercícios de habilidade. Atualmente na lista dos patrimônios imateriais da UNESCO.
Fonte: RYKWERT, Joseph. **A Idéia de Cidade**. 2006. p. 177.



Gravura rupestre, proveniente de Monte Eiró, Marco de Canaveses. Museu Soares dos Reis, Porto.
Fonte: FREITAS, Lima de. **Das Geometrias Labirínticas**. 1984

CAPÍTULO 2

Urbanização no período do ouro

Fazendo uso da figura mítica do labirinto como fio condutor do presente estudo, podemos estabelecer aqui, uma comparação com a constituição urbana da cidade de Ouro Preto, considerando que esta teve como base as premissas e os modos de urbanização aplicados em Portugal, transportados à colônia e adaptados às condições aqui encontradas.

Diante da “configuração labiríntica” da cidade, nos deparamos com a polêmica existente entre as formações urbanas de colonização portuguesa e espanhola, na América Latina. Quando se trata do desenho urbano, as povoações portuguesas assumiram o que é usualmente entendido como provenientes de ocupação espontânea ou mesmo, com tendo um traçado de aparente “desordem urbana”, ao serem comparadas às de colonização espanhola. Dessa maneira, a crítica quanto à formação das cidades coloniais brasileiras recai sobre a tópica de uma constituição à revelia de planejamento, direcionada pela inspiração remanescente de um Portugal medieval.

2.1 Formação das cidades no Brasil Colônia

Nos escritos clássicos sobre esta temática, autores como Robert Smith e Sérgio Buarque de Holanda criticam as ruas tortuosas e sem aparente racionalidade de estabelecimento, em uma contraposição proporcional ao elogio das cidades espanholas, constituídas sob o traçado geométrico em “tabuleiro”, adotado como tipo para a organização que orientou o desenvolvimento dessas aglomerações urbanas iniciais.

Em contraposição, outros autores defendem que a não adoção desses sistemas por Portugal vai muito além de um mero arcaísmo. A constituição de cidades de acordo com sua topografia original onde os elementos naturais do sítio

exercem função estruturante, a sua compreensão como organismo dinâmico, funcional, cultural e socialmente ativo, seria resultado de uma longa e metódica experiência de criação urbana. Segundo Murillo Marx ⁴⁰:

Portugal não criou nunca um corpo de legislação especial para suas colônias; preferiu transferir sua legislação e sua jurisprudência. O resultado foi eloqüente no que diz respeito à paisagem urbana, que foi semeando pelos quatro cantos do mundo e que se disseminou, mais do que em nenhuma outra parte, nas Américas. Ao ecoar a paisagem urbana da metrópole europeia, as fundações brasileiras de quase todo o período colonial atestavam com impressionante precisão a persistência de costumes. (MARX, 2003, p. 18).

Uma das linhas de pensamento sobre a presente crítica é a de que a diferença na formação das cidades das Américas Espanhola e Portuguesa está no fato de que o urbanismo espanhol era direcionado por uma legislação específica e abrangente formulada para suas colônias e que deveria ser seguida pelos povoadores, enquanto que, os portugueses, utilizavam aqui as “Ordenações do Reino” ⁴¹, adotadas no ultramar.

As Ordenações tinham sua preocupação maior e apresentavam diretrizes mais concretas no que diz respeito à arquitetura – à construção de edifícios, principalmente religiosos e administrativos configurados dentro de um modelo de implantação caracterizado pelas casas de Câmara, palácios e pelourinhos –, e não a fundação de cidades.

Outro fator importante ressaltado por Marx⁴² e que pode servir-nos de base é o de que o surgimento e a transformação dos estabelecimentos urbanos de colonização portuguesa e, principalmente os brasileiros, estiveram intimamente relacionados à união do poder da Igreja com o do Estado, fato que, em diferentes

⁴⁰ MARX, Murillo. **Nosso Chão**: do sagrado ao profano. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2003. p. 18

⁴¹ Como Colônia portuguesa, o Brasil estava submetido às Ordenações do Reino, que eram as compilações de todas as leis vigentes em Portugal, mandadas fazer por alguns de seus monarcas e que passavam a constituir a base do direito vigente. Tratava-se de verdadeiras consolidações gerais, que serviriam de molde para as codificações futuras. Assim, o direito aplicável ao Brasil durante o período colonial foi basicamente regido pelas Ordenações Afonsinas, promulgadas em 1480, pelas Manuelinas, de 1520 e pelas Filipinas, de 1603. Fonte: Revista Jurídica Virtual, Brasília, vol. 1, n. 3, julho 1999. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_03/ordenamento%20jur%20brasil.htm>. Acesso em 08/09/2010.

⁴² MARX, Murillo. *op. cit.* p. 20

épocas e de diferentes formas, influenciou o controle desses núcleos urbanos e, conseqüentemente, o estabelecimento da sua configuração.

Ligados à Igreja, os dois Estados ibéricos passaram com sua expansão ultramarina a deter amplos poderes sobre as questões eclesiásticas. A maneira de regular o convívio entre o poder temporal e o espiritual, como dois braços do trono, deu-se através de inúmeras concordatas por toda a parte, embora de maneira muito distinta entre Portugal e Espanha. Nesta última, quando se formulou uma legislação específica para seu império colonial, tais acertos mereceram a atenção em primeiro lugar. Quando na mesma codificação se estipulou determinado urbanismo para vicejar em outros continentes, estava pressuposto e bem definido o papel dos dois tipos de instituições decorrentes. Tal não se deu em Portugal, que transferiu sua legislação e dela se serviu em outras terras. As normas da Igreja, por toda a parte em suas colônias, foram seguidas mais fielmente que as do Estado. O resultado desenhou doutra maneira, muito distinta, a cidade que promoveu entre nós. (MARX, 2003, p. 20).

Diferentemente da Coroa portuguesa, a Espanha estabeleceu um código de leis para a implantação de cidades em suas colônias, as *leyes de los reynos de Indias*, e Portugal, transferiu para o Brasil as leis utilizadas na metrópole, o que resultou na paisagem diversa das cidades da América Espanhola.

No que diz respeito aos estudos mais recentes, quanto ao “não-urbanismo” português, Nestor Goulart Reis Filho⁴³ apresenta sua compreensão através dos condicionantes socioeconômicos do período colonial no Brasil.

Para o autor, devido ao fato de o Brasil ter sido submetido a uma política colonial de latifúndio, da produção de açúcar e da mão-de-obra escrava, a colônia apresentava uma vida centrada no campo. Essa política proporcionou certo impulso urbanizador, mas o planejamento ficou restrito às cidades localizadas no litoral, mais próximas do controle da Metrópole e dotadas de investimentos e profissionais como os engenheiros militares enviados pela Coroa. No caso das pequenas vilas, principalmente as do interior do território brasileiro, a princípio, não possuíam diretrizes ou planos específicos. Os assentamentos se localizavam de acordo com as necessidades impostas pela natureza, pela extração dos minerais valiosos ou de outro modo de utilização da terra.

⁴³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo. Pioneira. 1968. p. 65.

Durante os primeiros trinta anos após o descobrimento das terras brasileiras, a coroa não apresentava qualquer intuito de ocupar o território, mas o de defender a terra. Com isso, fundaram modestas povoações que se caracterizavam mais pelas atividades de comercialização e troca do pau-brasil do que por assentamentos urbanos movidos pelo ímpeto de colonização.

O sistema de capitanias hereditárias representa a primeira política efetiva de colonização do Brasil. Durante os primeiros quinze anos de implantação da política foram fundadas diversas vilas entre elas Igarçu, na capitania de Pernambuco (1536), Olinda (1537), Porto Seguro e Santa Cruz (1535), Vila Velha (1530), São Vicente (1532) e São Paulo de Piratininga (1554). Estes assentamentos a princípio não tiveram nenhum planejamento quanto à abertura de arruamentos e implantação das casas, nem a presença das clássicas edificações administrativas portuguesas representadas pela casa de Câmara e Cadeia.

Diante de sucessivos ataques franceses e indígenas a organização por meio de capitanias hereditárias não obteve sucesso e a coroa via a necessidade de uma reformulação administrativa através do estabelecimento de um Governo Geral.

Para isto, iniciam-se diversas atividades urbanizadoras. A cidade de Salvador, construída em 1549 para receber a sede do primeiro governo geral, foi uma das primeiras cidades a receber um traçado orientado pelas linhas ortogonais, seguida pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565).

A partir de meados do século XVI a urbanização demonstrava-se com pouca força. As poucas e pequenas vilas constituídas de maneira dispersa e distribuída pelo litoral favoreciam a invasão do território por outras nações.

Sabemos que no Brasil, os primeiros mapas e planos dos assentamentos urbanos datam do século XVII, entre eles, Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, Recife e São Luiz, o que comprova que a América portuguesa adotou, desde esse momento, um código de regularização para suas cidades, que foi ampliado a partir do século seguinte, através da política de Pombal.

Por volta de 1745 a Coroa, no contexto das reformas pombalinas, passou a tomar medidas quanto à reestruturação administrativa, a fim de recuperar o controle econômico, mediante a fundação de assentamentos urbanos planejados e a regularização dos demais assentamentos constituídos anteriormente.

Pombal estabeleceria uma política de modificação rigorosa para o traçado urbano das vilas coloniais portuguesas, que teve início no interior do nordeste, através da implantação de novos sistemas de fortificações. Novas regras de alinhamento seriam aplicadas sob a previsão de um traçado urbano ordenado para as vilas, este, regido pelo modelo português, caracterizado pela demarcação das praças e cuidados ao que diz respeito à localização da igreja, do pelourinho, da casa de Câmara e Cadeia.

No que se refere à ocupação do sertão, a Vila Bela, recomendada para ser capital da recém fundada capitania do Mato Grosso, localizada na fronteira com território espanhol, foi um dos núcleos brasileiros onde as novas regras das reformas pombalinas foram aplicadas com maior rigor, recebendo cuidados especiais quanto ao planejamento, que abrangeu aspectos desde a escolha do sítio até o controle da construção das edificações.

Embora este planejamento tenha sido estabelecido como condição para a implantação da vila, por motivos como a desqualificação da mão-de-obra, a falta de materiais adequados e a inadequação do sítio, pouco do plano original produzido em Lisboa e no Rio de Janeiro foi mantido.

A tentativa de aplicação das reformas também se estendeu aos arraiais de mineração, que se constituíram de forma desordenada, geralmente em terrenos de topografia acidentada. Entretanto, nem todos os povoados puderam ser remodelados.

Quanto às localidades que puderam ser submetidas ao traçado ortogonal, de acordo com Sylvio de Vasconcellos⁴⁴, citado por Cláudia Damasceno Fonseca em seu ensaio sobre o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais Setecentistas, duas podem ser destacadas como exceções à regra geral da organicidade dos núcleos mineiros: o arraial do Tijuco (atual Diamantina) e Mariana.

Estas duas cidades apresentam, segundo ele, traçados “compactos” e “reticulares”, como nas cidades coloniais litorâneas, mais próximos aos princípios urbanísticos recomendados pela administração portuguesa. Essa diferenciação teria ocorrido graças às

⁴⁴ VASCONCELLOS, Sylvio de. **Formação Urbana do Arraial do Tejuco**. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 14. 1959. p. 121 *apud* FONSECA, Cláudia Damasceno. **Autoridade Régia e Poder Local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais setecentistas**. *apud*. TEIXEIRA, Manuel (organizador). **A Construção do Brasil Urbano**. Lisboa. 2000.

(...) condições topográficas, aliadas aos contextos singulares em que se inserem as duas localidades – a primeira estando situada no centro da Demarcação Diamantina e constituindo o lugar de residência dos poderosos Intendentes dos Diamantes, e a segunda tendo sido objeto de uma intervenção do engenheiro Alpoim na época em que foi escolhida para exercer a função prestigiosa de sede do bispado mineiro. (FONSECA, 2000, p. 241).

A presença dos engenheiros militares na capitania de Minas Gerais foi rara e, com isso, por diversas vezes, os próprios representantes da Coroa exerciam suas funções no que diz respeito aos projetos para as vilas, e suas construções.

Destacamos também o poder local, representado pelo civil, eclesiástico e pelas câmaras municipais, que também detiveram papel importante na constituição e regulamentação dos espaços urbanos mineiros, porém, segundo Fonseca⁴⁵,

(...) há que se lembrar que a capacidade do poder local de exercer de forma efetiva um controle sobre o desenvolvimento físico das povoações esteve sempre condicionada por um importante fator, (...) a estrutura fundiária das vilas e arraiais mineiros. (FONSECA, 2000, p. 242).

Em Mariana, foram postas em prática medidas de regularização do alinhamento de ruas e logradouros públicos, através de diversos editais que se manifestavam sobre o controle da implantação dos novos arruamentos e da retificação dos antigos.

Em Ouro Preto, por exemplo, as determinações da câmara local não puderam ser cumpridas, pois a topografia impossibilitou estas obras de mudanças. Além disso, em consonância com Fonseca⁴⁶, as considerações em relação à organização urbana ainda eram, neste caso, consideradas secundárias diante da riqueza dos depósitos de ouro. Aqui, ganhavam prioridade os interesses da Fazenda Real e, também, as conveniências encontradas para o comércio.

⁴⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *op. cit. apud.* TEIXEIRA, Manuel. *op. cit.* 242

⁴⁶ *Id idem*



Localização dos municípios de Ouro Preto e Mariana, eqüidistantes 14 km. Pode-se notar a configuração dispersa, no primeiro e compacta, no segundo.

Fonte: Google Earth, 2009. Editado pela autora.



Imagens da morfologia urbana de Ouro Preto e Mariana com destaque para o centro histórico de ambas. Pode-se notar o traçado “orgânico” na primeira e o traçado “regular”, na segunda.

Fonte: Google Earth, 2009.

2.1.1 O poder da Igreja e a formação dos núcleos urbanos coloniais

Como já mencionamos, fundamentados pelos estudos de Murillo Marx⁴⁷, o surgimento e a transformação dos estabelecimentos urbanos brasileiros estão intimamente relacionados à união do poder da Igreja com o do Estado. E, devido à ausência de uma legislação específica sobre o estabelecimento das povoações de colonização lusitana e a esta forte ligação entre os dois poderes, as determinações eclesíásticas se impunham facilmente nas questões de organização do espaço dos nossos núcleos urbanos, principalmente no que diz respeito à posse de terras e à construção de edifícios religiosos.

As manifestações cívicas, como acontecimentos relacionados à Coroa portuguesa ou às cerimônias de posse de suas autoridades, também recebiam os reflexos das manifestações religiosas e faziam uso do espaço público urbano.

Nascimentos de príncipes, casamentos na família real, falecimentos e conseqüentes aclamações de monarcas propiciavam uma série de festejos, que reuniam a solenidade oficial e a ação de graças católica às mais diferentes formas de manifestação popular. A entrada de capitães-generais e governadores era motivo de comemorações em muito semelhantes àquelas eminentemente religiosas. Comemorações que reforçavam, conquanto muito mais esporádicas e excepcionais, o uso festivo do espaço urbano. Festivo e... compulsório! (MARX, p. 82).

Além disso, as paróquias eram as maiores detentoras dos dados que consideramos de cunho civil, como os registros de nascimentos, casamentos e óbitos.

Citando o historiador português Gama Barros, Marx menciona que a jurisprudência que regulava as relações entre Igreja e Estado, se apresentava, até o fim do século XV, incerta ou imprecisa e que, essa incerteza aliada à forte presença da Igreja, deve servir de respaldo para a compreensão da dinâmica das linhas das nossas aglomerações urbanas “e, assim, conhecer um pouco mais de sua inquestionável lógica própria”. (MARX, 2003, p. 22).

⁴⁷ MARX, Murillo. *op. cit.*

Desse modo, as diferentes formas de institucionalização da relação Igreja-Estado em Portugal e na Espanha resultaram, também, em diferentes disposições de suas referências em seus assentamentos urbanos coloniais, o que garantiu à essas povoações traços e caráter distintos e peculiares.

Diferentemente do que ocorreu com a América espanhola, onde os núcleos urbanos se secularizaram já no período colonial, a estruturação do território na América portuguesa manteve a confluência entre o poder secular e religioso sob os domínios da Igreja por meio das ordens religiosas que, conseqüentemente, exerciam maior influência na paisagem construída da colônia brasileira.

Os cânones do direito eclesiástico estiveram fortemente presentes nos primeiros séculos de formação brasileira e conseqüentemente refletiram-se no desenho que as concentrações humanas apresentam: suas ruas, suas construções, seus espaços vazios e comuns.

Ao contrário das conclusões que remetem ao surgimento destes núcleos como resultado de ações impensadas, apoiamo-nos na hipótese de que foram o resultado de expressões correlacionadas a esses cânones. De acordo com Marx⁴⁸, ambas as formas de ordenar espacialmente os instrumentos de controle social, na América portuguesa e na espanhola, revelam a existência de uma lógica, porém, cada uma apresenta sua lógica própria.

Não se trata de haver planejamento num caso, o espanhol, ao contrário do outro, o português. (...) se trata de projetos coloniais distintos, filhos de necessidades e aspirações peculiares, mas destas fluem para o desenho urbano, com que se começou a moldar uma nova paisagem humana, principalmente nas Américas, opções fundamentais de ordem social, política e econômica que dizem respeito à distribuição das novas terras, ao convívio das novas terras distribuídas com as da Coroa ou das comunidades municipais, à concorrência eficaz dos instrumentos oficiais do poder. Este último aspecto, (...), foi no entanto importante e se fez plasmar de maneira mais flagrante na conformação dos estabelecimentos coloniais. (MARX, 2003, p. 23).

Para Marx, embora as práticas religiosas e morais cristãs bem como a convivência com os eclesiásticos estivessem presentes nos dois casos, recebiam inflexões distintas, devido às diferenças provenientes dos cuidados e valores manifestos nos dois “corpos de leis”.

⁴⁸ MARX, Murillo. *op. cit.* p. 23

Como já dissemos, as Ordenações lusitanas e suas práticas na metrópole foram transplantadas para a colônia, mas precisaram ser aqui aplicadas de acordo com as necessidades e imposições das novas terras, interferindo de uma maneira peculiar nas questões fundiárias e na constituição dos desenhos urbanos.

Diferenças resultantes destes aspectos nas colonizações espanholas e portuguesas podem ser percebidas, por exemplo, no tratamento dos espaços públicos e privados e dos sagrados e laicos:

(...) os espanhóis, antes de fazerem uma opção de desenho urbano, buscavam nesta, (...), um instrumento claro de ordenamento social sob a batuta da Coroa de Castela. Dentro dos mesmos conceitos jurídicos, estipulavam bem mais precisamente que os portugueses a concessão de terras e o convívio entre os vários colonos e o coletivo. E aí também as importantes – as maiores – glebas urbanas concedidas a congregações religiosas. O apelo a um Vitrúvio, recuperado seu tratado da antiguidade, a tratados e experiências tardomedievais ou aos teóricos italianos renascentistas só se compreende pela vontade de disciplinar a distribuição, a retenção e o uso da terra urbana pelos colonos tanto entre si como em relação ao poder público. Daí a opção pelo plano em grelha. (MARX, 2003, p. 46).

No caso português,

(...) nessa distribuição cuidada [da terra] o poder público também não descurava de seus dois “braços”: o secular e o religioso, (...). Ora, no mundo português, sem as correspondentes explicitações em detalhe do regime para a distribuição da terra urbana, como de resto da rural, nem as dos limites ou fronteiras entre a eclesiástica e a civil, tudo dependeu muito mais da vivência e evolução das povoações. Não estavam tão claras a abrangência e as prerrogativas quando, especialmente a partir do século XVIII, começou a secularização mais acentuada. Nosso desenho urbano era outro de origem; foi se tornando ainda mais distinto com a laicização comum. (MARX, 2003, p. 46-48).

Marx defende que, a laicização dos espaços urbanos ocorreu tanto nas formações espanholas como nas portuguesas, mas possuía maior espaço e ocasionou maiores conseqüências no segundo caso.

Essa comparação entre as fundações urbanas dos impérios, espanhol e português acaba por se tornar inevitável. Segundo Marx, porque o partido

urbanístico na América espanhola é muito claro e definido quando comparado ao adotado na América portuguesa. Desse modo

(...) o desenho em si sugere de imediato uma série de questões. Questões que têm sido geralmente retomadas no sentido do ideário, das técnicas ou das tradições que informam ambas as experiências. (MARX, 2003, p. 47).

O que pode ser verificado quanto aos casos de colonização, o espanhol e o português, é que ambos resultaram em aglomerações esparsas, arraigadas à sua topografia e modo de utilização da terra, e, também, em cidades idealizadas antes de suas fundações e ou reformuladas de acordo com as normas vigentes.

Além disso, em um primeiro momento, a economia brasileira possuía um contexto fundamentalmente rural enquanto a colonização espanhola tinha como foco principal a extração de metais preciosos, como a prata, para exportação, o que acarretou no desenvolvimento de uma economia e de uma civilização eminentemente urbana. Isto também se verificou na América portuguesa mais tarde, no caso de Ouro Preto e de outras formações urbanas, originadas no período da extração aurífera em Minas Gerais.

Essa dinâmica voltada principalmente para as relações comerciais e econômicas, constituintes das aglomerações urbanas, na América Espanhola possibilitou maior desenvolvimento cultural já no início de suas cidades. Assim, em 1535, já existiam gráficas em Buenos Aires e na cidade do México e, por volta do século XVIII, as cidades administrativas espanholas já possuíam centros universitários e profissionais formados.

Enquanto isso a coroa portuguesa cuidava de controlar e limitar diversas das atividades produtivas e econômicas no Brasil, a fim de evitar concorrência de comércio entre a colônia e a coroa.

Desse modo, diante da polêmica sobre a inexistência de planejamento nas vilas e cidades do Brasil podemos considerar que os aspectos socioeconômicos foram condicionadores da distinção entre as formas de colonização e urbanização e, conseqüentemente, do resultado apresentado pelo desenho de suas aglomerações, o que não significa e não representa propriamente, uma ausência de estratégias de ocupação do território e ou práticas de planejamento.

2.2. Desbravamento do Território das Minas

O reconhecimento do território de Minas Gerais geralmente é marcado a partir do descobrimento do ouro. É certo que por ali já haviam estado os índios e aventureiros: descobridores da terra, que buscavam confirmar as lendas e os relatos sobre as riquezas escondidas nas matas e serras da região. Mas é com o início do movimento das grandes expedições bandeirantistas rumo ao interior dos sertões das Gerais que delimitamos o verdadeiro encontro com a grande quantidade de metais preciosos que seria, por um século, o maior dinamizador econômico, social, político e cultural do país e que marcaria o início da urbanização desta região.

Sabemos que a ocupação inicial do território mineiro foi regida exclusivamente pela busca e exploração de minérios como as pedras preciosas e, principalmente o ouro, uma vez que a região é formada por terras estéreis, consideradas impróprias para as atividades indígenas de colheitas ou de caça.

No primeiro momento a região era visitada apenas pelos paulistas predadores de índios e a fixação no local era dificultada pelas adversidades impostas pela natureza. Os primeiros núcleos populacionais eram representados pelo estabelecimento dos acampamentos bandeirantistas e, mais tarde, pelas lavras, o que caracterizava uma grande mobilidade de pessoas dentro do território: as lavras se esgotavam rapidamente e, portanto, tinham pouco tempo de vida, o que fazia com que os núcleos fossem abandonados e estabelecidos em outros pontos ainda livres da exploração aurífera.

A economia mineira diferencia-se aí da economia açucareira, no que diz respeito à relação do homem com a terra: ao contrário da primeira, a economia dos engenhos no litoral se baseava em assentamentos fixos próximos às áreas de cultivo. Já nas minas, a durabilidade de uma lavra era algo incerto e as empreitas eram organizadas de forma que fosse possível o deslocamento em tempos curtos. Por outro lado, a empresa do ouro era um negócio de alta lucratividade e, segundo Furtado⁴⁹, “a combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente especialização – marca a organização de toda a economia mineira” (FURTADO, 2007, p. 121).

⁴⁹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

Os assentamentos próximos às lavras eram, em sua maioria, rapidamente abandonados pelos aventureiros do ouro: no início, as técnicas utilizadas pelos mineradores permitiam apenas a exploração do ouro aluvional – ouro extraído superficialmente no leito dos rios – e desse modo, o trabalho só podia ser realizado no período das secas, pois, quando vinham as chuvas, as lavras eram destruídas pelas enchentes. Além disso, o ouro de uma lavra acabava rapidamente, o que fazia com os mineradores abandonassem seus acampamentos e partissem em busca de novas fontes do minério:

“Suas habitações não eram, nem podiam ser residências definitivas: eram antes abrigos provisórios e, por isso mesmo, muito precários. (...) [Eram encontradas] na zona de mineração, à beira dos rios e ribeirões, diversas choças abandonadas (...) que os mineradores construíam (...) para residência provisória, enquanto bateavam ouro por ali; como iriam em seguida para outros pontos, à procura de novos eldorados, fizeram aquelas choças rústicas, que ali ficaram abandonadas.”⁵⁰ (BARBOSA, 1979, p. 340).

Desse modo, a população se apresentava rarefeita, diluída por todo o território da exploração.

Separada do oceano Atlântico pela Serra do Mar e por florestas quase impenetráveis, as terras de Minas Gerais permaneceram por longo tempo desconhecidas pelos descobridores do Brasil. Dos diversos rios que irrigam ricamente o território, poucos eram favoráveis à navegação. As montanhas de difícil acesso, não deixavam muitos vestígios indicadores de caminhos anteriormente percorridos. O clima, na sua maior parte, instável e distinto do que os portugueses encontraram no litoral, dificultava a logística dos desbravadores e a permanência das poucas trilhas então existentes. Todos esses foram fatores condicionantes da dificuldade do desbravamento da região das minas.

O desbravamento do sertão colonial inóspito pelos paulistas em busca de índios a serem utilizados nas lavouras de plantio em fins do século XVI, movera os bandeirantes a percorrer o território. Mais tarde, com as notícias do ouro e diante da visível queda das exportações coloniais, a própria Metrópole passaria a ser a maior estimuladora do reconhecimento da região através de uma política econômica de

⁵⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Comunicação. 1979.

incentivo à rápida extração, “com promessas de honrarias e benefícios aos seus mandatários e aos particulares de maior iniciativa” (VASCONCELLOS, 1977, p. 14). Políticas que, como podemos observar atualmente, constataram-se predatórias.

As circunstâncias de escassez em que se encontravam a Metrópole e a colônia fizeram com que a economia do ouro se desenvolvesse muito rapidamente no início do século XVIII. Para as regiões mineiras, iam pessoas de São Paulo, do Nordeste e, pela primeira vez, ocorreu “uma grande corrente migratória espontânea” para o Brasil de pessoas vindas de Portugal. Com isso, ‘o *facies* da colônia iria modificar-se fundamentalmente’”. (FURTADO, 2007, p. 118).

Não existem dados exatos sobre os números da emigração ao Brasil no século XVIII,

Sabe-se, porém, que houve alarme em Portugal, e que se chegou a tomar medidas concretas para dificultar o fluxo migratório. Se têm em conta as condições de estagnação econômica que prevaleciam em Portugal – particularmente na primeira metade do século XVIII, quando se desorganizaram suas poucas manufaturas –, para que a emigração suscitasse uma forte reação evidentemente deveria alcançar grandes proporções. Com efeito, tudo indica que a população colonial de origem européia decuplicou no correr do século da mineração. (FURTADO, 2007, p. 119).

Conforme Furtado⁵¹ (2007), até esse momento, com a economia baseada nos engenhos açucareiros, a emigração de Portugal para o Brasil era pouco atrativa aos homens que não possuíam posses relativamente altas e a exploração do ouro foi responsável pela abertura de um ciclo migratório europeu que era novidade à colônia.

Os engenhos de cana exigiam maiores investimentos da burguesia metropolitana no que diz respeito a terras e máquinas, ao passo que nas minas, o único investimento feito era na mão-de-obra escrava e, desse modo, os descobertos de ouro na colônia foram um alívio ao império lusitano, que já entrava na fase da decadência do açúcar. A burguesia comercial, enfraquecida pela perda do açúcar para os holandeses, assistia novamente o fortalecimento das atividades exportadoras e importadoras.

⁵¹ FURTADO, Celso. *op. cit.* p. 118.

A economia mineira possuía características favoráveis às pessoas de recursos limitados, pois os metais eram encontrados nos rios, através da formação de pequenas lavras, ao contrário do que ocorria com a prata no Peru e no México, através da exploração de grandes minas. Portanto, essas transferências eram feitas por pessoas que investiam suas pequenas posses na busca do “novo eldorado”.

Os povoados, arraiais⁵² e as vilas do período extrativista em Minas Gerais configuraram modos de vida e núcleos urbanos que diferenciam do exemplo clássico da cidade fortemente ligada ao campo. A aglomeração urbana era integrada à atividade básica exercida no local e as lavras eram o maior suporte físico e econômico. Essa situação só mudaria durante a decadência do ouro, quando as atividades agrícolas e pecuaristas se tornariam uma alternativa para a escassez do minério precioso.

Portanto, podemos considerar que a formação de Minas Gerais se deu através de fluxos demográficos: primeiramente centrípetos – na busca pelo ouro – e, posteriormente, centrífugos – no período da queda do metal – configurando dois tipos distintos de ocupação que Washington Albino, baseado nos escritos de Sílvio de Vasconcellos definiu como as “Minas” e as “Gerais”.

Segundo Albino⁵³, em seu ensaio sobre as raízes históricas da cultura mineira, durante a formação do atual Estado, as “vilas do ouro” – as Minas – traduziram uma civilização eminentemente urbana, diferente das demais formações que iriam surgir com a decadência o ouro e passariam a admitir o caráter de “cidades agrícolas” – as Gerais.

⁵² O significado original do termo “arraial”, segundo o *Vocabulário Português e Latino* de Bluteau, de 1712, é “alojamento de um exército em campanha”. No entanto, em Minas, designava toda povoação que não tinha o título de vila, equivalente ao termo português “aldeia” ou “lugar”. Segundo o viajante francês Saint-Hilaire, “a palavra *arraial*, em seu verdadeiro sentido, significa um local de acampamento, porque, na realidade os primeiros mineradores não faziam mais do que acampar; entretanto, a grande quantidade de ouro por eles encontrada em certos lugares levou-os a aí se fixarem, e a palavra *arraial* acabou, pouco a pouco, por perder seu sentido original”. (FONSECA, 2000, p. 255).

⁵³ ALBINO, Washington. **Minas do Ouro e do Barroco – As Raízes Históricas da Cultura Mineira**. Belo Horizonte. Barlavento. 2003. p. 22.



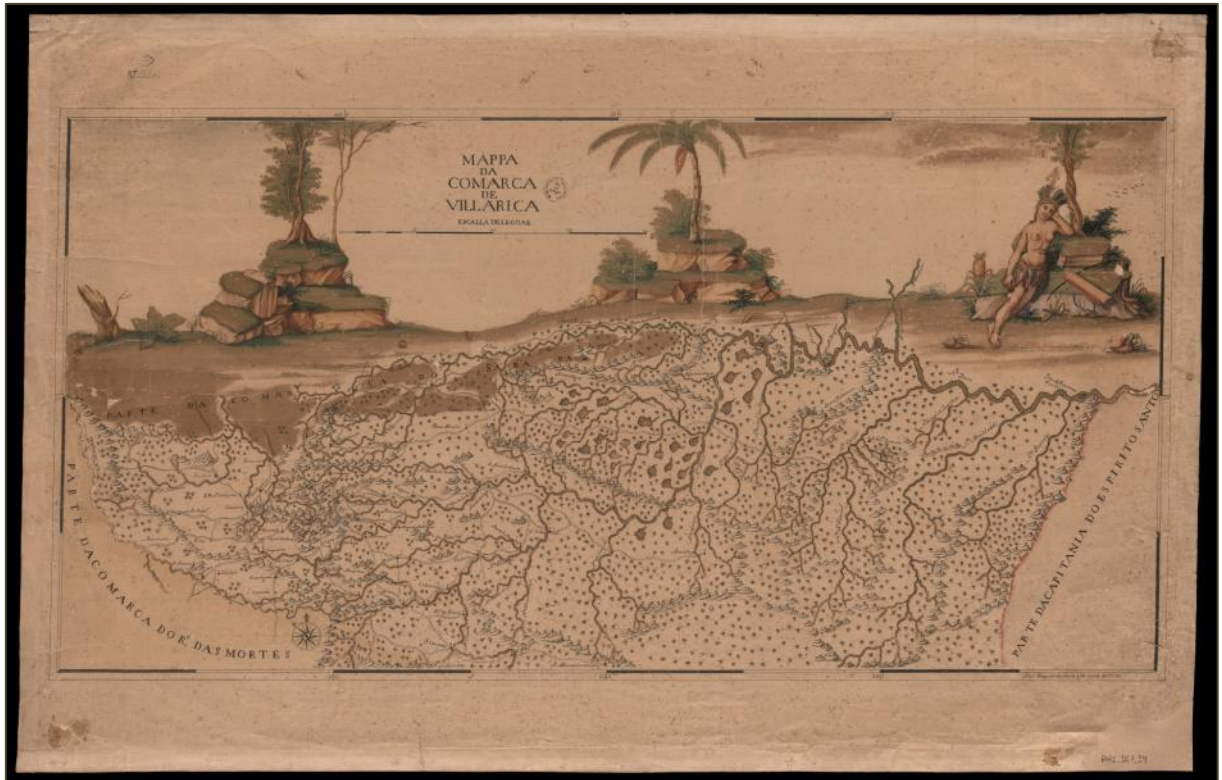
CARTA GEOGRAFICA do termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes das Ctas Altas da Noroega, Itaberaba, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a que pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de léguas. 1766.

Fonte: COSTA, Antônio Gilberto (organizador), **Roteiro Prático de Cartografia**. UFMG. 2007. p. 154.



MAPPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES, QUE MANDOU FAZER O IILmo. E EXmo. SENHOR D ANTº DE NORONHA GOVERNADOR E CAPITÃO GEN, DA MESMA CAPITANIA. José Joaquim da Rocha, 1777.

Fonte: COSTA, *op. cit.* p. 85.



MAPPA DA COMARCA DE VILLA RICA. José Joaquim da Rocha, 1778.
Fonte: COSTA, *op. cit.* p. 157.

2.2.1 As Bandeiras – de São Paulo às proximidades de Ouro Preto

Contam relatos que durante o século XVI, os bandeirantes paulistas Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno, realizaram tentativas isoladas de entrada para o interior, mas estas fracassaram.

A bandeira de Fernão Dias Pais Leme, por volta de 1674, foi a primeira organizada sob ordens da Coroa, para avançar os sertões de Minas em busca de minérios valiosos, nesse caso, prata e as esmeraldas já relatadas anteriormente por Agostinho Barbalho. Este deixou seus roteiros a Fernão Dias após sua última tentativa de avanço à Capitania de Minas Gerais através de entradas oriundas da Capitania do Espírito Santo, região onde reinavam os índios botocudos, “mestres insuperáveis da guerrilha” (OLIVEIRA, 1979, p. 13). Nesses relatos, Barbalho já mencionaria o Sertão dos Cataguases e o Pico do Itacolomi, marcos geográficos referenciais para a região do ouro.

Segundo o pesquisador mineiro Affonso Ávila⁵⁴, Fernão Dias:

(...) partiu para a conquista da Serra das Esmeraldas sob um desígnio de que não teve consciência e que se cumpriu como glória póstuma de sua malograda aventura. Traçando, com a internação de sua tropa no sertão mineiro, a rota que se tornaria definitiva e propiciaria a afluência aos depósitos do ouro, e estabelecendo, com seus homens, centros de irradiação, que a princípio dedicados ao plantio e cereal para sustento do numeroso pessoal da bandeira, seriam pouco mais tarde as primeiras manifestações de coletividades civilizadas em território de Minas, o bandeirante deu sentido diverso à incumbência recebida do então Príncipe D. Pedro e tão recomendada pelo Governador-Geral Afonso Furtado. Em vez de proporcionar-lhe o fruto auspicioso da busca à prata de Sabarabuçu e às esmeraldas, Fernão Dias assegurou ao reino a colonização e o conhecimento da região mais pródiga em riquezas minerais de suas posses na América, abrindo simbolicamente, para próximo gáudio da Coroa Real, o decantado ciclo aurífero. (ÁVILA, 2001, p. 27).

Fernão Dias Pais foi nomeado Governador do Descobrimento das Minas de Prata e das Esmeraldas do Sabarabuçu.

Durante a sua jornada pelas Minas, um de seus capitães foi desmembrado do Sumidouro, base principal da bandeira no Rio das Velhas – que tem suas nascentes

⁵⁴ ÁVILA, Affonso. **Catas de Aluvião**: do pensar e do ser em Minas. Rio de Janeiro. Graphia, 2001

nos contrafortes no norte da serra de Ouro Preto – para ir plantar roças no Sertão dos Cataguases⁵⁵, que corresponderia aproximadamente com a região do atual município de Ouro Preto.

Para Oliveira⁵⁶, o calendário nesta época era regido pelas leis da natureza e, por isso, os bandeirantes precisavam estabelecer uma logística para a realização de suas empreitas aos sertões Brasil.

Ao contrário dos habitantes das povoações estabelecidas no litoral da colônia, que se baseavam no tempo marcado pelas monções⁵⁷, Oliveira nos lembra que para os desbravadores do interior eram consideradas apenas duas estações anuais: o “inverno” não era um termo aplicado ao frio climático, mas aos seis meses de chuvas, ou seja, aos meses de outubro a março e, também, a “estiagem” não era a época de calor, mas o tempo seco e frio, de abril a setembro, quando os rios estão em vazante, e próprios para as marchas desses desbravadores.

A logística do índio e do bandeirante (paulista ou taubateano) é o milharal plantado no sertão: a roça sagrada. Faz-se o plantio em setembro-outubro, as primeiras chuvas; faz-se a colheita em março-abril, à entrada da seca. Com os paíóis cheios, viaja-se. (OLIVEIRA, 1979, p. 11).

Já no ano de 1681, por ordem de Fernão Dias, o acesso ao Sertão do Sabarabuçu foi vetado às entradas de peia⁵⁸, fato que demonstra as primeiras tentativas de controle do acesso à região dos minérios valiosos. Fernão Dias viria a falecer quando atingia o Rio das Velhas, trazendo as esmeraldas já mencionadas.

⁵⁵ Segundo Oliveira, “Os Cataguases tinham sido grande nação tupi e, pelo nome, ali chegaram dizimados e tangidos de seus velhos territórios de caça: os matos ralos ou cerrados. (...). Caá-tã-guá, na língua geral, significa mato ralo, cerrado. (OLIVEIRA, 1979: 11).

⁵⁶ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Ouro Preto e Mariana**. Berlendis e Vertecchia Editores LTDA. 1979. p. 10.

⁵⁷ “A corrente norte-sul aproxima-se da costa entre outubro e março: monção favorável para descer da bahia para o Rio de Janeiro e Santos; desfavorável em sentido inverso. Entre meados de março e meados de outubro, dá-se o contrário: domina a corrente polar sul-norte. Tempo bom para navegar de Santos e Rio para a Bahia. As frotas oceânicas ainda têm a calcular as tempestades do equador, (...). Os pequenos barcos, (...), levam trinta dias entre Rio e Santos na monção contrária, e sobem em apenas dez dias. E vice-versa.” (OLIVEIRA, 1979: 11).

⁵⁸ As entradas de peia constituem dos caminhos utilizados para a caça de índios e mais tarde foram utilizadas como caminhos clandestinos de acesso às regiões auríferas.

Muitas das dificuldades na empreita da busca das minas no Sabarabuçu e sua exploração se deram devido à falta de recursos técnicos e de especialistas que Fernão Dias aguardava serem enviados de Lisboa:

Os paulistas sabiam batear ouro aluvional, mas não conheciam rochas minerais – as de beta ou veio intrometido nas entranhas da terra. Veio ou beta que oculta em si metais preciosos. (OLIVEIRA, 1979, p. 14).

Durante a fase das primeiras descobertas, o ouro era buscado nos leitos e margens dos cursos d'água. Somente mais tarde os exploradores iriam avançar pelas encostas e pelos morros, em busca das fontes de origem dos metais e, assim, realizar as primeiras aberturas de minas e suas galerias, em busca dos veios e depósitos de ouro.

Os paulistas e demais aventureiros do ouro contavam também com o auxílio dos escravos africanos trazidos, desta vez, para o interior da colônia. Estes, já eram conhecedores da preciosidade do ouro e traziam consigo a experiência do trabalho de extração, modo de cultura que pode ser observado na própria civilização egípcia e em outros pontos mineradores do continente africano, como Monomotapa ou a “Costa do Ouro”.

Além da bandeira comandada por Fernão Dias, saíram outras diversas expedições em busca da sorte do ouro, algumas enviadas pela coroa e outras de iniciativas individuais. Algumas delas descobriram jazidas nos vales do Rio Guaicuí, nas encostas das serras que se unem ao Itacolomi, principalmente nos ribeirões próximos aos atuais municípios de Mariana e Ouro Preto.

Segundo Oliveira⁵⁹, o pioneiro do ouro teria sido Antônio Rodrigues de Arzão, que chegaria à região por volta de 1693. Bandeirante nascido em Taubaté, primeiramente penetrou os sertões em busca de esmeraldas e, vendo a possibilidade de encontro do ouro em alguns ribeiros da região – devido à experiência obtida em outras minas descobertas em São Paulo, Curitiba e Paranaguá –, fez as primeiras tentativas de empresa em busca do ouro nas Minas Gerais antes mesmo de Fernão Dias.

⁵⁹ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *op. cit.* p. 15.

Arzão teria rompido o sertão em direção à capitania do Espírito Santo – que abrangia, além do território atual, parte de Minas Gerais e Goiás – aonde chegou escapando pelo Rio Doce, de perigos como as emboscadas dos índios botocudos e dificuldades como a escassez de mantimentos, trazendo uma expedição de mais de 50 pessoas, entre brancos, índios domésticos e demais companheiros.

Oliveira⁶⁰ disserta que Arzão chegou aos sertões da região da Casa da Casca⁶¹, a aproximadamente cinco léguas do Rio Doce, onde primeiramente teria encontrado ouro. Ele teria recolhido as primeiras três oitavas⁶² (11 gramas) de ouro que foram entregues ao capitão-mor João Velasco de Molina, na Vila de Vitória, sede da capitania, como relato do que poderia ser encontrado nos sertões das Gerais. Estas oitavas foram as primeiras de que se acham registros e desse modo, representam a descoberta oficial do ouro: fato que representaria o início da maior corrida ao metal, em uma proporção que seria capaz de mudar o caráter e o dinamismo da colônia.

Nesse mesmo momento, com as notícias das riquezas do então novo território desvendado, o Conselho Ultramarino passa a pressionar as autoridades nomeadas no Brasil para a inspeção das origens das minas por meio da organização de novas bandeiras, encomendadas pela coroa, – a fim de regulamentar a exploração do ouro e tentar evitar os desvios e contrabandos, através do controle da produção, da cobrança de tributos e da entrada e saída de pessoas das Minas Gerais.

Após ser acometido por uma enfermidade, Arzão não poderia mais se dedicar à empresa da busca do ouro e incumbiu a diligência a seu cunhado Bartolomeu

⁶⁰ *Ib idem*

⁶¹ A região da Casa da Casca se tratava de uma passagem de pouso de aventureiros que se dirigiam ao interior do Brasil e, segundo relatos, o nome se originou do costume que havia de se erguerem pequenas taperas e pirogas com cascas de árvores (canoas de casca). Para alguns autores se localizava nas imediações do Cuité, outros apontam a região onde hoje se encontra a cidade de Abre Campo e outros, para a região da Serra dos Arrepiados, em Araponga, Minas Gerais.

“Dos Sertões penetrados era o mais notável o da Casa da Casca, nome que se deu a uma Aldeia sobre as costas do Rio Doce, que vai fazer barra à Capitania do Espírito Santo e principia a formar-se desde o Córrego do Ouro Preto, recebendo em si imensos ribeiros e rios caudalosos.” (Claudio Manuel da Costa, “Vila Rica”, Fundamento Histórico).

⁶² A “oitava” de ouro era a unidade monetária fundamental de controle do minério durante o apogeu do ouro no Brasil colônia. Uma oitava equivalia a 3,586 gramas e dividia-se em 32 frações: os “vinténs” de ouro. Cinco vinténs davam um “tostão”, e 20 vinténs completavam um “cruzado de ouro”. Um quilo de ouro garantia acesso a bens consideráveis como 75 cabeças de gado ou 2.250 sacos de milho de cerca de 30 quilos ou um escravo africano. CARRARA, Angelo Alves. *A peso de ouro*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2072>
Acesso em 08/09/2010

Bueno que convocaria companheiros como Miguel de Almeida e Antônio de Almeida para dar continuidade à empreita, desta vez, pelo oeste, saindo dos campos próximos a Serra Itatiaia e tendo como referência o Rio Paraopeba. O fato é narrado por Claudio Manuel da Costa⁶³ em seu poema Vila Rica, datado de 1733:

Era Bartolomeu Bueno dotado de bastante agilidade e fortaleza de espírito e, como tinha perdido em jogos todo o seu cabedal, foi fácil querer melhorar de fortuna, tomando sobre si, com o favor de alguns amigos e parentes, a grande empresa a que havia dado princípio Antônio Rodrigues Arzão.

Convocados todos e guiados pelo roteiro que lhes deixara o falecido, saíram da Vila de São Paulo pelos anos de 1694. Romperam os matos gerais, e servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos, vieram estes generosos aventureiros sair finalmente sobre a Itaverava, serra que de Vila Rica dista pouco mais de oito léguas (...). (COSTA, 1733).

Encaminharam sua jornada pela região da Casca e descobriram amostras de ouro na região de Itaverava – “pedra luzente”, onde estabeleceram seu arraial. Ao perceberem as dificuldades e a escassez de víveres naquela região, deslocaram a tropa para as proximidades do Rio das Velhas e, depois de novas experiências de exploração, encontraram ouro em maior quantidade. Estabeleceram assim, novos plantios para a provisão dos homens e informaram a outros paulistas sobre os achados.

2.2.2 As diversas tentativas de entrada para o território das minas

A explicitação das saídas das empreitas ao ouro e dos caminhos utilizados pelos bandeirantes será neste momento conduzida por alguns dos documentos e relatos, que tratam dos primeiros anos do povoamento de Minas Gerais, reunidos no Códice Costa Matoso.

O Códice é composto por documentos e relatos colecionados por Caetano da Costa Matoso (período em que viveu), português enviado à Vila Rica designado ao

⁶³COSTA, Cláudio Manuel da. **Vila Rica**. 1733.

Disponível em: <[http://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_\(Cl%C3%A1udio_Manuel_da_Costa\)](http://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_(Cl%C3%A1udio_Manuel_da_Costa))> Acesso em: 15 out. 2010.

cargo de ouvidor-geral dessas minas em 1749. Nesta data iniciou sua coleção de documentos, formada até seu regresso a Portugal, em 1752.

A coleção constitui-se de 139 documentos manuscritos, cinco impressos e um registro cartográfico e, dentre eles, valiosos documentos sobre os primeiros anos do povoamento de Minas Gerais que vêm servindo de base para a grande maioria dos estudos sobre o Estado.

O volume esteve guardado na biblioteca de Matoso após seu retorno a Portugal em 1752 e, dois séculos depois retornou ao Brasil encontrando-se hoje na Biblioteca Mário de Andrade.

Entre os dados encontrados nos documentos dois e três presentes no Códice, ambos datados de 1750, podemos percorrer uma série de entradas ali relatadas. Entre elas encontramos o registro das entradas das bandeiras do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e do capitão Manuel Garcia Velho – além de outros sertanistas. Nessa época, estes saíam de São Paulo, para a paragem da Itaverava, montando acampamentos provisórios para a permanência nos locais de exploração. A busca ao ouro se dava de forma alternada com as demais atividades necessárias aos bandeirantes, como a caça e a plantação das pequenas roças, fundamentais à sobrevivência.

Dessa vez foram encontradas 12 oitavas de ouro que foram levadas por Manuel Garcia Velho até o Rio de Janeiro e relatadas ao então governador da Capitania, Sebastião de Castro e Caldas, antecessor de Artur de Sá de Meneses. Pelo feito, Velho foi premiado com uma patente de capitão-mor⁶⁴ da Vila de Taubaté, com ordem de assentar uma casa de fundição nesta vila, por ser uma das primeiras a se apresentar no caminho em direção ao sertão das minas e também como medida de controle da movimentação do minério.

Com a grande quantidade de pessoas que disputavam os poucos pontos descobertos de extração do ouro, tornava-se impossível acomodar todos os mineiros nos arraiais existentes nesse momento. Isso acarretou em desuniões e conseqüentemente em deslocamentos pelo território em busca de novas minas que

⁶⁴ O cargo de capitão-mor estava abaixo do Governador Geral, nomeado pelo rei por um período de quatro anos e tinha como função a defesa e o controle das regiões litorâneas. Este tipo de cargo foi neste momento também ampliado para o controle das regiões no interior.

pudessem ser exploradas em empreitadas independentes. Segundo Furtado⁶⁵, em relato documentado e presente no Códice,

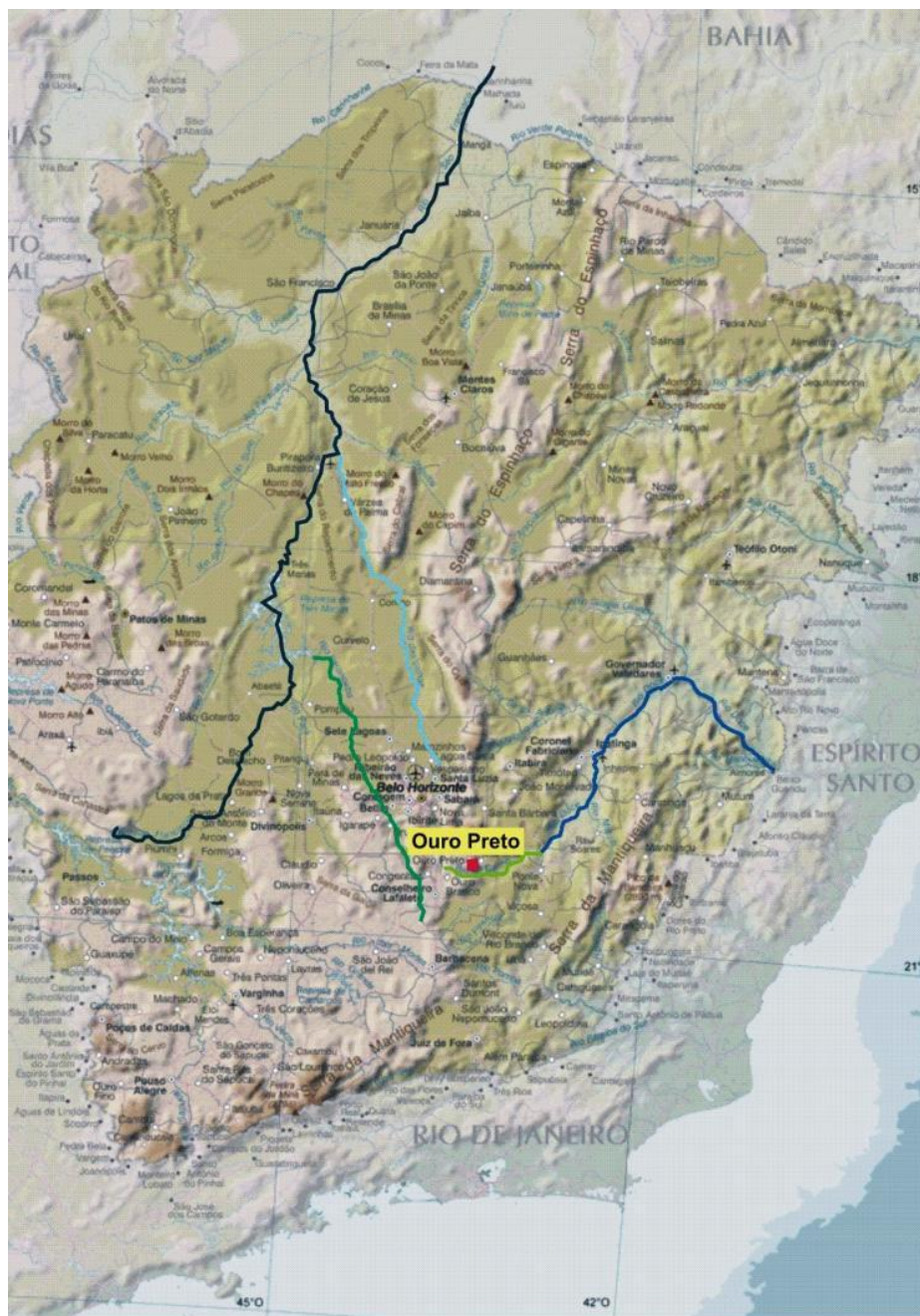
Deixando a divina providência ao desvelo daqueles animosos vassallos da Coroa portuguesa, que pretendia enriquecer com os haveres ocultos por aquelas largas e aspérrimas montanhas, que a poder de perigos, fomes, sedes e trabalhos romperam aqueles fragosos montes e incultas brenhas, não só para utilidades deles como também pra o grande aumento da monarquia portuguesa. *Furtado, B. F.* (FIGUEIREDO, 1999, p. 172).

De acordo com o documento, o bandeirante taubateano Miguel Garcia – que teria trilhado seus caminhos pelo norte – aparece como sendo o primeiro a dar a público o descobrimento do ouro especificamente nas proximidades do que se tornaria a Vila Rica: encontrou ouro num afluente do Ribeirão do Carmo e que seria posteriormente batizado com seu nome. A região do Ribeirão do Carmo foi considerada uma das mais ricas de que se teve notícia – localizando-se a poucas léguas do Itacolomi, na região do Portal dos Cataguases.

Francisco Bueno da Silva, – filho do primeiro descobridor de Itaverava, Bartolomeu Bueno da Silva – juntamente com seus demais companheiros paulistas, entre eles o alcaide-mor⁶⁶ Joaquim Camargo Pimentel, estabeleceu lavras nas proximidades do então morro de Vila Rica, que seria posteriormente denominado morro Pascoal da Silva – lugar da nascente de vários dos córregos onde houveram achados, nas vertentes do Rio das Velhas.

⁶⁵ FURTADO, Bento Fernandes. doc 2 *apud* FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica (coordenadores), **Códice Costa Matoso**: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1999. v. I.

⁶⁶ “O alcaide-mor respondia por tarefas executivas ou cobrança de impostos no conselho ou na câmara. Atualmente seria representado pelo chefe do poder executivo municipal, como burgomestre ou prefeito”. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.



- Rio São Francisco
- Rio das Velhas. Acampamento de Fernão Dias
- Rio Paraopeba. Chegada da empreita de Bartolomeu Bueno
- Rio Doce. Primeiras tentativas de entrada por Agostinho Barbalho.
- Rio do Carmo. Descoberta de Miguel Garcia.

Mapa de Minas Gerais identificando alguns dos principais rios condutores das bandeiras até a região do atual município de Ouro Preto. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibge/mapas/imagens/mg_mapa_gde.gif>. Acesso em 15/09/2010. Modificado pela autora.

2.2.3 O descobrimento do ouro na grota do Tripuí⁶⁷

Joaquim Camargo Pimentel não se deteve em Itaverava, nem no ribeiro de Miguel Garcia:

Chegou ao Itacolomi, transpôs a grota escarpada pelo passo natural do Baú, desceu a trilha pela floresta até a barra, e alcançou a maior altura da serra oposta. Deram ao morro o nome de São Sebastião, no dia 20 de janeiro de 1696. Duarte Lopes, [mulato, prático de mineração que acompanhava a bandeira] lavando a gamela no alto da grota do Tripuí, deu com o ouro preto (...). (OLIVEIRA, 1979, p. 15).

Segundo Oliveira⁶⁸, Pimentel seria o descobridor incontestável do ouro no local onde futuramente seria fundada a Vila Rica de Ouro Preto.

Mais tarde estes paulistas deixaram essa região onde o ouro era encontrado em abundância e regressaram a São Paulo fugindo das grandes fomes devido à falta de mantimentos: o que havia sido plantado não fora suficiente aos muitos que haviam se lançado na empresa do ouro.

Diante desses perigos, Joaquim Camargo Pimentel retirou-se para São Paulo em 1700, – época considerada a de maior fartura do ouro no Brasil e, também, a de maior alegria para Portugal – passando pelo morro de Vila Rica, descobriu um ribeiro que seria, mais tarde, chamado o Camargo. Depois de lavrar no ribeirão, continuou a adentrar o sertão seguindo, até chegar ao lugar onde se descobriu outro pequeno ribeiro:

(...) que corre da parte esquerda da sua corrente de umas assinaladas serras, que de muito longe um altivo pico que levanta ao céu serve de sinal daquele lugar [o Itacolomi], (...) com boas e grandiosas pintas, onde se situou e fez capela com a invocação de São Miguel (...). *Furtado, B. F.* (FIGUEIREDO, 1999, p. 175).

⁶⁷ “Tripuí, assim contraído, vem de tiripu-y (grota, canta, água), água que canta na grota da serra. Cascata da grota, em síntese.” (OLIVEIRA, 1979, p. 12).

⁶⁸ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *op. cit.* p. 15.

Era o início da formação do arraial que passaria a ser denominado Ouro Preto.

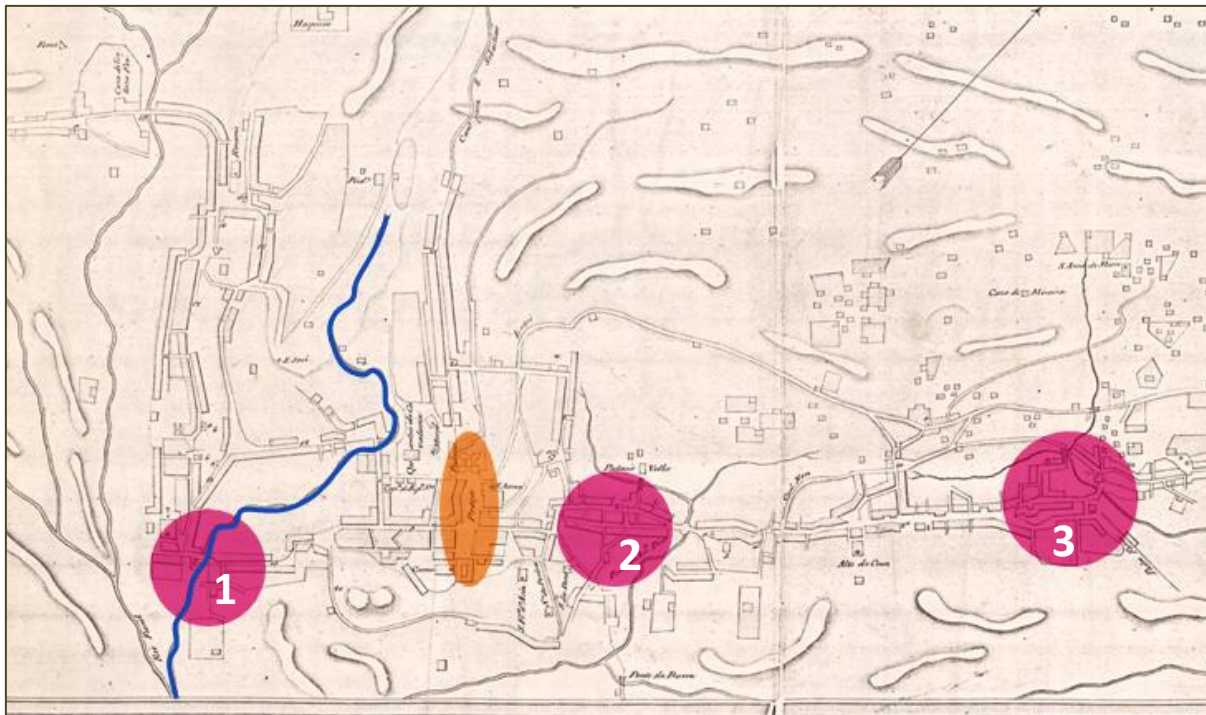
O Pico do Itacolomi e a gruta do Tripuí – que se localizam em serras opostas – eram os dois principais marcos referenciais dos caminhos às terras do ouro preto. De acordo com Oliveira⁶⁹ existem dois ‘Itacolomis’, o de Ouro Preto e o de Mariana e confundi-los durante as marchas podia ser um erro fatal, pois, pelo segundo, o Ribeirão dos Gualaxos do Sul, o marco referencial despistava para o Rio Doce, região dominada pelos índios aimoré botocudo. Por isso, nunca foi possível às entradas oriundas da capitania do Espírito Santo chegar impunemente aos serros das Esmeraldas, como ocorreu no caso de Agostinho Barbalho, já mencionado.

Nesta mesma época, o bandeirante Antônio Dias de Oliveira, natural da vila de Taubaté e o Padre João Faria Fialho, natural da ilha de São Sebastião, vindos pelo Rio das Velhas, contemplaram o Itacolomi e descobriram o ouro podre (em pó) no morro que tomou o nome de São João. Fundou-se novo arraial, segundo Oliveira⁷⁰, a meia légua de distância do arraial formado anteriormente por aqueles que chegaram pelo Tripuí. Embora a proximidade destes dois arraiais, era necessário quase um dia de marcha para vencer a distância em meio à mata densa e à topografia acidentada.

Mais tarde, Padre Faria baixou para o vale e fundou seu próprio arraial – que depois seria absorvido no distrito de Antônio Dias.

⁶⁹ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *op. cit.* p. 12.

⁷⁰ *Ib idem*



O mapa assinala o córrego Tripuí em azul e os primeiros pontos de formação urbana da região de Ouro Preto: (1) chegada de Joaquim Camargo Pimentel, Arraial de Ouro Preto, (2) Arraial de Antônio Dias e mais tarde, (3) Arraial do Padre Faria. Destaque em laranja para a região da atual Praça Tiradentes, no de Santa Quitéria, que se estabeleceria posteriormente unificando os arraiais. Parte do mapa: “*Planta de Villa Rica de N. S. do Pilar*” – c. 1775. Fonte: Arquivo Público Mineiro – Julho de 2009. Editado pela autora.

2.3 A formação da Vila Rica de Ouro Preto

O Ouro Preto, que compreende em si vários ribeiros e morros com diferentes denominações, como são Passadez, Bom Sucesso, Ouro Fino, ou Bueno etc, teve por descobridores nos mesmos anos de 1699, 1700, 1701 Antônio Dias, natural de Taboaté, ao Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de São Sebastião, que viera por Capelão das Tropas de Taboaté, a Tomás Lopes de Camargo, que se sitiou nas lavras, que ao depois vieram a ser de Pascoal da Silva, e a Francisco Bueno da Silva, ambos Paulistas, e este último primo do primeiro descobridor da Itaverava, Bartolomeu Bueno: de todos estes tomaram nome alguns bairros de Vila Rica. Foi criada a Vila pelo Governador Albuquerque, no dia 8 de julho de 1711; está situada em 20 graus e 24 minutos ao poente. (COSTA, 1733).

Os dois arraiais citados anteriormente, Ouro Preto – dos portugueses, e Antônio Dias – dos paulistas, foram os focos iniciais do núcleo primário do que viria a se tornar a Vila Rica de Ouro Preto.

A chegada das bandeiras de Camargo e Dias à região de Vila Rica marca também a intensificação das expedições aos sertões juntamente com o aumento dos estímulos da Coroa a essas empreitas cujos responsáveis pelas novas descobertas recebiam favores e direitos.

Eram consideradas “novas descobertas” somente as lavras que se distanciassem ao menos meia légua de outra já conhecida e, diante disso, muitos exploradores procuravam afastar-se para se enquadrarem nas condições para o recebimento dos benefícios oferecidos pela metrópole.

Daí inicia-se a disseminação dos povoados, que tinham como origem os acampamentos constituídos pelos exploradores que permaneciam próximos ao local de trabalho, expandindo-se em pequenas povoações.

De acordo com Vasconcellos⁷¹, quando as explorações tinham atenuadas as suas dinâmicas, os povoados eram organizados ao redor de suas capelas provisórias, seus adros e caminhos, conduzindo à origem dos seus rudimentares logradouros públicos.

No início, os arraiais mineradores na região de Vila Rica, eram conectados por pequenas trilhas, abertas e percorridas durante o desbravamento do território. Mais tarde, alguns desses caminhos se consolidariam e se tornariam suas ruas – podendo ser estas ainda reconhecidas no traçado atual da cidade. Para Paulo

⁷¹ VASCONCELLOS, Sívio de. **Vila Rica**. São Paulo. Perspectiva. 1977.

Santos⁷², citado por Vasconcellos, quase todos os arraiais que viriam a se tornar os bairros de Ouro Preto já estavam conformados e designados por volta de 1711, da maneira em que conhecemos nos dias atuais.

A ocupação das diversas serras circundantes deu-se rapidamente em forma de núcleos esparsos, estrategicamente localizados junto à córregos de exploração aluvial (Rosário, Arraial dos Paulistas, Padre Faria, Queimada e Barra), ou junto a morros de maior ocorrência aurífera (Cabeças, São Sebastião, São João, Santana e Santa Efigênia).(GUERREIRO, 2000, p. 54).

Núcleos que já se apresentavam bastante definidos quando o governador Antonio de Albuquerque criou juridicamente a Vila Rica de Albuquerque de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (08/07/1711), e diferenciam-se muito pouco do zoneamento atual.

Como podemos perceber a partir dos relatos das entradas ao sertão mineiro, mencionados anteriormente, os rios representavam elementos orientadores do homem no novo território e, além de significarem fonte de riqueza mineral, eram também fonte de sobrevivência, garantindo o acesso à água e a terras mais férteis ao cultivo das pequenas roças que manteriam os assentamentos no período das lavras.

Segundo Maria Rosália Guerreiro⁷³, os percursos se davam, geralmente, ao longo dos cursos d'água e guiados por algum ponto notável ou marco geográfico do território, devido a esse fator a formação dos caminhos ocorria em lugares de mais difícil acesso, como na transposição das serras.

Fica claro que a maioria dos assentamentos primitivos, originavam-se nas proximidades de rios e ribeirões formando primeiramente os arraiais para, posteriormente, consolidados os caminhos de ligação entre estes, darem origem à estrutura inicial da cidade. Outro fator característico das regiões auríferas e condicionante da constituição e do crescimento da estrutura urbana do município é a

⁷² SANTOS, Paulo. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto.** *apud.* VASCONCELLOS, Sílvio de. *op. cit.*

⁷³ GUERREIRO, Maria Rosália. A Lógica Territorial na Gênese e Formação das Cidades Brasileiras. O caso de Ouro Preto. *apud.* TEIXEIRA, Manuel. *op. cit.*

topografia montanhosa e acidentada – proveniente também da rica estrutura hidrográfica – e que resulta nas ruas tortuosas e íngremes.

A cidade de Ouro Preto, diferentemente do que ocorre com a maioria das cidades brasileiras que tiveram origem a partir de um núcleo principal, nasceu a partir do estabelecimento de diversos núcleos de exploração aurífera que foram se juntando – sendo esta uma característica da maioria dos núcleos urbanos do período da mineração.

Vila Rica configurou-se, portanto, através de dois arraiais primários – ambos, logo trataram de erguer suas matrizes – e dos caminhos que tinham o papel de unir estes núcleos, além de outras localidades, como as atuais cidades mineiras: Itabira, Congonhas, Catas Altas e Santa Bárbara.

Como ocorre na formação da maioria das cidades, alguns caminhos tornam-se mais importantes, mais transitados e referenciados. No caso de Ouro Preto, o caminho que passou a ser conhecido como “Estrada Tronco”, principal condutor do estabelecimento e da configuração da cidade.

A Estrada Tronco entra na Vila Rica e vai direto à Matriz do Pilar – no arraial de Ouro Preto – de onde segue para a Matriz de Antônio Dias e sai pelo atual bairro de Santa Efigênia. De acordo com Vasconcellos⁷⁴, por esse motivo designa-se, na entrada, por “Cabeças”, entre as matrizes, na atual Praça Tiradentes, Rua “Direita” e, na saída para o município de Mariana, “Vira e Sai”.

Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, (...). (VASCONCELLOS, 1977, p. 71).

Conforme o autor, “Cabeças”, “Santa Quitéria” e “Alto da Cruz”, são as três principais alturas destacadas dentro do sítio onde está situada a cidade e que aparecem também, figuradas no percurso da procissão do Triunfo Eucarístico, de 1730.

⁷⁴ VASCONCELLOS, Sílvio de. *op. cit.* p.71.

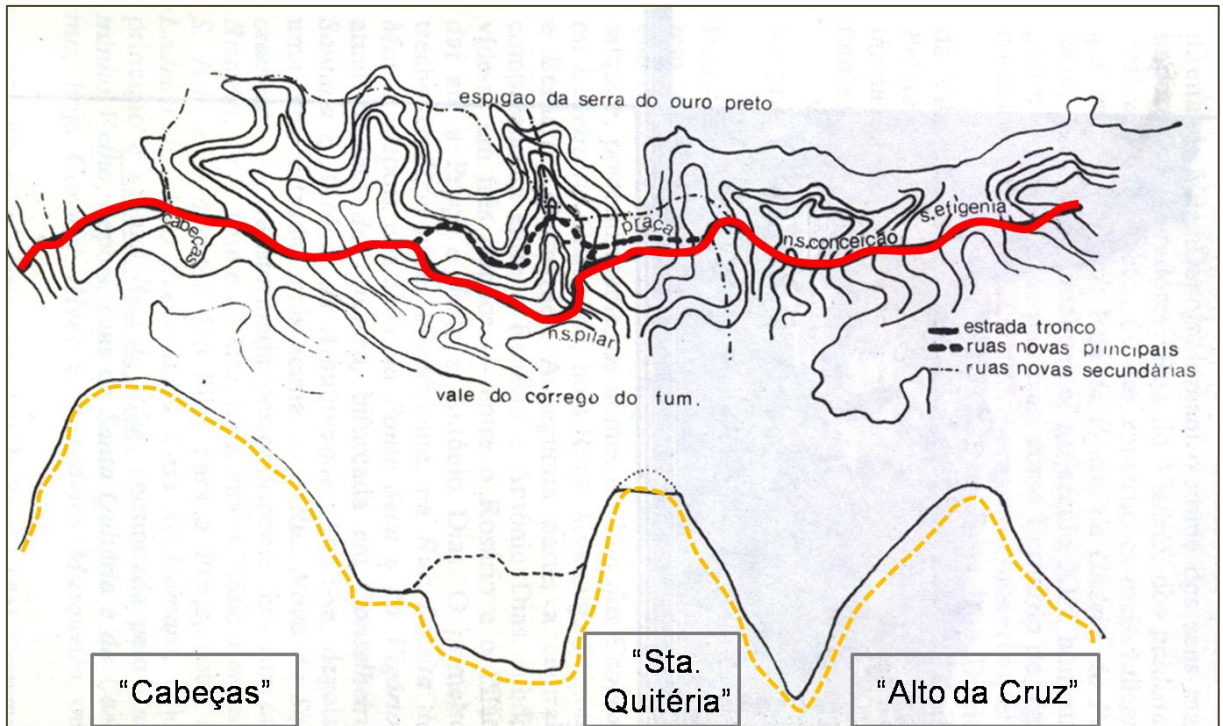


Figura esquemática das três principais alturas destacadas no sítio de Ouro Preto. Destaque em vermelho para a Estrada Tronco.

Fonte: VASCONCELLOS, Sílvio de. *op.cit.* p. 73. Editado pela autora.

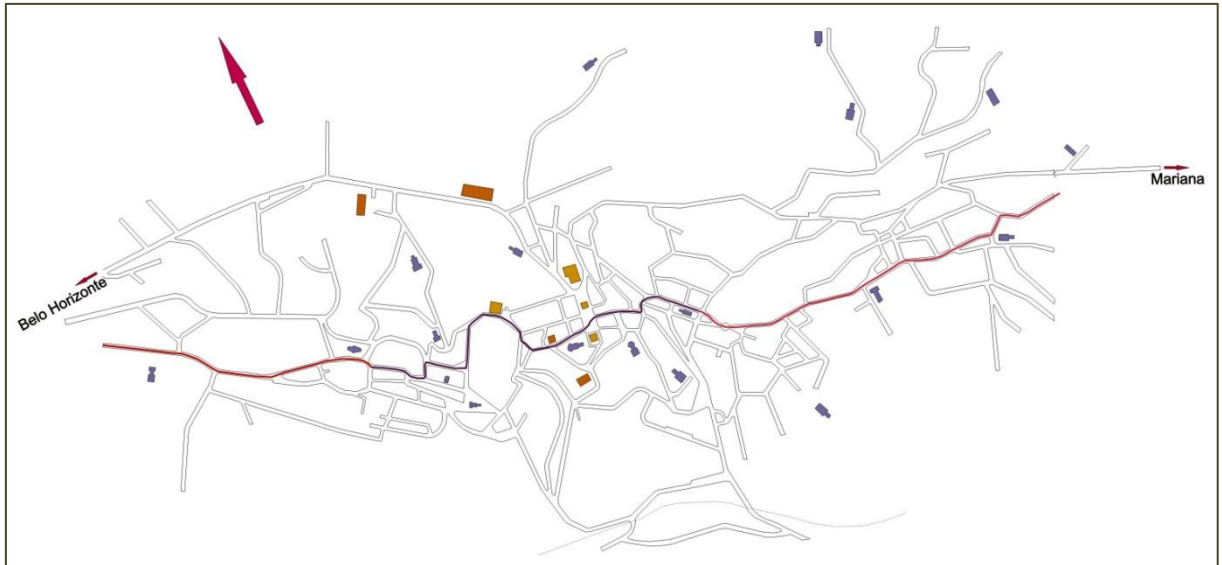
Vasconcellos⁷⁵ marca a divisão do percurso de acordo com os três promontórios da seguinte maneira:

A primeira delas, as Cabeças, entre a ponte do Passa-Dez e a do Caquende ou Capela do Rosário, tem, a princípio, o nome de *Rua do Passa-Dez*. O trecho entre a Capela de São Miguel e Almas e o Rosário adquire, posteriormente, os nomes de *Rua das Cabeças* ou *Ladeira do Caquende*, hoje Ruas Alvarenga Peixoto e Bernardo Guimarães. A segunda parte, a central, compreendida entre o Rosário e Antônio Dias, subdivide-se em três trechos – entre o Rosário e o Pilar, daí até a Praça e desta a Antônio Dias. O primeiro trecho configurou-se, inicialmente, na *Rua Direita da Matriz*, depois chamada da *Ponte Seca* e do *Vigário*, atual *Donato da Fonsceca*, bifurcada em *Conselheiro Santana* e *Antônio de Albuquerque*. Abriu-se, depois, uma nova estrada, mais acima – a *Rua Nova do Sacramento* – transformada posteriormente, em *Rua do Rosário*, de *S. José e Direita*, hoje, *Rua Getúlio Vargas*, *S. José e Tiradentes*. Do Pilar para a Praça, sobe a *Ladeira do Ouro Preto até a Casa de Câmara*, cujo princípio é a atual *Rua do Pilar*, continuada pelo *Caminho Velho*, depois, ruas de *Santa Quitéria e do Carmo*, hoje, *Coronel Alves e Brigadeiro Musqueira* ou pelo *Caminho Novo*, depois *Rua Direita* e hoje ruas *Paraná e Conde de Bobadela*. (...).

“Da Praça, desce a estrada tronco para Antônio Dias, a princípio pela rua detrás da Cadeia Velha que hoje se configura nas ruas *Amélia Bernhauss*, *São Francisco* e do *Aleijadinho* e mais tarde pela *Rua Nova* ou *Direita da Praça para Antônio Dias*, depois do *Ouvidor* e agora *Cláudio Manuel da Costa e Bernardo de Vasconcelos*. (...).

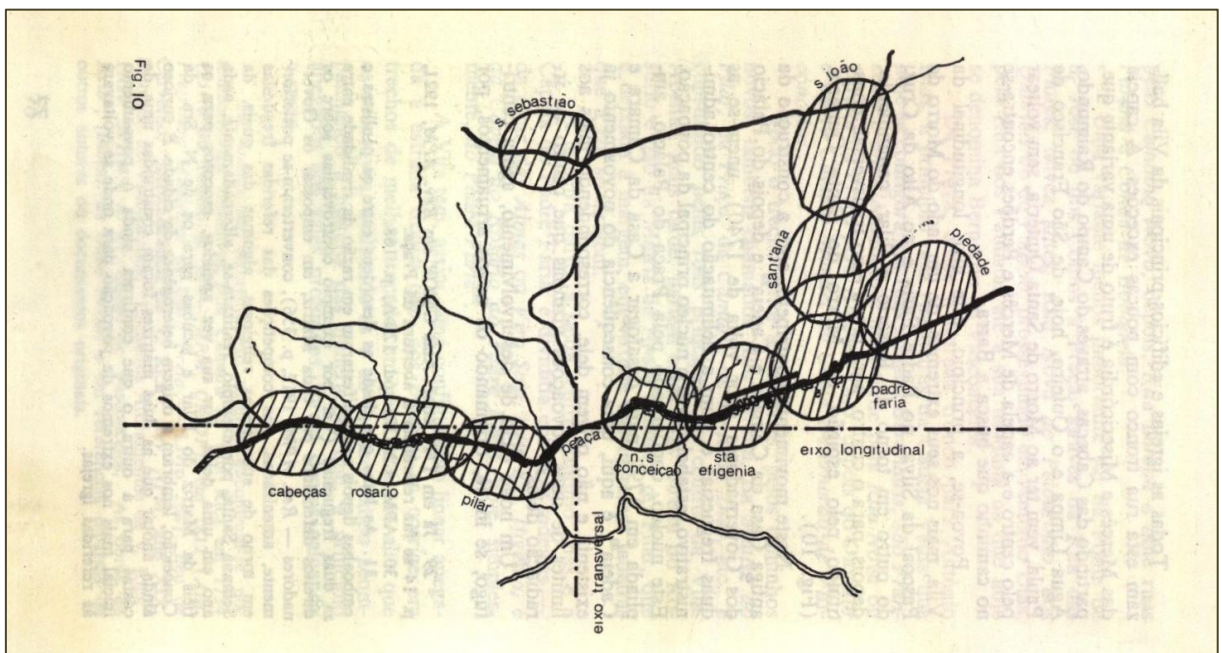
A terceira parte, a saída, entre Antônio Dias e a Capela do Padre Faria, é dividida em duas ladeiras – da *Cruz das Almas* ou *Vira Saia*, hoje *Sta. Ifigênia*, e da *Capela do Rosário do Padre Faria*, hoje, simplesmente, do *Padre Faria*.” (VASCONCELLLOS, 1977, p. 75-76).

⁷⁵ VASCONCELLLOS, Sívio de. *op. cit.* p.75-76.



Da esquerda para a direita a marcação dos três trechos citados, formadores da Estrada Tronco. Em lilás estão pontuadas as edificações religiosas e em laranja, as cívicas.

Fonte: Mapa Turístico de Ouro Preto, 2009. Editado pela autora.



Esquema dos demais núcleos de povoamento e das vias secundárias ao longo da Estrada Tronco.

Fonte: VASCONCELLOS, Sílvio de. *op.cit.* p. 75. Editado pela autora.

As outras subdivisões da “Estrada Tronco”, que interligavam os demais aglomerados urbanos iniciais, adquirem, primeiramente, designação apenas de cunho explicativo e orientador, como menciona Vasconcellos (1977): a “rua que segue da ponte seca até a ponte do Ouro Preto” ou a que “vai da igreja do bairro do Ouro Preto para o arraial dos paulistas”. Mais tarde, os moradores e personagens significativos da época é que batizarão, com seus nomes, estes percursos: “Simão da Rocha”, “Gregório de Mattos” e, atualmente, “Cláudio Manuel”, “Felipe dos Santos” e “do Aleijadinho”.

Assim, a cidade apresenta uma configuração linear, fixada pela linha tronco e outra esparsa, originada pelas marchas da mineração.

Os topos de morro, em sua maioria, foram marcados pelo assentamento de um templo religioso, que geralmente, surgia após a ocupação dos fundos de vale e das encostas, como afirmação de poder de domínio sobre o território e também como reflexo de um núcleo mais consolidado. Atualmente são catalogadas ao redor de 18 capelas e igrejas que surgiram vinculadas aos arraiais de exploração.

Segundo Maria Rosália Guerreiro⁷⁶, pode-se dizer que o sítio de Ouro Preto é composto por uma série de promontórios que se apresentam como pontos notáveis no território que, no fim, caracterizam-se como centros de articulação e distribuição formando a estrutura orgânica dos acessos sobre o território e conseqüentemente da estrutura urbana posteriormente formada.

(...) Estes promontórios estão separados por dois canais afluentes do ribeirão do Funil, que acolheram os principais núcleos geradores da cidade, designados respectivamente por córrego Antônio Dias e córrego de Ouro Preto (...).

O promontório central desempenha um papel fundamental na estruturação da cidade, comportando-se inicialmente como limite e mais tarde como unificador dos núcleos referidos. (...) é neste centro físico natural que se vem a estabelecer o centro urbano da cidade (a atual Praça Tiradentes) e onde sempre se localizaram alguns dos artefatos que simbolizavam o poder político ou religioso. (GUERREIRO, 2000, p. 53).

A Praça Tiradentes, no alto do Morro de Santa Quitéria foi consolidada por volta de 1740, dentro de um processo de movimento centrípeto em direção ao morro de Santa Quitéria e, mais tarde, com a construção da Casa de Câmara e Cadeia

⁷⁶ GUERREIRO, Maria Rosário. *op. cit. apud. TEIXEIRA, Manuel. op. cit. p. 53*

(1716), atual Museu da Inconfidência, e do Palácio dos Governadores (1740), atual Escola de Minas. Estes delimitariam o centro administrativo e o principal núcleo da povoação.

(...) Este núcleo, configurado pela Praça do Palácio, ampliada em 1797 para desafogar a Casa da Câmara e Cadeia, é aqui, uma consequência do povoamento já existente e não origem dele, correspondendo mais aos limites de duas povoações vizinhas que centro e irradiação delas. (VASCONCELLOS, 1977, p. 77).

Neste momento iniciam-se também as realizações de obras públicas, desta vez, de caráter laico e correspondentes ao período áureo da Vila. A grande maioria dos inúmeros chafarizes e pontes de Vila Rica foi erguida entre 1740 e 1760. Entre as obras estão a Ponte de S. José, de 1744, a do Padre Faria, de 1750, a do Caquende, de 1753, a de Antônio de Dias, de 1755 e a do Pilar, de 1756. O chafariz, do Padre Faria data de 1742, o dos Contos de 1745, o dos Quartéis de 1746 e os da Rua do Ouvidor e do Alto da Cruz de 1757.

CAPÍTULO 3

A Vila Rica de Ouro Preto

O presente capítulo tem como objetivo tratar da importância das expressões culturais, religiosas e intelectuais na formação do tecido urbano e da configuração paisagística da cidade de Ouro Preto.

Primeiramente o aspecto religioso, que surge das conquistas sobre as dificuldades enfrentadas pelos primeiros desbravadores do território e, posteriormente, como forma de domínio deste território: a construção de capelas que pontuou toda a extensão do que veio a ser a cidade, erguidas pela fé, e como ponto inicial do desenvolvimento dos primeiros núcleos de povoamento, regidos, muitas vezes, pela presença das ordens religiosas.

Os templos foram marcados pela arte singular que se desenvolveu na cidade, a partir dos recursos materiais locais e da capacidade artífice também local, sem grandes influências de escolas européias, devido à distância territorial da região mineira em relação ao litoral onde a influência da Coroa se fazia mais presente.

O isolamento do povo mineiro no interior do país estimulou também, novas formas de pensamento, resultando em uma sociedade pensante, com ideais revolucionários, nos âmbitos cívico e artístico.

O capítulo será conduzido, principalmente, pelos documentos referentes ao Triunfo Eucarístico, um grande evento religioso realizado na cidade para a celebração do Corpo de Cristo e que ficou marcado pela grandiosidade e pela mescla de religiosidade e misticismo por que foi caracterizado.

Outra chave para a discussão desses aspectos são os poemas do inconfidente Cláudio Manoel da Costa, – morador da Vila Rica – que narram os modos de vida e as inquietações revolucionárias daquela sociedade.

Desse modo, busca-se mostrar como os aspectos geográficos locais, influenciados pela atividade mineradora e, mais tarde, pela intenção de fixação humana nessa região, refletiram no tipo de sociedade que ali se estabeleceria. Por outro lado, como essa sociedade dinâmica nas questões artísticas e intelectuais,

influenciou a construção e, portanto a constituição da imagem visual do que viria a se tornar a cidade de Ouro Preto, com a presença de poderes religiosos, laicos, míticos e do desejo de liberdade.

3.1 Sociedade

Com base nos escritos de diversos autores estudiosos da história de formação das Minas Gerais e das cidades mineradoras, podemos relacionar o período do ouro a um fenômeno de “atitude cultural”, sendo a dinâmica social e a interação de seus agentes, um fator fundamental nas formações urbanas.

Segundo Albino⁷⁷, a cidade do período minerador produz peculiaridades baseadas em valores transplantados de culturas diversas, principalmente da européia, porém detidas de autonomia e consciência no decorrer de seus processos de constituição.

“O fenômeno cultural mineiro assume todas as formas de expressão das culturas completas e elaboradas em sua estrutura básica e, por isto mesmo, capazes de receber elementos culturais, de absorvê-los, sem serem por eles fundamentalmente modificadas. E, neste sentido, um dos aspectos mais amplos e abrangentes de sua manifestação está na constância de uma “consciência”, de uma afirmação existencial documentada na própria vida e no comportamento de suas vilas e de suas cidades”. (ALBINO, p. 23).

Podemos considerar que a população mineira foi formada, principalmente, pelos paulistas, também representantes da cultura indígena, uma vez que na região do ouro, como já dissemos, não havia índios moradores. A africana, representada pelos escravos, e a européia, pelos portugueses. Esta população heterogênea passaria a viver em uma região antes, vazia de habitantes, motivados somente pela extração do ouro.

São justamente a falta de habitantes primitivos e a conseqüente ausência de tradições locais anteriores, que impuseram, à vida dos habitantes recém chegados,

⁷⁷ ALBINO, Washington. **Minas do Ouro e do Barroco – As Raízes Históricas da Cultura Mineira**. Belo Horizonte. Barlavento. p.23

os fatores que facilitariam a mescla dos elementos transplantados por estas diferentes culturas e a sua ação, a partir destes contatos.

Conforme Albino⁷⁸, a própria diferença do significado do ouro para cada um destes povos conduz à multiplicidade de faces do fenômeno cultural que resultou na sociedade Mineira.

O metal precioso que não detinha valor algum para o índio selvagem, significava para os paulistas – seus descendentes – posição social e poder, principalmente diante dos portugueses reinóis, aos quais buscavam ressaltar sua condição de desbravadores e, portanto, de detentores da terra e de suas riquezas e, mais tarde, do domínio político da região.

Para os escravos, o ouro tinha maior significado devido aos seus conhecimentos adquiridos nos trabalhos nas minas do continente africano e, principalmente, porque esta era a principal via para a compra de sua liberdade.

O autor nos lembra a lenda de Chico Rei, representante da figura de um rei africano que teria conseguido a própria alforria desta maneira e, mais tarde, teria conseguido libertar todos os outros integrantes de sua tribo que haviam sido escravizados e levados para as minas. É a partir da aparição da figura de Chico Rei que é atribuído o início das festas de “congado” e a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ou Santa Efigênia, em Ouro Preto.

Para o europeu português, em uma época marcada pelo mercantilismo, o ouro representava supremacia e poder máximo diante das demais metrópoles no estabelecimento dos “pactos coloniais”.

No caso especial do império lusitano, o ouro de Minas viria representar o equilíbrio na prosperidade, montado no tripé constituído pela África – fornecedora de escravos; as minas – compradoras destas mercadorias humanas e produtoras de ouro; e, por fim, a metrópole, beneficiada pelo movimento triangular das negociações, tendo por garantia este metal. (ALBINO, p. 17).

A população de caráter miscigenado e irrequieto acabou por determinar também, uma sociedade pouco estável, movida pelas ambições e dispostas a motins e revoluções por causa do metal.

⁷⁸ ALBINO, Washington. *op. cit.* p. 16

Foram, portanto, definidas duas classes dominantes de habitantes das minas, representadas pelos paulistas e por aqueles considerados forasteiros, ou os conhecidos “emboabas”⁷⁹, saídos de outras regiões da colônia, e principais fornecedores das mercadorias necessárias à manutenção das minas e da transferência de escravos vindos da região açucareira.

O sentimento dos paulistas, de superioridade e posse sobre as minas, diante da presença destes aventureiros que também buscavam servir-se das riquezas da região, acarretaria em inúmeros conflitos e rebeliões, entre elas destacamos a conhecida Guerra dos Emboabas ocorrida na região do Rio das Mortes, que recebeu este nome justamente após o motim.

Segundo o Conde de Assumar⁸⁰, Governador a partir de 1717, em seu discurso “Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720”,

“Das Minas e seus moradores bastava dizer (...) que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento, é menos inconstante, que os seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos: o ar é um nublado perpétuo: tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações, que nela se vêem, acrescentando que a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins: o ouro toca desaforos: destilam liberdades os ares: vomitam insolências as nuvens: influem desordens os astros: o clima é tumba da paz e berço da rebelião: a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.”⁸¹ (*apud* VASCONCELLOS, 1977, p. 38).

Sabemos que o povoamento nesta região mineira não se deu de forma paulatina, ocorrendo algo mais semelhante a uma “invasão” do território num momento em que era praticamente inexistente qualquer tipo de organização

⁷⁹ Termo indígena adotado devido à aparência de suas roupas “com polainas que lhes davam o aspecto de aves calçadas” (ALBINO, p. 24).

⁸⁰ “ (...) Foi o seu governo bastantemente crítico por encontrar a oposição dos povos na criação das Casas da Fundição. Subjugou heroicamente alguns levantados e sublevações, principalmente os de Pitangui, fulminados por Domingos Rodrigues do Prado, e o de Vila Rica, que foi ter a Mariana em 28 de junho do ano de 1720: aqui se lhe fez preciso prender a uns e castigar a outros com a última pena. Estes procedimentos lhe adquiriram o nome de tirano nas Minas; mas à sua constância e resolução deve Portugal a inteira sujeição da Capitania; o exemplar castigo acabou de aterrar os ânimos de um povo tantas vezes rebelde e segurou de uma vez a Real Autoridade.” (COSTA, 1733).

⁸¹ ASSUMAR, Conde de. **Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720.** *apud* VASCONCELLOS, Sílvio de. *op. cit.* p. 38.

administrativa, ou a presença de autoridades oficialmente nomeadas pela Coroa, prevalecendo assim, a lei do mais forte.

Somente após a elevação dos primeiros povoados à condição de vilas é que as autoridades começariam a exercer suas funções administrativas e a sociedade iniciaria um processo de estratificação, passando a apresentar classes bem definidas.

Os brancos representavam a classe política dirigente, constituída principalmente pelos proprietários de minas e que eram os únicos a serem eleitos para cargos na Câmara Municipal. Logo abaixo estava a classe dos produtores e criadores de gado, donos de grandes extensões de terra e de grande número de escravos.

A classe média era representada pelos comerciantes e pelos artífices que praticavam as artes mecânicas ditas de origem medieval, como a tecelagem a funilaria e a carpintaria. Estes alcançavam certa ascensão social através das atividades artísticas. Além destas, outras profissões estavam presentes na Vila antiga, eram os tabeliães, banqueiros e professores e aqueles que detinham simplórios conhecimentos médicos, como os dentistas e cirurgiões.

A última classe de homens livres era representada pelos chamados “vadios”, que não possuíam ofício algum e viviam a vagar pelas ruas cantando e tocando instrumentos musicais e, logo abaixo, estavam os escravos trabalhadores das minas.

O estrangeiro não era bem quisto na região. A metrópole os encarava como uma ameaça de “contaminação” às idéias dos mineiros, possibilitando o início de rebeliões políticas e revoltas às cobranças de impostos, -- como ocorreu na Inconfidência Mineira – ou mesmo o acesso às inovações estéticas e artísticas, tanto que sua entrada no Brasil só era possível através da concessão de permissão especial.

Waldemar Barbosa⁸², em sua “História de Minas”, menciona a carta de D. João ao Conde de Vimiero, Governador do estado do Brasil, sobre a importância dos cuidados com os portos de Santos e do Espírito Santo, os que permitiam melhor acesso às Minas, portanto, os mais procurados pelos navios estrangeiros. Além

⁸² BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Comunicação. 1979.

da obra de Antonil publicada e recolhida em 1711, por divulgar todos os caminhos para as Minas do Ouro.

É comum mencionarmos a questão do isolamento das minas como peculiaridade na constituição de seus aglomerados urbanos e do caráter de sua sociedade. Primeiramente, pela questão geológica, pelo difícil acesso e familiarização com o território que limitavam a relação com as demais partes da colônia e, também, pelo receio da infiltração destas idéias que pudessem abalar a submissão devida ao Rei. Estes fatores propiciaram á sociedade mineira um sentido próprio de tradição e consciência de liberdade.

3.2 Intelectualidade

Logo no início do século XVIII, já sob a condição de vila, Ouro Preto, ou Vila Rica, podia ser considerada um dos principais aglomerados urbanos da América.

Grande parte da população livre era alfabetizada e a significativa presença de bibliotecas providas de exemplares de grandes clássicos europeus, aponta para o crescimento de uma população com um grau de instrução elevado, composta por poetas, compositores, historiadores, cartógrafos e padres.

As reuniões sociais promovidas pelo Governador ou por pessoas importantes da Vila eram freqüentes. A princípio compareciam apenas os homens e somente após a vinda de D. Manuel de Portugal e Castro, é que as senhoras passaram a fazer parte destes saraus em que o fado e o fandango eram as danças atuais e a música regida pelos sons do piano, da flauta ou do violino.

O teatro era um dos divertimentos preferidos por todas as camadas sociais. As apresentações aconteciam nas ruas, nas praças e largos e deveriam ser antes aprovadas pelo então Governador. Este gosto influenciou o empresário João de Souza na criação da Casa de Ópera de Vila Rica, em 1770, onde eram apresentadas óperas e oratórias, principalmente a tradução de clássicos europeus.

É verificado em Vila Rica um grande florescimento cultural e artístico, refletido nas construções públicas e, principalmente, nas religiosas. Com isto, surgem cada

vez mais escultores, pintores e músicos que, contratados pelas ordens presentes, valorizariam ainda mais os cultos e festas tão freqüentes na Vila.

3.3 A “Vila Rica” de Claudio Manuel da Costa

Claudio Manuel da Costa foi um poeta inconfidente, morador da Vila Rica de Ouro Preto durante seus anos mais intensos de formação e consolidação político-administrativa. Em 1733 concluiu a composição de seu poema “Vila Rica”, já citado em algumas passagens do presente estudo.

Trata-se de um épico inspirado pelo poema “O Uruguai”, de Basílio da Gama e por “Os Lusíadas”, de Luis Vaz de Camões. O poema apresenta normas de tradição clássica que dialogam com a cultura colonial mineira ainda em construção e em busca de uma afirmação identitária, narrando com um misto de realidade e misticismo a história de Vila Rica desde as primeiras bandeiras. A obra pode ser hoje considerada um documento de grande importância, sobretudo para a história mineira, representando atentamente a fundação da capital das Minas.

“E se estas Minas, pelas riquezas que têm derramado por toda a Europa, e pelo muito que socorrem com a fadiga dos seus habitantes ao comércio de todas as nações polidas, eram dignas de alguma lembrança na posteridade, desculpa o amor da Pátria, que me obrigou a tomar este empenho, conhecendo tanto a desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor pena uma terra que constitui hoje a mais importante Capitania dos domínios de Portugal.”⁸³

O poema, concluído dezesseis anos antes da Inconfidência não foi publicado durante a vida de Claudio Manuel e sua primeira edição data de 1839, impressa em Ouro Preto.

Segundo Eliana Scotti Muzzi⁸⁴, da Universidade Federal de Minas Gerais, em sua análise sobre a obra, o “Vila Rica”, antes desta data, circulou pelas terras de Minas, na forma não oficial de manuscritos reproduzidos por copistas, assim como ocorriam com os textos do período medieval.

⁸³ COSTA, Claudio Manuel da. *op. cit.*

⁸⁴ MUZZI, Eliana Scotti. **Efeitos de leitura e de censura nos manuscritos do poema Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa**. Disponível em: < <http://books.google.com.br/> > Acesso em 25 out. 2010.

O de Hélio Lopes, desenvolvido atualmente, busca destacar na obra uma narrativa construída de maneira “labiríntica”, muito presente nas escritas de vanguarda, e que se mostra primeiramente pela narrativa da viagem de Albuquerque, – enviado pela Coroa na tentativa de cessar as revoltas causadas pelo ouro – diante do desconhecido território, criando seus percursos e mitos e assim, tecendo o seu labirinto. E também, pela presença de três focos narrativos diferentes, que são irrompidos e retomados durante a construção do poema, colocando também o leitor em uma condição de perda.

Em meio às narrativas de episódios reais, ocorridos na região, Costa insere no poema um conjunto de personagens mitológicos que auxiliam ou colocam obstáculos aos desbravadores da nova terra.

Mencionamos aqui a obra como uma ilustração da produção intelectual de Vila Rica e principalmente pelo seu cunho documental histórico através da narração de fatos de extrema importância às Minas Gerais, como as bandeiras de Miguel Garcia e Bartolomeu Bueno, já expostas no segundo capítulo e a viagem de Antonio de Albuquerque.

Vejamos a passagem em que Miguel Garcia demonstra o desejo de encontro com o *el dourado* mineiro,

O sonho muitas vezes repetido,
Desde que tenho a idéia concebido
De entrar para estas Minas, me figura
Um mistério na sombra e na pintura.
Vós, que por tantas vezes recorrido
Tendes estes Sertões, tereis ouvido,
O nome de Itamonte; esta lembrança,
Este sinal só tenho de esperança;
Talvez tomando o cume desta Serra,
Acharemos um dia o Rio, a Terra,
A Ninfa e os mais portentos, donde tome,
Dos tesouros que espero, a Vila, o nome.

Calou-se o General, e qual murmura
Uma abelha, e mais outra, quando a pura
Substância chupam das mimosas flores,
Assim, não de outra sorte, entre os rumores
Do inquieto coração, estão falando
Entre si cada um, e estão pensando;
Rompe o silêncio o pródigo Faria:
Eu dos primeiros fui, eu fui, dizia,
Dos primeiros que o berço abandonado
Deixei, mais do fervor estimulado
De reduzir os Índios à justiça
Da nossa religião, que da cobiça.
Entrei estes países e inda noto

Em cada tronco os pousos onde, roto
O vestido, tentei passando avante
O giro dos Sertões; de bem distante
Parte dos grossos matos descobria
Uma elevada e tosca penedia,
A quem coroa um pico a altiva frente.
Demandei esta rocha, e do eminente
De toda ela um ribeiro vi que nasce,
Que do Sol recolhendo dentro a face
Pareceu converter-se todo em ouro.
Não vou buscar no meu invento o agouro,
Nem creio que este o Itamonte seja,
Mas sei que a língua pátria, se deseja
Explicar sempre em tudo a natureza,
De Itá nome lhe deu, e na rudeza
Do Gentio talvez, que hoje alterado,
O nome Curumim lhe seja dado.

(...)

Eu também discorrera de outra Serra
O mesmo que Faria, aonde a guerra
De feroz Botecudo inda me assusta,
Mas pouco à conjectura se me ajusta
Toda a confrontação (disse Camargo).

É deste continente o Sertão largo
(Dizia Bueno), o Lago, a Serra, o Rio,
Espalhado por tudo o infiel Gentio,
Não deixam à notícia cousa certa,
Onde possa entender-se descoberta
A terra que buscamos. Nela intento
(Albuquerque tornava) o fundamento
Erguer da Capital; de penha empenha
Andarei, se a Fortuna o não desdenha,
Té descobrir o Monte e o Rio, aonde
Tão grande maravilha o Céu me esconde.
(COSTA, 1733, Canto II).

3.4 Religiosidade

O extenso calendário de festas religiosas marcava fundamentalmente o convívio entre as diversas camadas sociais em um ambiente festivo que extrapolava o sentido espiritual, caracterizando-se mais por um espetáculo ao regozijo dos sentidos humanos.

Conforme Vasconcellos⁸⁵, era ausente nas regiões mineradoras e na Vila Rica um sentimento religioso autêntico. Na época, o estado e a igreja Católica

⁸⁵ VASCONCELLOS, Sívio de. *op. cit.*

exerceram um papel secundário, no sentido institucional, nos arredores das minas. Durante todo o século XVIII não foram construídos mosteiros ou conventos. O clero, enfraquecido, na maioria das vezes entregava-se ao comércio, aos engenhos ou ao próprio contrabando de ouro e, assim, as sociedades leigas, representadas irmandades, sob o auxílio da Coroa, tornaram-se as principais responsáveis pelas igrejas.

As irmandades possuíam grande força dentro do contexto social, influenciando as mais diversas atividades realizadas dentro deste meio, sobretudo as artísticas, principalmente no que diz respeito à construção das matrizes, por meio de sua respectiva classe social representante. Com este grande poder de alcance sobre a sociedade, as ordens promoveram um agrupamento da população a partir da divisão de raças e condições econômicas dos grupos, sendo elas as de brancos (portugueses, comerciantes e funcionários administrativos); a de negros (escravos); e a de mestiços (artistas e manufatureiros).

Diferentemente do que ocorria em outras regiões da colônia, a própria Coroa portuguesa se mostrava despreocupada com a religiosidade em Minas, o que, devido à falta de referências aos cânones da igreja católica, propiciava a escolha de santos protetores e oragos muito mais relacionados à fé particular dos grupos de população fiel, entre eles, Rosário, Conceição, Carmo, Mercês, São Francisco, São Gonçalo, São José e São Benedito.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição tinha origem na fé portuguesa, onde esta é padroeira dos reinos e senhorios desde os anos de 1600. As de Nossa Senhora do Rosário, de modo geral, eram associações dos negros, mas aceitavam brancos, pardos, pretos, escravos ou forros. De acordo com Fritz Teixeira Sales⁸⁶, citado por Barbosa, as ordens terceiras das Mercês foram originariamente fundadas, na Europa, com o intuito de defender a liberdade de cristãos aprisionados pelos turcos. E, aqui no Brasil, procuravam libertar os cativos.

Como as diferentes irmandades agregavam também, diferentes classes sociais que cada vez tinham mais bem definidas e consolidadas as suas linhas divisórias, os choques e atritos entre elas tornaram-se freqüentes, como podemos verificar até os dias atuais entre as irmandades de N. Senhora Do Pilar, originada no núcleo do arraial de Ouro Preto, e N. Senhora Da Conceição, no de Antônio Dias.

⁸⁶ SALES, Fritz Teixeira. *apud* BARBOSA, Waldemar de Almeida. *op. cit.* p. 80

Segundo relatos de morador de Ouro Preto, recolhido em julho de 2009, até hoje são encontrados empecilhos na realização de casamentos entre pessoas pertencentes a irmandades diferentes. E ainda, na data da celebração de Corpus Christi, tradicional na cidade, saem duas procissões diferentes, uma de cada matriz.

“As lutas que desde as desordens entre os paulistas e emboabas depois se manifestaram em razão da rivalidade entre as duas freguesias, converteram-se posteriormente, amenizadas, nas competições das referidas freguesias em torno de suas festas religiosas, algumas das quais, da Semana Santa, por exemplo, realizam-se, alternadamente, cada ano em uma delas. Por sua vez apelidos, mocotós para os fiéis da Matriz do Pilar e jacubas para os de n. Sra. Da conceição, lembram a origem heterogênea da cidade. É curioso ainda anotar que as duas matrizes foram construídas uma de costas para a outra, o que confirma ainda o povoamento inicial mais nos extremos da povoação para onde se voltavam as referidas igrejas.” (VASCONCELLOS, 1977, p. 77).

Os brancos integravam as irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Pilar e da Ordem Terceira de São Francisco, os mulatos reuniam-se nas irmandades de Nossa Senhora das Mercês, os pardos, nas de São José e os negros, as de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia.

A burguesia era a classe responsável pelo altar-mor das matrizes e voltava-se, principalmente ao culto do Santíssimo Sacramento. Os demais altares eram dedicados a outros santos de relação mais próxima às características dos grupos.

Segundo o sociólogo Georg Simmel⁸⁷, em sua “Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal” a interação entre os indivíduos em uma sociedade se dá com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos que obriga os indivíduos a formarem uma unidade, através de impulsos, interesses e propósitos que motivem a socialização em busca da satisfação de seus interesses.

Deste modo, as práticas religiosas eram realizadas em sua maioria nos adros das igrejas e nas ruas, ou seja, nos espaços públicos, onde eram garantidas as oportunidades de sociabilidade e até de considerações de assuntos políticos que

⁸⁷ SIMELL, Georg. **Sociabilidade** – um exemplo de sociologia pura ou formal. *apud*. CUNHA, Wellington Soares. **O poema Vila Rica e a historiografia colonial**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=138467> Acesso em 5 nov. 2010.

contribuíam também, em realizações como estratificação do comércio e melhorias urbanas de obras públicas.

As suntuosas procissões que percorriam as estreitas ruas da nova e crescente Vila Rica apresentavam um espírito de diversão e prazer, como ocorreu na documentada trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja de N. Sra. do Rosário para a nova matriz de N. Sra. Do Pilar, em 1733 e que trataremos a seguir.

3.5 O Triunfo Eucarístico: religiosidade e misticismo

O Triunfo Eucarístico consistiu no evento que marcou a inauguração da nova matriz de Nossa Senhora do Pilar, em 24 de maio de 1733, por ocasião da trasladação da Eucaristia, que anteriormente era depositada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

As festividades foram registradas textualmente por Simão Ferreira Machado, natural de Lisboa e morador nas Minas, o que resultou em um documento literário que reporta às manifestações de um estilo de vida barroco na sociedade mineradora do século XVIII, publicado em Lisboa em 1734.

Os relatos sobre a festa religiosa do Triunfo Eucarístico nos permite detectar importantes aspectos da vida social e cultural da civilização implantada na capitania de Minas Gerais no século do ouro, com elementos de raiz europeia seiscentista, mas, ao mesmo tempo, de implantação de um novo pensamento da nova sociedade que vinha sendo formada.

A paleografia deste documento foi realizada por Afonso Ávila⁸⁸, o que resultou em crítica literária sobre os aspectos da sociedade mineradora da época. A partir dos estudos referentes ao Triunfo Eucarístico, Ávila aponta que parece estar superada a conceituação didática de um período barroco brasileiro que correspondesse cronologicamente aos seiscentos europeu e baseando-se em Diaz-Plaja, considera que Portugal, com sua "capacidad de ensueño y malancolía", nunca perdera de forma definitiva suas "formas barroquizantes".

⁸⁸ ÁVILA, Affonso. **Resíduos Seiscentistas em Minas** – Textos do século do ouro e as projeções o mundo barroco. Belo Horizonte, 1967.

Incorporando, pois, nessa perspectiva, o barroco ao quadro geral de nossas heranças, compreenderemos melhor não só o complexo da arte colonial do século XVIII, ainda condicionada pela dependência política e intelectual, como também muitos dos resíduos de feitiço ideológico, religioso ou ético que conformam a cultura brasileira e o nosso comportamento social ao longo de todo um lento processo de evolução”. (ÁVILA, 1967, p. 5)

Se tratando do que viria a ser conhecido como o peculiar barroco mineiro, Ávila⁸⁹ ressalta um conceito não mais restrito a uma ligação quase que permanente às criações e obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Defendendo um fenômeno que resultou em uma identidade barroca mineira e contrapondo-se à idéia de criações executadas sob as manifestações tardias de um barroco europeu. Identidade que pode ser verificada,

“(…) tanto na escultura de Antônio Francisco Lisboa, quanto na pintura de Ataíde, na música de José Emerico Lobo de Mesquita ou mesmo na poesia de Cláudio Manoel da Costa. (...) a generalização do conceito se justificará se tivermos presente que o fenômeno artístico do setecentos em Minas não se explica autonomamente. Emerge ele de uma sociedade que se inscreve originária e culturalmente sob o signo do barroco, vivendo-o nas inquietações místico-existenciais que prolongam a contra-reforma e expressando-o, concomitantemente, em estilo criativo que não esconde as suas raízes formais e ideológicas.” (ÁVILA, 1967, p. 8-9).

De acordo com Ávila⁹⁰, os rituais religiosos, recebiam os mesmos cuidados e o mesmo fausto dedicados aos templos, “numa reverberação lúdica paralela ao adorno imagístico na linguagem poética e a riqueza do detalhe compositivo nas realizações plásticas.” Principalmente em um momento em que o ouro era encontrado em tão grandes quantidades que se tornava o maior símbolo de ambição dos homens, bem como o mais importante material de ornamento da vida espiritual dos mineiros e, nesta mescla entre os sentidos humanos e o apelo transcendental da fé, Ávila define a essência barroca, com base nos escritos de Leo Spitzer⁹¹: “O fato espiritual aparece sempre encarnado, e a carne apela sempre para o espiritual”.

⁸⁹ ÁVILA, Affonso. *op. cit.* p. 8-9.

⁹⁰ ÁVILA, Affonso. *op. cit.* p. 8

⁹¹ SPITZER, Leo. *apud* ÁVILA, Affonso. *op. cit.* p. 9

Nas Minas do século XVIII, mais do que uma manifestação de um estilo artístico, esteve presente uma nova maneira de colonização que marcaria os modos de vida e a consciência da população desta nova região.

Portanto, a trasladação do Santíssimo Sacramento fica situada em contexto português de religiosidade e manifestação de fé, e de ação colonizadora –, onde a grande quantidade de riquezas é interpretada com certo teor profético e o ouro como sendo um presente divino àqueles homens, e não resultado natural da exploração. Não se tratava apenas da exteriorização de um rito católico, mas da manifestação do sentimento de gratidão de uma população abençoada pela opulência do ouro.

Segundo Ávila, dentro da cultura barroca, as festas e diversões públicas marcam seus aspectos mais típicos. Além disso, salienta que a Companhia de Jesus, no seu ministério contra reformista, empregava como meio de propaganda, a suntuosidade e a ostentação nas festividades religiosas, principalmente nas procissões. Desse modo, as festas sagradas ou profanas eram elementos fundidos na cultura barroca, como “estrutura pictórica” e “visual do maravilhoso”.

Nessa época, em Vila Rica, a maioria dos habitantes portugueses que se inseriram no evento do Triunfo Eucarístico, carregava em si aspectos místicos e psicológicos com resíduos barrocos, transplantando a essa parte do Brasil uma conduta de devoção congênita na alma ibérica, “a que o espírito da contra-reforma imprimiu um sentido de mais viva e colorida exterioridade”. (ÁVILA, 1967: 15). E, embora a arte religiosa ainda não apresentasse caráter monumental na capitania, o documento de Machado⁹² aponta a exuberância e grandiosidade dos templos e altares, sendo Vila Rica considerada, mais que “esfera da opulência, teatro da religião”.

Era também uma oportunidade de afirmação da igreja quanto à sua hierarquia colonizadora na região das Minas e a procissão contou com um grande cortejo de sacerdotes e representantes das irmandades juntamente com entidades poderosas como o então governador Conde das Galvêas, e as tropas militares de Vila Rica.

Diante da grande produção de ouro e da euforia da sociedade, o Triunfo Eucarístico ficou caracterizado por um evento mais de estímulo e júbilo dos sentidos do que propriamente de exaltação espiritual:

⁹² MACHADO, Simão Ferreira. **Triunfo Eucarístico**. *apud* ÁVILA, Affonso. *op. cit.* p. 15.

“Cerca de um mês antes da data aprazada para a consagração do novo templo, arautos mascarados saíam à rua para anunciar o próximo e importante acontecimento. Bandeiras coloridas, estampando a imagem de Nossa Senhora do Rosário e a custódia do sacramento, foram, a seguir, expostas à veneração pública, até que, no dia dedicado à Ascensão, começassem efetivamente as comemorações: “Servirão à festividade deste dia muitas danças, e mascaradas, ricamente vestidas; e continuarão aos olhos sempre vario, e agradável espetáculo, ordinariamente de dia; aos ouvidos sonora, e contenciosa harmonia de musicas, principalmente de noite, até vinte e quatro de Mayo, dia da Trasladação” (MACHADO, *apud*. ÁVILA, 1967, p. 15)

Nos dizeres de Ávila, os cenários possuíam motivos tipicamente barrocos, comparados aos presentes na obra de Gôngora ou Cervantes, ganhando uma atmosfera de “*ensueño*”⁹³. Compara a coreografia, devido à profusão de cores e proporção do movimento dos quadros, ao carnaval carioca ou aos balés:

“Depreende-se da coordenação das danças (de turcos e cristãos, de romeiros, de músicos), dos carros triunfais, das figuras alegóricas e das representações mitológico-cristãs a existência de uma direção que sabia jogar com recursos e efeitos de ritmo e contraste, inclusive elementos de surpresa: “se dilatava outra vistosa dança, composta de músicos, em cujas figuras era o ornato todo tellas, e preciosas sedas de ouro, e prata: pertencião-lhe dous carros de madeira de singular pintura; hum menor, que levava patente aos olhos uma serpente; outro mayor, de artifício elevado em abobeda, que occultava um Cavalleiro: este abrindo-se a abobeda, sahio de repente, e já montado, a cabeça da serpente” (p. 48-49)”. (ÁVILA, 1967, p. 16)

A encenação era impregnada de requinte e exuberância vinda do ouro, prata, diamantes, pedraria, sedas e plumas. De acordo com o texto de Ávila, o desfile era dividido em “*alas*” – como atualmente – representadas por elementos como os ventos, planetas, ninfas e pajens, numa fusão de elementos católicos e pagãos.

Outro fator apresentado por Simão Ferreira Machado que ressalta a multiplicidade dos recursos empregados no cortejo é a diversidade dos instrumentos e arranjos de música, segundo Ávila:

O número de conjuntos e solistas por ele referidos leva a crer que a sociedade mineradora já possuísse, a meio de seu segundo quartel de vida urbana, a base de gosto musical capaz de propiciar a posterior criação de um estilo culto autônomo dentro das características da composição barroca, devendo-se notar que a musica coral religiosa era já também cultivada,

⁹³ Expressão hispânica que no português quer dizer “sonho”. Fig. Ilusão, fantasia, devaneio, utopia. Disponível em <http://www.dicionarioweb.com.br/sonho.html>. Acesso em 10/06/2010.

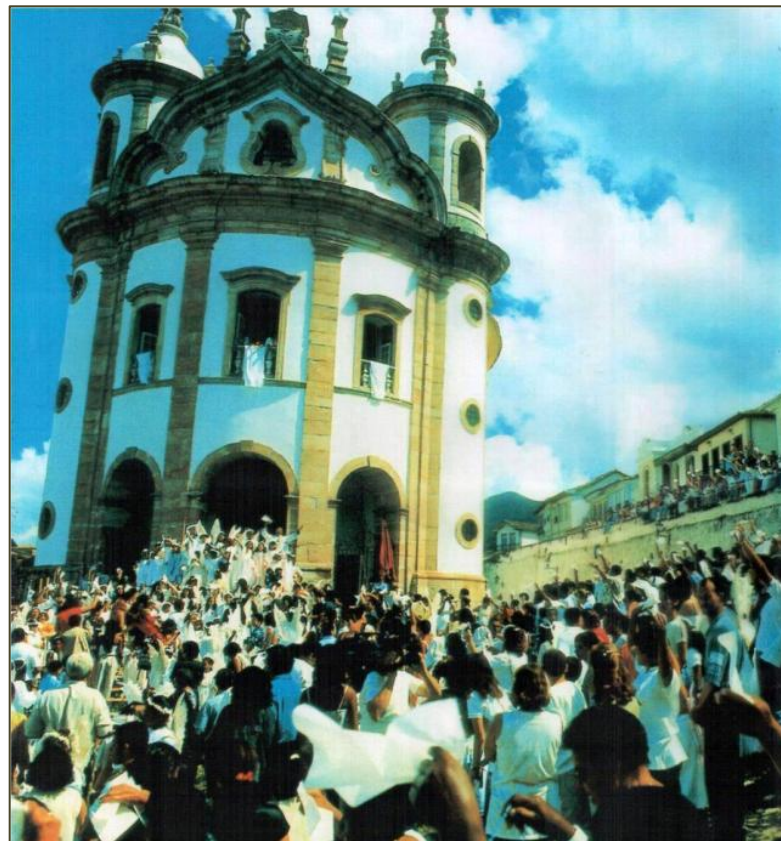
tendo atuado dois coros na missa cantada de despedida da Eucaristia da igreja do Rosário e na que marcou a consagração da nova matriz. Interessante observar, por outro lado, que os ritmos profano e marcial confundiam-se, como as alegorias mitológicas, aos símbolos e motivos sagrados, numa correlação com certas manifestações de natureza místico-pagãs de nossa música popular, constatadas ainda hoje em crenças ou danças de fundo primitivo. Entre negros tocando charamelas, caixas de guerra, pífanos, trombetas, aparecia, por exemplo, um exímio figurante alemão “rompendo com sonoras vozes de hum clarim o silencioso ares” (p. 57), enquanto os fieis piedosamente carregavam estandartes ou imagens religiosos”. (ÁVILA, 1967, p. 17).

É também ressaltada a presença da música sentimental, de origem ibérica, que para Ávila, pode ser uma das primeiras referências às serenatas – que se tornaram comuns na sociedade mineira e também definidoras de um estilo musical popular brasileiro –, assim como a introdução da arte teatral em Vila Rica: “O Tablado das comédias se fez junto da Igreja custoso na fábrica, no ornato, e aparência de vários bastidores: viram-se nele insignes representantes, e gravíssimas figuras (...)”. (MACHADO. *apud*. ÁVILA, p. 117-118)

Diante dos acontecimentos documentados por Simão Ferreira Machado, é possível constatar como as questões litúrgicas e os elementos profanos, inter-relacionados, constituíam aspectos comuns às festividades de Vila Rica, assim como sabemos ter ocorrido na Europa Medieval. A diversidade de origens dos moradores e, dessa forma, de culturas, fica retratada em vários aspectos da cidade, sendo o Triunfo Eucarístico apenas uma amostra que nos permite vislumbrar essa dinâmica social. Este representou um acontecimento singular na vida da sociedade mineradora, motivada pela aventura do ouro, pela fé e pelo desejo de expressão ideológica e intelectual.



Procissão de Corpus Christi em Ouro Preto.
Fonte: As mais Belas Igrejas do Brasil, 1999.



Procissão de Corpus Christi em Ouro Preto.
Fonte: As mais Belas Igrejas do Brasil, 1999.

CAPÍTULO 4

Aspectos sensíveis apreendidos na cidade

Este capítulo buscará explicitar o principal objetivo do estudo: o de detectar e expor, no contexto da cidade de Ouro Preto, os aspectos humanos manifestos na sua paisagem construída e, portanto, os elementos da configuração urbana segundo a importância estética. Com isso, pretendemos também abordar sobre a intensidade dos atributos imagéticos que acompanha sua história e se manifesta por meio da paisagem.

Faremos isto, tendo em mente as contradições e a dificuldade de tratar a questão sob a ótica de uma fenomenologia do lugar, baseada em apreensões sensíveis no que concerne à leitura das cidades juntamente com suas manifestações culturais. Estas reflexões pressupõem uma abordagem das subjetividades humanas e, muitas vezes, são relegadas a um plano dito “não científico” consideradas incoerentes, imensuráveis e distantes das investigações que demandam objetividade e exatidão.

Por outro lado, qualquer pequena vivência do espaço urbano transborda em impressões causadas pelo caráter do lugar, o que torna necessário basearmos-nos no fato de que as dinâmicas culturais são dirigidas por ações cuja natureza escapa à análise científica e que a crítica estética, ao ser relegada a um segundo plano, não resolve a questão que permanece sem o seu devido tratamento, colocando em prejuízo as reflexões sobre o caráter do lugar.

Paradoxalmente, a própria vivência da cidade se mantém por fatores como a emoção, percepção, e a sensibilidade de uma maneira geral.

(...) a ciência estética não é precisa, mas é até mesmo incerta – o que não invalida seu caráter decisivo para a constituição, em bloco, de uma revolução intelectual cuja amplitude escapa, talvez, aos limites do simples discurso analítico. (NEVES, 1986, p.17)⁹⁴.

⁹⁴ NEVES, Joel. **Idéias Filosóficas do Barroco Mineiro**. Belo Horizonte. Itatiaia. 1986. p. 17.

Tendo como base estas primeiras idéias, a discussão aqui, não será conduzida pela intenção de um resgate do passado – como pode ser verificado muitas vezes no levantamento das questões patrimoniais –, mas a de destacar como a cidade de Ouro Preto, nascida no século XVII, ainda hoje detém identidade e singularidade capazes de proporcionar fruição estética peculiar de resgate da memória e, simultaneamente, o alheamento da cotidianidade, fomentando um estado de atenção relativa à imaginação poética, na linha do que tratou Bachelard.

A cidade, a arquitetura e a arte mineiras nas aglomerações coloniais do período do ouro, possuem uma tragicidade única, praticamente sem similares, que se dá por uma fusão da arte com as idéias revolucionárias e a intelectualidade e religiosidade desenvolvida naquela região, criando uma mistura entre os aspectos rituais religiosos, os cotidianos reais e os simbólicos culturais.

A formação da cidade em meio à topografia acidentada e a arte influenciada pelo Barroco, desenvolvida com elementos muito próprios daquela sociedade, não expressam um sentido de racionalidade absoluta, mas convidam “ao jogo das relações instituidoras do sentido, que se encontram aquém dos limites do discurso”⁹⁵.

(...) sua tragicidade elementar legara ao âmbito da estruturação da imagem, como modalidade de cognição, uma característica ímpar, não apenas refletindo uma estrutura mental da época, mas servindo a este próprio momento mental, embora devamos reafirmar que não se trata de considerar a representação barroca como causa ou efeito desta ou daquela modalidade de razão, mas sim como uma dentre as muitas possibilidades de expressão da dinâmica cultural do período. Tal característica peculiar à imagem, e da qual o barroco se deixa embeber, é a sedução. (NEVES, 1986: 66)

Diante disso, o que buscamos relevar é a capacidade de sedução instituída pela imagem paisagística, constituída em forma de seriação, segundo o percurso, construindo uma paisagem não-estática, mas dinâmica, pelo encadeamento de totalidades inseridas num conjunto global, e a propensão do estímulo a um “conhecimento” do meio urbano conduzido por este encantamento, o que consideramos ser o aspecto imaginal dos lugares, que são espaços permeados de conteúdos simbólicos.

⁹⁵ NEVES, Joel. *op. cit.* p. 64.

É pelo imaginário que o homem opera a transcendência face ao estabelecido, criando uma forma nova que, por si mesma, é negação ao necessário e unívoco. (NEVES, 1986, p.75)

Busca-se então, uma leitura da paisagem de Ouro Preto a fim de compreender e apreciar sua história, sua cultura e sua imagem como expoente da arquitetura e do urbanismo mundial, através da questão imaginal que os *lugares* acendem, sendo capazes de gerar novas formas de apreensão e assimilação do ser, no estado de *devaneio* proposto por Bachelard e já trabalhado no primeiro capítulo.

Propomos esta leitura através da exposição de percursos percorridos dentro da cidade e suas imagens significativas ao transeunte, representadas pelos monumentos, vias e espaços públicos. Lembramos que estes percursos foram percorridos de maneira espontânea, sem a estipulação primária de um roteiro e tratam-se apenas de exemplos.

O estudo do qual tratamos aqui busca enfatizar justamente a naturalidade com que estes trajetos devem ser percorridos e, portanto, poderiam ser quaisquer outros, estipulados pela vontade e pelos impulsos de qualquer observador em estado de experimentação do “labirinto” urbano.

A percepção do espaço para cada indivíduo pode ser estabelecida pelas diversas relações por ele instituídas no que diz respeito aos objetos, aos “lugares” e aos seus elementos. Estes evocam as características simbólicas do “espaço”, que suscitam no indivíduo fragmentos de “memórias”, muito mais profundas do que a apreciação de partes da História e que são decorrentes do envolvimento do ser com seu entorno na exatidão de determinado momento.

Estudiosos como Rykwert e Schulz, que têm o “espaço” e o “lugar” como condutores de suas discussões, observam e ressaltam a estreita ligação de interdependência existente entre o corpo e as manifestações arquitetônicas no decorrer da vida humana e é a partir dessa relação que buscamos exaltar a experiência dos sentidos dentro de uma edificação ou de um conjunto urbano, tomado como envoltório, por onde o ser percorre e vivencia espaço e tempo.

Os passeios físicos ou mentais ao longo do espaço e do tempo são capazes de criar uma tensão de descoberta ao indivíduo, mesclando a exploração de um território e a imaginação para a construção de uma “mapa” subjetivo.

Utilizamos aqui a figura do labirinto, como já mencionamos, fazendo uma analogia ao traçado incerto de Ouro Preto e pela capacidade que esta figura apresenta, de uma construção da aprendizagem e assimilação do “lugar” através de uma condição primária de desorientação espacial e temporal ao transeunte que percorre as ruas da cidade.

O “labirinto” sugere um dinamismo espacial, conduzindo à percepção das seqüências de imagens da paisagem que se descortinam durante o movimento pelos caminhos, impondo tomadas de decisão quanto ao subir, descer, entrar ou sair; construindo itinerários que oferecem visuais sempre de maneira parcial.

Este percurso é o nosso principal objetivo e não a chegada a um determinado ponto, ou à solução, ao “centro do labirinto”. Quando o enigma é desvendado o jogo chega ao seu fim e é durante o percurso no espaço que colocamos em alerta todos os sentidos: nosso corpo é estimulado através dos ritmos de caminhada, das alterações de nossos movimentos, das cores e luzes que vemos, dos odores, dos sons, das mudanças de temperatura e até das diferenciações da pulsação do coração e da respiração.

É da vontade de descoberta que partimos para uma nova maneira de conhecimento do meio urbano.

4.1 Percursos (ANEXO 01)

Serão três itinerários apresentados, todos partindo do centro da cidade, dos entornos da Praça Tiradentes.

O primeiro mostra parte da região do bairro do Pilar, antigo arraial de Ouro Preto, aquele fundado pelos Camargos durante as primeiras buscas pelo ouro.

Podemos destacar neste percurso a Matriz de Nossa Senhora do Pilar e seu chafariz, a capela de Nosso Senhor do Bomfim, na Rua da Glória, onde encontra-se também o Chafariz da Glória e a Casa dos Contos, antiga casa de fundição.

O segundo itinerário parte da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, situada na Praça Tiradentes, e segue até finalizar-se no Bairro Padre Faria, passando pelo Bairro Antônio Dias. Esta região foi, durante o período de estruturação da cidade, aquela correspondente aos primeiros arraiais, constituídos por estes dois bandeirantes paulistas.

Durante este caminho enfatizamos o largo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Casa de Câmara e Cadeia, A Igreja de São Francisco de Assis, A Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias juntamente com a Ponte de Antônio Dias, próxima ao Chafariz de Marília, a Igreja de Santa Efigênia e, finalmente, a capela do Padre Faria.

O terceiro percurso se inicia pela parte superior da Praça Tiradentes, pela parte de trás do antigo Palácio dos Governadores, onde nos deparamos com a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e seguindo, podemos contemplar a Igreja de São Francisco de Paula, a de Nossa Senhora do Rosário, o Passo da Ponte Seca, finalizando o passeio na Igreja de São José.

As edificações e monumentos – principalmente religiosos – são pontos referenciais na demarcação dos trajetos, o que buscaremos expor juntamente com as imagens “emolduradas”, durante o caminhar pelas vias que interligam estes marcos visuais.

CONCLUSÃO

Durante o processo de pesquisa e elaboração deste trabalho e principalmente, neste momento final, percebemos que, ao contrário de uma conclusão definitiva, foram encontradas e abertas outras diversas questões que conduzem a uma futura abordagem do tema e necessitam e possibilitam uma continuidade do estudo.

Acreditamos que a maior contribuição do trabalho se mostra em uma leitura da cidade fundamentada nos fatos históricos, na cartografia, iconografia, documentos antigos e também pelos remanescentes materiais como a arquitetura e as obras de arte, mas, sobretudo, pela essência das relações humanas que vieram a ser refletidas concretamente nestas manifestações.

Fica clara a importância da diversidade e variedade nas maneiras de se vivenciar, apreender e transmitir a imagem que um determinado “lugar” ou um conjunto de “lugares” – como a cidade. Transmissões que ocorrem através de desenhos, pinturas, fotografias, através da escultura e da arquitetura, ou pela poesia, literatura, pela música, pela conservação de tradições, mitos e lendas.

Deste modo, os métodos utilizados para o desenvolvimento desta análise podem ser aplicados em diversos aspectos que dizem respeito à busca de esclarecimentos das questões urbanas.

Primeiramente, na delimitação e explicitação dos principais conceitos a serem utilizados como fundamentos para a condução do trabalho. Os pensamentos de estudiosos que frisam, principalmente, aspectos fenomenológicos, nos serviram de apoio para a justificativa da escolha de uma figura de representação que definisse a configuração urbana de Ouro Preto.

Em um segundo momento, acreditamos ter sido possível uma boa exposição e uma “reconstrução” da história da origem da cidade, movida pela ânsia do ouro que levou ao desbravamento das regiões Mineiras, através de uma leitura geográfica e histórica deste processo. Os estudos de documentos que narram os acontecimentos de aproximação humana, juntamente com a análise da cartografia e das imagens recolhidas no atual sítio arqueológico, nos possibilitaram esta leitura e a “reestruturação” mental da imagem do organismo urbano.

Finalizamos o trabalho com a exposição de “uma” leitura do espaço, conduzida na forma de um guia visual e até mesmo sentimental, esta leitura representa um ensaio preliminar para demonstrar que é possível realizar uma análise sensível mais aprofundada do espaço.

Comparamos esta leitura, com outras diversas representações de “lugares” de Ouro Preto, eleitos por outros indivíduos, em diferentes épocas e acreditamos que esta seria uma maneira de estudo possível de ser aplicada a qualquer formação urbana, uma vez que qualquer cidade é construída por ações humanas e onde há a mão humana, há sentimento, movido pela memória enraizada no ser e pelo sonho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Washington. **Minas do Ouro e do Barroco – As Raízes Históricas da Cultura Mineira**. Belo Horizonte. Barlavento.

ANDRADE, Amélia Aguiar. **A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: Uma Aproximação**. 1995

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo. Martins Fontes. 1998.

ÁVILA, Affonso. **Resíduos Seiscentistas em Minas – Textos do século do ouro e as projeções o mundo barroco**. Belo Horizonte, 1967.

_____. **Catas de Aluvião: do pensar e do ser em Minas**. Rio de Janeiro. Graphia, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo. Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Ana Aparecida. **Uma fresta na neblina: estudo da possibilidade de restauro urbano do Serro**. 2007. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Comunicação. 1979.

BENÉVOLO, Leonardo. **A História da Cidade**. Perspectiva. 2005. cap. 7: As Cidades Europeias da Idade Média. p. 251-400.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. **Regularidades do Visível**. 1999. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade de São Paulo.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo. Estação Liberdade. UNESP. 2001.

_____. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. 2007.

COSTA, Antônio Gilberto (organizador), **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. UFMG. 2007.

COSTA, Cláudio Manuel da. Vila Rica. 1733. Disponível em: <<[http://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_\(Cláudio Manuel da Costa\)](http://pt.wikisource.org/wiki/Vila_Rica_(Cláudio_Manuel_da_Costa))>> Acesso em: 15 out. 2010.

CUNHA, Wellington Soares. O poema Vila Rica e a historiografia colonial. 2008. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=138467> Acesso em: 05 nov. 2010.

DRUCKER, Claudia Pellegrini. **Eudoro de Sousa e a Poética Aristotélica**. 2010. Disponível em: <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/viewFile/73/23>> Acesso em 28 ago. 2010.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. **Casa: uma poética da terceira pele**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822010000200010> Acesso em 19 set. 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica (coordenadores), **Códice Costa Matoso**: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1999. v. I.

FREITAS, Lima de. **Das Geometrias Labirínticas**. Comunicação lida no colóquio sobre labirintos. 5 jul.1984, Fundação Calouste Gulbenkian.). Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/labirintos.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2010.

FUÃO, Fernando Freitas. **O Sentido do Espaço**. Em que sentido, em que sentido? 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/563>> Acesso em 06 set. 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

GOFF, Jacques Le. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

HALFELD, Heinrich Wilhelm Ferdinand & TSCHUDI, Johann Jakob Von. **A Província Brasileira de Minas Gerais**. Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte. 1998.

LANGER, Susanne. **Ensaio Filosófico**. São Paulo. Cultrix LTDA. 1962.

MAIA, A. E. dos Santos. **Ouro Preto: homens, idéias e fatos**. Belo Horizonte. Minas Gráfica. 1972.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil. Em que Termos?** São Paulo. Studio Nobel. 1999.

_____. **Cidade no Brasil. Terra de quem?** São Paulo. Nobel. Universidade de São Paulo. 1991.

_____. **Nosso Chão: do sagrado ao profano**. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2003.

MONTANER, Josep Maria. **A Modernidade Superada**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **As Igrejas Setecentistas de Minas**. Belo Horizonte. Itatiaia. 1986

MUZZI, Eliana Scotti. **Efeitos de leitura e de censura nos manuscritos do poema Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa**. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>> Acesso em 25 out. 2010.

NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda Para a Arquitetura (1965-1995)**. Cosac y Nayfy. 2006.

NEVES, Joel. **Idéias Filosóficas do Barroco Mineiro**. Belo Horizonte. Itatiaia. 1986.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Ouro Preto e Mariana**. Berlendis e Vertecchia Editores LTDA. 1979.

REISFILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo. Pioneira. 1968.

RYKWERT, Joseph. **A Casa de Adão no Paraíso**. São Paulo. Perspectiva, 2003.

_____. **A sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

_____. **A Idéia de Cidade, A Antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo**. São Paulo. Perspectiva. 2006.

SANT'ANA, Marcel Cláudio. **Período Colonial: outras possibilidades de leitura sobre o planejamento de cidades na América Latina**. Abril, 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo_colonial.pdf> Acesso em 21 mar. 2010.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação das Cidades no Brasil Colonial**. Estudos Luso-Brasileiros (Actas do V Colóquio Internacional), Universidade Coimbra, 1968.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo. Perspectiva. 2006.

SIMELL, Georg. **A Filosofia da paisagem**. Covilhã. 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>. Acesso em 03 ago. 2010.

SOURIAU, Etienne. **Chaves da Estética**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S. A. 1973.

TEIXEIRA, Manuel (organizador). **A Construção do Brasil Urbano**. Lisboa. 2000.

_____. e VALLA, Margarida (organizadores). **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil**. Lisboa. 1999.

VASCONCELLOS, Sílvio de. **Mineiridade**: ensaio de caracterização. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1968.

_____. **Vila Rica**. São Paulo. Perspectiva. 1977.

VICTAL, Jane. **A categoria temporal para a investigação sobre o conceito de lugar urbano**. in Anais do 2º Congresso Internacional de História Urbana, 2009, p. 326-389.